



III Conferência Nacional de Política Externa e Política
Internacional “O Brasil no mundo que vem aí” - III CNPEPI

Conferência Índia



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Celso Amorim
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Jeronimo Moscardo

Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais

Embaixador Carlos Henrique Cardim

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional
“O Brasil no mundo que vem aí” - III CNPEPI

Conferência Índia

Palácio Itamaraty
Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2008

Textos Acadêmicos



Brasília, 2008



Copyright ©, Fundação Alexandre de Gusmão

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes e
Lílian Silva Rodrigues

Projeto gráfico e diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14.12.2004.

SUMÁRIO

1. Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS 7
Lytton L. Guimarães
2. India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect 51
Sumit Ganguly
3. Índia: Aspectos Econômicos e Tecnológicos - Comparativamente ao Brasil 69
Luiz Pinguelli Rosa
4. Índia: Avanços, Problemas e Perspectivas 83
Marcos Costa Lima
5. India: Culture and Society 101
Rowena Robinson
6. India, Culture and Society 119
Marie-Caroline Saglio-Yatzimirsky
7. Índia: Estratégia e Política Externa 137
Amaury Porto de Oliveira





1.

Política Externa e Segurança da Índia.
Implicações para o Fórum IBAS





1. Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS*

Lytton L. Guimarães**

I. Introdução

No dia 6 junho de 2003 os chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia, reunidos em Brasília, deram início ao “Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul”, identificado aqui como Fórum IBAS. Nos dias 4 e 5 de março de 2004 realizou-se em Nova Délhi a primeira Reunião da Comissão Trilateral do Fórum, quando os chanceleres aprovaram a Agenda de Cooperação que abrange várias áreas, entre as quais apoio ao multilateralismo e às reformas da ONU, à paz e segurança, ao desenvolvimento sustentável, ao desenvolvimento social e combate ao terrorismo. A Agenda dá especial ênfase à cooperação Sul-Sul na expectativa de que essa cooperação seja um fator positivo de maior aproximação entre os países membros do Fórum e na promoção do desenvolvimento humano (BRASIL/MRE, 2003; BRASIL/MRE, 2004).

Uma das prováveis barreiras para a consecução e êxito da Agenda proposta é a falta de conhecimento mútuo entre os três países, tanto no que se refere aos aspectos históricos e culturais como econômico-sociais, de política interna e externa e de segurança, o que se deve principalmente à falta de intercâmbio, à escassez de estudos sistemáticos e de divulgação de trabalhos porventura existentes. O presente trabalho procura identificar e analisar as linhas gerais da política externa e de segurança da Índia, na expectativa de que os resultados dessa análise irão contribuir para possíveis áreas de cooperação entre os países membros da IBAS.

* O presente trabalho se baseia, parcialmente, no Documento de Trabalho No. 9, elaborado pelo autor como parte do Projeto Líderes Regionais e Segurança Internacional-Brasil – África do Sul – Índia, Instituto de Relações Internacionais da UnB, com apoio da Fundação Ford, 2006, 52 p.

** Pesquisador Associado Sênior, Instituto de Relações Internacionais e Coordenador, Núcleo de Estudos Asiáticos (NEASIA), Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), Universidade de Brasília.

A Índia está localizada em invejável situação geoestratégica, com acesso direto ao Sudeste e ao Leste da Ásia, à África Oriental e ao Oriente Médio. É o sétimo maior país do mundo em extensão territorial, com 3.291.000 km², e o segundo em população, com quase um bilhão e cento e cinquenta milhões de habitantes. Embora enfrente problemas de pobreza extrema, especialmente em áreas rurais e periferias das grandes cidades, e má distribuição de renda, há uma classe média urbana afluyente, estimada atualmente em cerca de 200 milhões de pessoas, cujas condições de vida têm melhorado rapidamente e para quem “*Índia is really shining*” (a Índia está brilhando). Mais da metade da população do país é de jovens até 25 anos, potencialmente produtiva; a previsão é que a população continuará a crescer e que a proporção da população produtiva e a classe média aumentarão significativamente nas próximas duas décadas (LONG, 2004).

A Índia possui uma das mais antigas e mais complexas civilizações. Atribui-se a Indira Gandhi a observação de que a existência da Índia como Estado moderno pode ser considerada uma espécie de milagre, em virtude de sua diversidade étnica, religiosa, cultural e lingüística. Há centenas de línguas e dialetos, quinze delas oficialmente reconhecidas, ao lado do *hindi*, a língua nacional oficial, e do inglês. Não obstante essa grande variação é inegável a existência de um *ethos* nacional indiano. Desde a independência (1947) a Índia desempenha papel importante nos cenários regional e internacional e é considerada juntamente com a China, Brasil e Rússia, uma das prováveis potências econômicas das próximas décadas.

O presente trabalho está organizado em torno de três partes principais. Na primeira parte é apresentado um marco de referência conceitual e metodológico, que servirá de orientação geral e contribuirá para a análise e interpretação das informações obtidas. A segunda parte é dedicada a um exame das linhas gerais da política externa e de segurança da Índia, o que é feito a partir de uma revisão histórica sucinta, da independência aos dias atuais, a fim de proporcionar um quadro geral que permita compreensão das posições assumidas pelo país em diferentes momentos históricos. Como parte da conclusão são apresentadas algumas implicações para o Fórum IBSA.

II. Marco de Referência

Inicialmente destaca-se o conceito de política externa e as principais abordagens utilizadas em sua análise. Para os objetivos deste trabalho o termo **política externa** refere-se a um conjunto de objetivos ou metas que compõem um programa de iniciativas e ações claramente definidas por um governo, em nome do Estado que representa, e dirigidas essencialmente a outros atores internacionais, governamentais e não-governamentais.

Duas tradições clássicas e suas variantes têm dominado a literatura de Relações Internacionais (RI) desde o surgimento da disciplina como campo de estudos acadêmicos: o idealismo e o realismo. O **idealismo** se inspira no otimismo iluminista do XVIII, no liberalismo do século XIX e nas propostas de Woodrow Wilson.¹ O **realismo** clássico é geralmente entendido na literatura de RI como uma visão de mundo baseada em algumas premissas, tais como: o Estado, considerado único ator do sistema internacional, tido como anárquico (sem estrutura hierárquica formal), possui poder sustentado por sua capacidade militar, o que o torna potencialmente ofensivo. A principal meta do Estado é manter sua soberania e estratégias racionais de sobrevivência.

Nos estudos de política externa predominam também duas abordagens amplas, com suas respectivas variantes. A primeira pode ser identificada como *Innenpolitik*, ou política interna; engloba uma série de vertentes que incluem abordagens cognitivas e psicológicas, burocráticas e institucionais, comportamento em crise, processos decisórios e outras (ALLISON, 1971; ALLISSON & ZELIKOW, 1999). A pressuposição básica é que a política externa de um país será mais adequadamente compreendida e explicada como um produto de sua dinâmica interna. A outra tradição tem suas raízes na *Realpolitik*, ou realismo concebido em termos amplos e conta também com suas próprias variantes; os principais fatores ou variáveis explicativas seriam de natureza predominantemente externa ou sistêmica (CARLSNAES, 2001; ROSE, 1998).

¹ “Um episódio marcante da campanha liberal de Wilson foi seu discurso perante o Congresso dos EUA, em 1918, no qual ele propôs a criação da Liga das Nações, a remoção de barreiras ao livre comércio e a promoção da autodeterminação dos povos. Inspirando-se nas doutrinas liberais de Rousseau, Stuart Mill e outros, Wilson esperava estabelecer as bases para uma nova ordem mundial, com paz e prosperidade” (GUIMARÃES, 2001, p. 43-44).

Do ponto de vista metodológico identificam-se na literatura duas orientações principais no estudo de política externa: o “objetivismo” e o “interpretativismo”, que corresponderiam à clássica distinção feita por Max Weber entre *Erklären* (explicação) e *Verstehen* (compreensão). Essas duas distinções weberianas são tipos ideais, não são mutuamente excludentes; formam uma espécie de *continuum*. O realismo e suas vertentes se identificariam mais com o objetivismo, enquanto que o idealismo e suas vertentes se identificariam mais com o interpretativismo.²

O termo **segurança** pode ter significados diferentes, dependendo do contexto em que é utilizado. Pode referir-se, por exemplo, a pessoas ou grupos, tais como grupos étnicos ou religiosos, a uma sociedade, a um Estado ou ao sistema internacional. No presente estudo o termo é utilizado principalmente no sentido de segurança nacional. O conceito clássico de **segurança nacional** tem sido vinculado ao conjunto de medidas empregadas por um Estado a fim de conter ameaças ou perigos iminentes, internos ou externos, à sua integridade territorial, à sua soberania, à sua ordem política e à sua estabilidade. A principal medida de contenção é o emprego da força ou de mecanismos organizados de poder que desencorajem as ameaças ou previnam os perigos. Por derivação, o conceito de **segurança internacional** relaciona-se com as condições que encorajem ou desencorajem a violência, a agressão e os conflitos entre Estados. O poder e a capacidade militar são os principais instrumentos de persuasão ou contenção utilizados. Em ambos os contextos a existência de **segurança** significa a ausência de ameaças ou perigos iminentes ao Estado ou à sociedade. Entretanto, ultimamente a literatura exhibe uma variedade de termos que buscam exprimir o conceito de **segurança** com diferentes conotações, que refletiriam as novas condições internacionais pós-Guerra Fria, a aceleração do processo de globalização (BUZAN, 1991; MÜLLER, 2001) e a rápida evolução teórica de RI e da subárea de segurança. Um dos argumentos utilizados é que o Estado não é o único ator no sistema internacional, portanto não seria o único objeto de segurança. Surgem assim vários conceitos: **segurança societária**—social, étnica, religiosa, cultural (WAEVER et al., 1993), **segurança humana**³ (BAJPAI, 2000; PARIS,

² CARLSNAES (2001) oferece uma análise atual e aprofundada da literatura sobre política externa.

³ O conceito de **segurança humana** foi proposto no primeiro *Human Development Report* publicado em 1994. O argumento é que o conceito de segurança vinha sendo interpretado de maneira restrita como “...segurança de território de agressão externa”, ou como proteção de interesses nacionais no

2001), **segurança global, mundial** ou **coletiva** (KLARE & THOMAS, 1994), **segurança econômica**—disponibilidade de recursos que permitam a manutenção do bem-estar da população (KAPSTAIN, 1992; ORME, 1997/98), **segurança da informação**—fundamental para a sociedade caracterizada por interdependência (KEOHANE & NYE, 1998), **segurança ambiental** (LEVY, 1995) e, mais recentemente, **segurança energética**.

PARIS (2001, p. 97-101) usa as noções de “alargamento” (considerações não exclusivamente militares) e “aprofundamento” (segurança de pessoas e grupos, não apenas do Estado) como base de uma matriz para construir uma espécie de tipologia de estudos de segurança, que inclui trabalhos focados em ameaças à segurança do Estado (tradição realista), estudos voltados para ameaças a sociedades, grupos e pessoas (conflitos intra-estatais, ameaças do Estado a seus cidadãos, genocídios), estudos de segurança humana (violência civil decorrente de pobreza, da falta de apoio do Estado a direitos básicos das pessoas, etc.).⁴

O presente estudo parte da premissa que ao longo de sua história como Estado moderno a Índia manteve nos primeiros anos uma política externa e de segurança com características predominantemente idealistas, dada a grande influência de Mahatma Gandhi e suas idéias sobre Jawarhalal Neruh e seus principais colaboradores, que governaram a Índia durante os primeiros 17 anos de independência. Em governos posteriores a política externa e de segurança tornou-se mais pragmática e adquiriu gradativamente características mais próximas da *Realpolitik*. Fatores econômicos e de segurança nacional desempenham papel determinante no processo de formulação e implementação de política externa de todo país; ambos esses fatores são produto da interação e interdependência de fenômenos associados à *Innenpolitik* e a variáveis sistêmicas. No caso da Índia a expectativa é que nos anos caracterizados pelo idealismo predominaram os fatores econômicos como principais determinantes da política externa

contexto da política externa, ou “como segurança global contra a ameaça do holocausto nuclear...” Como definido no referido relatório, **segurança humana** teria dois aspectos: 1) proteção de ameaças crônicas como fome, doenças e repressão e 2) proteção de ruptura inesperada de padrões de vida, seja nos lares, no trabalho ou nas comunidades (UNPD, 1994).

⁴ WAEVER (1955) emprega o termo “securitização” (*securitization*), com base nas mensurações “objetivas” de estudos tradicionais de segurança que se valem da linguagem como instrumento para obter poder social. De acordo com o autor, uma determinada questão se torna um problema de segurança quando a elite assim a define.

e de segurança, enquanto que no período da *Realpolitik* se acentua mais a preocupação com segurança nacional. Estas não são proposições a serem verificadas formalmente e sim hipóteses de trabalho que permitirão observar e analisar tendências gerais, mesmo porque o trabalho se vale predominantemente de informações qualitativas, baseadas em fontes oficiais, livros e artigos de periódicos e de centros de pesquisa (*think tanks*), complementadas por matérias extraídas de revistas e jornais. Dadas essas limitações, a pretensão é que do ponto de vista metodológico o trabalho se aproxime mais do interpretativismo do que do objetivismo.

III. Linhas Gerais da Política Externa e de Segurança da Índia

A política externa e de segurança da Índia não será bem compreendida sem contextualizá-la historicamente como fruto dos vários momentos pelos quais passou a nação indiana no esforço de se consolidar como ator regional e internacional. Essa revisão histórica permitirá verificar como a Índia tem superado crises internas e externas desde a independência e ajudará a compreender mais claramente o processo de mudanças da política externa e de segurança nos últimos anos. A revisão compreende dois períodos: o primeiro se inicia com a independência e se encerra no final da década de 1980 e o segundo abrange o período pós-Guerra Fria até os dias atuais. Neste contexto é importante destacar e examinar também os processos de distanciamento e aproximação com os EUA, dada sua importância mundial e presença na Ásia.

1. Do “Idealismo Prático” à *Realpolitik*

A luta da Índia pela independência caracterizou-se não apenas pela não-violência, mas também por um forte idealismo inspirado por **Mahatma Gandhi**, mentor e “grande mestre” de **Jawaharlal Nehru**, PM de 1947 a 1964, considerado arquiteto da Índia moderna. Nehru soube adaptar os ensinamentos, o nacionalismo não-violento e o idealismo de Gandhi, que marcaram a luta pela independência e constituíram os parâmetros para a inserção da nova Índia no cenário internacional. Ele distinguia claramente pacifismo e utopia do que considerava “idealismo prático”. Pacifismo e utopia

teriam conotação negativa, enquanto que o idealismo prático (uma vertente não radical do socialismo) constituiria a viga mestra de uma política externa e de segurança esclarecida e independente. Portanto, o idealismo prático constituiu a base fundamental da política externa e de segurança da Índia pós-independência, cujos objetivos se assentavam sobre dois principais pilares: preservar a paz mundial e ampliar a liberdade humana (CHAULIA, 2002).

A Índia de Nehru combateu o colonialismo e o imperialismo (para ele tanto a URSS como os EUA tenderiam a desenvolver, no longo prazo, algum tipo de imperialismo), liderou também a luta contra o racismo, especialmente a Apartheid então praticada na África do Sul. Como seu próprio ministro das relações exteriores Nehru foi o grande formulador e inspirador da política externa de não-alinhamento (SINHA, 2002; CHAULIA, 2002).⁵ Nova Délhi defendia o direito de definir interesses próprios em matéria de política externa e de segurança, sem qualquer ingerência de outros países. Essa política permitiria à Índia manter-se equidistante das divergências ideológicas então existentes entre as duas superpotências (EUA e URSS) e ao mesmo tempo desempenhar papel internacional muito superior a seu poder militar e econômico. Papel que era sustentado pelo idealismo e pela estatura moral de Nehru que além de criticar o colonialismo e o racismo, defendia o desarmamento mundial, a solução negociada de controvérsias, a coexistência pacífica e o desenvolvimento econômico. Entretanto, uma forte motivação para a política externa de Nehru era demonstrar que a Índia se tornara de fato independente e tinha o direito de traçar seu próprio destino (GANGULY, 2003/2004, p. 41; HILALI, 2001, p. 738).

No plano interno a política de substituição de importações e o regime semi-autárquico vigente durante as décadas de 50 a 70 constituíram desestímulo a investimentos externos, o que prejudicou o processo de crescimento econômico do país, durante esse

⁵ O Movimento dos Países Não-Alinhados, criado em 1961 por Neruh juntamente com Jamal Abdul Nasser, do Egito e o Marechal Josef Tito, da Iugoslávia, apoiados por outros líderes da Ásia e da África, como Sukarno, da Indonésia e Nkrumah, de Gana, pretendia criar um foro que permitiria o diálogo e a ação coletiva dos países em desenvolvimento, em especial as antigas colônias que haviam obtido a independência após a Segunda Guerra mundial. O Movimento dos Países Não-alinhados alcançou importante dimensão política, enquanto que o Grupo dos 77, constituído em grande parte pelos países não-alinhados, tornou-se forte instrumento de negociação e articulação econômica e comercial das nações em desenvolvimento (SINHA, 2002; CHAULIA, 2002).

período e posteriormente, e assim pouco contribuiu para a construção de uma necessária infra-estrutura física e para o fortalecimento das instituições sociais que ajudariam a diminuir a pobreza. A difícil situação interna contribuiu para projetar no exterior uma imagem de grande desigualdade econômica e social: de um lado viviam milhões de pessoas, em condições precárias e em extrema pobreza, pertencentes às castas mais baixas, dentre as quais os intocáveis (*harijans* ou *dalits*), e do outro uma minoria abastada e uma classe média emergente, mas ainda pouco expressiva em relação à população total.

Com a morte de Neruh (27/05/64) foi eleito PM o então ministro sem pasta **Lal Bahadur Shastri**, antigo companheiro de Gandhi e de Nerhu nas lutas pela independência e figura importante do Partido do Congresso. Empossado no dia 9 de junho do mesmo ano Shastri dizia ser “um socialista Neruhviano”; cresceu popularmente e tornou-se herói nacional por haver enfrentado com firmeza a segunda guerra com o Paquistão (1965), cujas tropas haviam ocupado partes do estado de Jammu e Caxemira. Sob auspícios do líder soviético Kosygin, Shastri e o presidente Muhammad Ayub Khan, do Paquistão, compareceram a uma cúpula em Tachkent, concordaram em por fim às hostilidades e no dia 10 de janeiro de 1966 assinaram a Declaração de Tachkent; no dia seguinte Shastri morreu de ataque cardíaco.

Indira Gandhi, filha de Neruh e ministra da Informação e da Radiodifusão, assumiu interinamente a chefia do governo. No ano seguinte foi eleita PM. O país passava por grave crise econômica e escassez de alimentos. Indira negociou com o presidente Lyndon Johnson a importação de grande volume de alimentos e um programa de ajuda econômica. No entanto, por se recusar a apoiar os EUA na Guerra do Vietnam, a ajuda econômica foi cancelada, o que causou críticas e esfriamento das relações bilaterais. O episódio ilustra a determinação da PM em dar continuidade à política de não-alinhamento; por outro lado, levou-a a maior aproximação com Moscou, a ponto de ser acusada pela oposição de haver se integrado à órbita soviética com o objetivo de perpetuar no poder o Partido do Congresso e impor ao país um regime totalitário. Ao longo de seus dois governos (1966-1977 e 1980-1984) a política externa e de defesa da Índia torna-se gradativamente mais pragmática, mais realista, todavia sem abandonar inteiramente valores idealistas (PRAKASH, 2005).

Nos primeiros meses de 1971 uma crise de grandes proporções surgia no então Paquistão Oriental (hoje Bangladesh). Cerca de 15 milhões de bengalis hindus refugiaram-se em território indiano para escapar do genocídio supostamente praticado pelo exército paquistanês, acusado de haver matado mais de três milhões de pessoas em represália ao movimento de independência inspirado na vitória da Liga Awami nas eleições gerais realizadas em 1970. Indira defendeu nas Nações Unidas e junto aos dirigentes das duas superpotências o direito da Índia de intervir no conflito a fim de evitar tragédia humana de maiores proporções. Em dezembro de 1971 mais de 90 mil tropas paquistanesas se renderam ao exército indiano; com a derrota do Paquistão nessa terceira guerra entre os dois países, foi proclamado o novo Estado de Bangladesh, sob auspícios da Índia (PRAKASH, 2005).

Ainda em 1971 a Índia enviou ao espaço seu primeiro satélite artificial. Nesse mesmo ano foi assinado Tratado de Amizade com a União Soviética, com duração prevista para 20 anos. Em 1974 a Índia explodiu sua primeira bomba atômica. De acordo com líderes nacionalistas esse deveria ter sido um momento de definição para a Índia, mas tornou-se uma “oportunidade perdida”. Na ocasião a Índia estaria cerca de 10 anos atrás da China em termos de pesquisas nucleares; somente com novos estudos e vontade política esse hiato poderia ser vencido; por isso, argumentam que os testes deveriam ter continuado, mesmo tendo que enfrentar desaprovação internacional, dificuldades econômicas e outras limitações. Quaisquer tenham sido as limitações internas e externas a mais importante foi a falta de visão estratégica do governo (PRAKASH, 2005).

Considerada culpada em 1975 por usar a máquina do governo e fraudar eleição (a condenação foi mais tarde anulada pela Corte Suprema da Índia), Indira Gandhi declarou Estado de Emergência, suspendeu liberdades civis e passou a governar por decreto. Cerca de mil políticos da oposição e de seu próprio partido foram presos e processados por criticarem ou discordarem das medidas de exceção e do comportamento ditatorial da PM, que interrompeu o processo democrático instituído por Neruh. Sob pressão interna e externa, Indira convocou eleições em 1977; com a imagem prejudicada e desgastada, foi derrotada por **Morarji Desai**, que liderava o Partido Janata, de orientação nacionalista, em coligação com outras agremiações políticas de várias tendências. Companheiro de Gandhi e de Neruh na luta pela independência, Desai se dizia Gandhiano até o final de sua vida; porém era conservador, favorável à privatização de

empresas estatais e se opunha às políticas socialistas de Neruh e ao estilo autoritário da PM. Embora derrotado por Índira em 1966, assumira em 1967 o Ministério das Finanças e o importante cargo de vice-primeiro-ministro. Em 1969 Indira liderou movimento dissidente no Partido do Congresso (Congresso “I”), enquanto Desai tornou-se líder da facção conservadora (Congresso “O”). Indira venceu as eleições gerais de 1971 e Desai permaneceu como líder da oposição. Quando Indira convocou eleições gerais para 1977 Desai organizou o Partido Janata, com apoio de sua facção do Partido do Congresso (“O”) e de outros grupos políticos; venceu as eleições e foi nomeado PM. Seu governo (1977-1979) foi marcado por rivalidades entre as forças que o apoiavam, por acusações de corrupção (inclusive de seu próprio filho) e por longos processos de julgamentos de Indira e de seus colaboradores, por abuso de poder e outras acusações. Tendo em vista a crescente fragilidade da coligação que o sustentava, Desai deixou o governo e se retirou da vida pública. Em termos de política externa suas principais contribuições foram: reaproximação com o governo do Paquistão, chefiado pelo general Zia-ul-Haq, e restabelecimento de relações diplomáticas com a China, rompidas desde a guerra de 1962.

Choudhary Charan Sing, também do Partido Janata, assumiu a chefia do governo por um curto período (jul/79 a jan/80). No início de 1980 novamente no cargo de primeira-ministra, **Indira Gandhi** enfrentou problemas internos, como o movimento separatista dos sikhs no estado do Punjab, cujo líder, Jarnail Singh Bindranwale, alojara-se com seguidores no Templo Amritsar (Templo Dourado), de onde realizavam incursões terroristas contra alvos do governo e contra sikhs e hindus moderados. A invasão do Templo em junho de 1984 por tropas federais, sob ordem da PM, resultou na morte de Bindranwale e de alguns seguidores. No dia 31 de outubro de 1984 Indira Gandhi foi assassinada em sua residência por dois sikhs, membros de sua guarda pessoal, que alegaram como motivo vingança pela profanação de seu Templo sagrado. Indira alcançou formidável reputação internacional como estadista e por sua habilidade política tanto no plano interno como externo. Um de seus biógrafos (MALHOTRA, 2004) escreveu: *“If the list of Indira’s faults and flaws is long, that of her achievements, some of them dazzling, is even longer and more impressive”*. De acordo com o mesmo autor, um de seus grandes sucessos, lembrado com fervor pelo povo indiano, foi a maneira brilhante como conduziu

a guerra para a libertação de Bangladesh. Em consequência da humilhação que sofreu dos EUA nos primeiros anos de seu governo, quando o país enfrentou seca prolongada e falta de alimentos, ela promoveu com sucesso a “revolução verde”. Durante seus governos a Índia tornou-se a “terceira maior reserva de mão-de-obra qualificada em ciência e tecnologia, a quinta potência militar, o sexto membro do clube nuclear, sétimo na corrida espacial e décima potência industrial”. A Índia preza dois de seus atributos: “sua recusa absoluta de comprometer a soberania, a união, os interesses supremos e a honra da Índia” e sua empatia com os pobres (MALHOTRA, 2004; ver também: BHATIA, 1974; The ECONOMIST, 1984; www.departments.kings.edu.womens_history/igandhi.html).

Com a morte de Indira assumiu a chefia do governo, interinamente, seu filho **Rajiv Gandhi**, eleito um mês depois por ampla maioria (1984-1989). Rajiv ensaiou inicialmente retorno à postura idealista Neruhviana ao propor na Assembléia Geral da ONU um Plano de Ação que eliminaria todos os armamentos nucleares. Entretanto, o clima de insegurança interna e de tensão com o Paquistão, e a crença de que aquele país acobertava ou apoiava e treinava grupos terroristas da Caxemira que agiam em território indiano, provocaram grande e rápido aumento do poder militar.⁶ Esse crescimento do poder militar, sem explicação das linhas gerais do pensamento estratégico e da doutrina por traz dessas iniciativas, pode ter sido interpretado pela China e pelo Paquistão como uma tentativa de hegemonia regional; aparentemente por coincidência, nessa ocasião a Índia enviou missões militares ao Sri Lanka e às Maldivas, com o objetivo de garantir a paz, mas essas missões foram interpretadas como ingerência indevida nas duas regiões (PRAKASH, 2005).

V. P. Singh, considerado competente ministro das finanças no governo de Rajiv Gandhi deu início a uma política de liberação da economia, como parte de um programa amplo de reformas; porém, a burocracia e lideranças influentes resistiram às mudanças. Em virtude de sérias discordâncias com a direção do Partido do Congresso (“I”) Singh foi expulso e em 1988 fundou um partido de oposição; após a eleição de

⁶ Foram adquiridos: artilharia pesada, modernos carros de combate, um submarino nuclear e um porta-aviões, além de aviões Mirage 2000, MiGs de modelos 29, 27, e 23 e outros.

1989 formou a coalizão Frente Nacional (*National Front*) e se elegeu PM em um governo de minoria. Seu governo se caracterizou por divergências internas, por ações de grupos terroristas e por protestos de estudantes privilegiados contrários as políticas que facilitariam o ingresso nas universidades de alunos de castas menos privilegiadas, medida que foi posteriormente mantida pela Corte Suprema. O Bharativa Janata Party-BJP (Partido Nacionalista Indu) retirou seu apoio à Frente Nacional, causando à queda do governo, que durou pouco mais de 11 meses (02/12/89 a 10/11/90), enfrentou sérias crises internas, e assim não apresentou contribuição significativa em política externa. Nesse período as tropas indianas deixaram o Sri Lanka, sem ter alcançado o êxito desejado; na mesma ocasião grupos separatistas islâmicos iniciaram campanha de violência na Caxemira. **Chandra Shekhar** substituiu V. P. Singh como PM, mas seu governo durou pouco mais de seis meses (10/11/90 a 21/06/91).⁷

2. A Política Externa Pós-Guerra Fria

Após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria (1991) o novo governo russo não estava em condições de continuar proporcionando à sua tradicional aliada equipamentos e assistência militar nas mesmas condições que a ex-URSS; tampouco poderia defender os interesses indianos em foros internacionais. O modelo soviético de planejamento centralizado e de controle da economia, adaptado parcialmente às condições indianas por Neruh, havia fracassado. A crise no Golfo Pérsico forçou a repatriação de milhares de trabalhadores indianos, o que provocou interrupção de remessas de dinheiro para a Índia ao mesmo tempo em que o petróleo sofria elevado aumento. Estimativas do Ministério das Finanças acusavam perdas para a Índia superiores a 2,5 bilhões de dólares, somente em decorrência da crise do Golfo (GANGULY, 2003/04). Portanto, esse período representou desafios extraordinários para a Índia, com exigências de adaptação econômica, ajustes políticos internos e de sua política externa.

⁷ Shekhar havia rompido com Indira Gandhi em 1975 e em 1977 foi eleito presidente do Partido Janata, que liderou a coalizão de partidos sob a liderança do primeiro-ministro Morarji Desai (1977-1979). Em 1978 o Partido Janata se fundiu com outros partidos de oposição e com o apoio do Partido do Congresso ("I") elegeu Shekhar primeiro-ministro; no entanto, divergências levaram à retirada desse apoio e à subsequente queda do primeiro-ministro.

P. V. Narasimha Rao foi eleito presidente do Partido do Congresso (I) em 1991, após a morte de Rajiv Gandhi, assassinado por um homem bomba (*suicide bomber*) simpatizante dos *Tamil Tigres* do Sri Lanka. Nesse mesmo ano houve eleições gerais e o partido obteve pluralidade no Parlamento; Rao foi escolhido para chefiar um governo de minoria—foi a primeira pessoa não pertencente à família Neruh-Gandhi a chefiar o governo (e ainda assim de minoria) por cinco anos consecutivos (1991-1996), apesar de enfrentar freqüentes manifestações de fundamentalistas hindus, conflitos, terrorismo, e oposição de membros destacados de seu próprio partido. A nova prioridade era promover o desenvolvimento econômico e aumentar a capacidade militar de modo a garantir segurança interna e regional e ao mesmo tempo permitir sustentabilidade no cenário internacional de status compatível com os interesses nacionais e grandeza do país. Segundo JENKINS (2000, p. 28-41), as reformas iniciadas no governo de Rajiv Gandhi constituíram as bases para o programa adotado por Rao de reformas estruturais que incluiu o corte de tarifas, até então das mais altas do mundo, simplificação e redução de regulamentos no setor industrial, redução de subsídios agrícolas e a indústrias de fertilizantes. O programa reduziu parcialmente a presença do Estado e promoveu a abertura da economia. (GANCULY, 2003/04).

Outras medidas do governo incluíram a instituição de um programa de austeridade e incentivo a investimentos estrangeiros. O programa de reformas foi comandado pelo ministro da fazenda, doutor. Manmohan Singh (hoje primeiro-ministro), e a meta principal era integrar a Índia à economia global, apesar da oposição de vários segmentos da sociedade. Não obstante os desafios enfrentados, resultados positivos das reformas começaram a surgir quase imediatamente, com o crescimento anual do PIB de cerca de 3% para 5% a 6%, melhora dos indicadores macroeconômicos, crescimento das reservas, dos investimentos estrangeiros, expansão do volume do comércio exterior. O sucesso das reformas fortaleceu o governo e permitiu o emprego de medidas destinadas a manter a estabilidade interna e promover mudanças na política externa e de segurança (ANDERSEN, 2001).

O PM agiu com firmeza para controlar o terrorismo no Punjab e em outras regiões e grandes cidades, assim como atos de extremistas hindus, que provocaram sérios conflitos com muçulmanos. Rao recusou-se a ceder a demandas de seqüestradores sikhs

e de terroristas da Caxemira. Com base em evidência coletada pelos serviços de inteligência chamou a atenção da comunidade internacional para indícios de apoio do governo do Paquistão a ações terroristas na Caxemira e em território indiano. Os assassinatos de Indira e Rajiv Gandhi provocaram um clima de incertezas e insegurança coletiva, que Rao soube administrar habilmente. Com as iniciativas e medidas adotadas logrou manter um clima de estabilidade e confiança. Decidiu revelar em 1992 as relações estabelecidas com Israel desde 1969 e mantidas em segredo; logo a seguir Israel abriu embaixada em Nova Délhi.⁸ Sua política “Olhe para o Leste” (*Look East Policy*) resultou na aproximação com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (*Association of South East Asian Nations — ASEAN*), em busca de novos mercados e como tática para contrabalançar a influência política e militar da China na região. Posteriormente a Índia se tornou membro do Foro Regional ASEAN e realiza periodicamente exercícios militares com alguns países da Associação.

O processo de abertura resultou em maior aproximação com outros países, como Israel e França, com a qual aprofundou relações políticas e na esfera militar e de segurança, intercâmbio de oficiais de alta patente e aquisição de aviões Mirage. Não obstante divergências e contenciosos, o primeiro-ministro Rao procurou manter contatos com o Paquistão no mais alto nível; valeu-se de foros multilaterais (Davos, Jacarta, Harare) para encontros e diálogos com o primeiro-ministro Nawaz Sharif; encorajou seus ministros e colaboradores a também manterem abertos os canais de comunicação com colegas paquistaneses. Receoso de agravar as relações com Pequim procurou manter em baixo perfil as relações com o Dalai Lama; promoveu ao mesmo tempo o intercâmbio cultural, o comércio, investimentos mútuos e diálogos com relação aos contenciosos de fronteira entre os dois países (GANCULY, 2003/04; ANDERSEN, 2001).

Em maio de 1996 o Partido do Congresso (I) perdeu as eleições gerais. Entre essa data e abril de 1998 houve três governos de curta duração liderados pelo Partido Nacionalista Hindu (BJP) e pelo partido *Janata Dal*. Em maio de 1998 **Atal Bihari Vajpayee**, do BJP, foi escolhido PM; o BJP venceu por maioria novas eleições realizadas

⁸ A Índia mantivera reserva com relação às relações com Israel, temerosa da reação dos países árabes e de sua própria população muçulmana. A iniciativa de Rao objetivava ganhar um valioso aliado no Oriente Médio, potencial fornecedor de armamentos sofisticados.

em setembro de 1999; Vajpayee foi confirmado como PM e só deixaria o cargo em maio de 2004 com a vitória do Partido do Congresso (I). Nos primeiros anos de sua carreira política Vajpayee tornou-se conhecido pela forte oposição ao Partido do Congresso e por sua retórica nacionalista e anti-muçulmana. Surpreendente, como PM agiu com moderação e deu continuidade às reformas e abertura da economia iniciadas no governo anterior.

Os primeiros governos do BJP enfrentaram alguns reveses em sua política externa. Em setembro de 1996 a Assembleia Geral da ONU aprovou por 158 votos a 3 o texto do *Comprehensive Test Ban Treaty*, contra o qual a Índia havia se pronunciado em diferentes ocasiões. Os três votos contrários foram da Índia, do Butão e da Líbia. A mesma Assembleia Geral elegeria cinco novos membros para preencher vagas não-permanentes do Conselho de Segurança; Índia e Japão se candidataram para a vaga reservada à Ásia. O resultado, 142 votos para o Japão e apenas 40 para a Índia, constituiu importante sinal de alerta que reforçou a tendência realista e representou novos desafios para os formuladores da política externa e de segurança da Índia.

O BJP tem suas raízes filosóficas e ideológicas no nacionalismo cultural ou *Hindutva*, que se traduz na busca e restauração da antiga cultura hindu, numa época em que teriam predominado os valores Védicos e a nação se impunha com orgulho e altiveza perante o mundo. O sonho do BJP seria reconquistar para a Índia reconhecimento global e lugar merecido entre as principais nações do mundo. O orgulho e a consciência hindus substituiriam o pacifismo “anglicanizado” de Gandhi e Neruh. Para o ex-ministro dos Negócios Exteriores Jaswant Singh o pretenso pacifismo de Gandhi-Neruh, influenciado pelo Budismo e pelo Jainismo, distorcia a posição estratégico-cultural e enfraquecia uma nação historicamente forte. Outros ideólogos do BJP referem-se freqüentemente à fraqueza, insegurança, marginalização, e falta de poder da Índia no mundo globalizado. A política externa do BJP iria defender os interesses nacionais e buscava transformar a Índia em centro autônomo de poder mundial (CHAULIA, 2002).

A abertura econômica iniciada a partir de 1991 e outras mudanças promovidas durante o governo do PM Rao foram fundamentais para a política do novo governo de incentivos a investimentos externos e aproximação com a numerosa comunidade indiana residente no exterior, em especial nos EUA, onde muitos descendentes galgaram posições

de destaque na economia, na vida acadêmica, em ciência e tecnologia e em informática. Muitos desses “expatriados” bem sucedidos têm investido em empreendimentos indianos ou regressado à Índia para estabelecer negócios próprios, que têm contribuído para projetar o país no cenário internacional em áreas como tecnologia da informação, informática e a indústria farmacêutica e química.

A relativa estabilidade econômica obtida com as reformas e abertura permitiram ao novo governo orientar sua política externa como instrumento de desenvolvimento nacional, sem descuidar da política de segurança. O PM **Vajpayee** apoiou e deu prioridade ao programa nuclear com o objetivo de transformar a Índia numa potência nuclear, conforme sua própria declaração: “*Índia has never considered military might as the ultimate measure of national strength, but it is a necessary component of national strength*” e assim terá o respeito do mundo (INDIA TODAY, 1998).

A Operação Shakti ou Pokhran II—os testes nucleares conduzidos nos dias 11 e 13 de maio de 1998—, considerada por dirigentes do BJP como seu grande momento histórico e “uma síntese do realismo político” (CHAULIA, 2002),⁹ provocou reações adversas de mais de 150 países, de organismos internacionais e regionais, do G-8, enfim, condenação praticamente de toda a comunidade internacional. Em 06 de junho de 1998 o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) aprovou resolução, com voto favorável do Brasil, então membro não-permanente do Conselho, de repúdio aos testes nucleares realizados pela Índia (e pelo Paquistão, que duas semanas mais tarde realizou seus próprios testes). Convocados pela secretária de Estado Madeline Albright os cinco membros permanentes do CSNU (EUA, França, China, Grã-Bretanha e Rússia) reunidos em Genebra em junho de 1998, condenaram os testes e as pretensões da Índia de se tornar membro do clube atômico. Em entrevista à BBC por ocasião de encontro do G-8 em Birmingham, Inglaterra, o presidente Bill Clinton e o PM Tony Blair criticaram o governo indiano pelas explosões e alertaram para um cenário de possíveis conflitos no Sul da Ásia. O mundo inteiro interpretou tais testes como sério retrocesso dos esforços de

⁹ De acordo com CHAULIA (2002), o BJP considera o aniversário das explosões o “dia de ressurgimento da Índia”.

não-proliferação e de paz na região. Os EUA e 14 outros países impuseram sanções ao governo indiano e ao do Paquistão (INDURTHY, 2002; US Government, Congressional Quarterly, 1998).¹⁰

Ao defender a política nuclear da Índia, SINGH (1998, p. 43-49) argumenta que ao longo de décadas, nenhum outro país discutira com tanto cuidado a “dicotomia entre suas necessidades soberanas de segurança” e o desarmamento global, entre as “abordagens moralista e realista”, entre uma política nuclear secreta e uma aberta. Para Singh a Índia foi o primeiro país a propor a eliminação dos testes nucleares (1954), um tratado não-discriminatório de não-proliferação (1965), um tratado proibindo o uso de armas nucleares (1978), o congelamento nuclear (1982) e um programa que eliminaria totalmente as armas nucleares (1988). Entretanto, argumenta Singh, a maioria dessas iniciativas foi rejeitada pelos Estados nucleares (EUA, União Soviética/Rússia, França, Grã-Bretanha e China), os quais “ainda consideram tais armas essenciais para sua própria segurança”. O resultado foi um regime de não-proliferação prejudicial à segurança da Índia, o que foi amplamente demonstrado pela colaboração sino-paquistanesa, “—uma flagrante violação do TNP—”. Para Singh, o regime de não-proliferação, como concebido e aprovado, e as atitudes dos países nucleares, impuseram à Índia uma espécie de “apartheid nuclear”, obrigando-a à opção nuclear, ainda que os testes realizados em maio de 1998 não tiveram como alvo nenhum país específico; seu objetivo foi assegurar ao povo indiano compromisso com sua própria segurança (SINGH, 1998).

Em abril de 1999 o PM Vajpayee criou o Conselho de Segurança Nacional (CSN), com o objetivo de “analisar ameaças militares, econômicas e políticas à nação” e assessorar o governo. Criou-se também a função de Chefe do Pessoal de Defesa (*Chief of Defence Staff*) e a Agência de Inteligência de Defesa (*Defence Intelligence Agency*), a fim de coordenar os processos de aquisição de armamentos, logística e estratégia. Em

¹⁰ As sanções incluíram: controle mais rígido de exportações, suspensão de relações bilaterais relacionadas com defesa, suspensão de outros programas de cooperação bilateral e cancelamento de ajuda externa. As sanções impostas pelos EUA incluíram também restrições à obtenção de empréstimos e créditos através do *Eximbank* e da *Overseas Private Investment Corporation*, oposição a empréstimos ou assistência por parte do Banco Mundial e do FMI, além de restrições a empréstimos ou créditos de bancos comerciais norte-americanos. Ao serem anunciadas as sanções, no dia 18 de junho de 1998, Yashwant Sinha, então ministro das finanças teria anunciado que embora as restrições impostas pelos EUA impediriam o fluxo de cerca de 2,5 bilhões de dólares, haveria outras fontes de recursos e que os investimentos externos diretos não cessariam em decorrência das sanções (INDURTHY, 2002).

observância ao princípio do BJP “segurança primeiro, o resto virá depois” o governo anunciou ambicioso programa de modernização de todo o aparato militar, com orçamento recorde; nas palavras do vice-primeiro-ministro L. K. Advani, “uma reforma geral do sistema para enfrentar os desafios de segurança do século 21”; seria a primeira reforma dessa natureza e com tal amplitude desde a independência da Índia, afirmou Advani. No entanto, de acordo com CHAULIA (2002, P. 223), na prática a “cultura estratégica” da Índia mudou muito pouco nos primeiros anos do governo de Vajpayee. O CSN seria inoperante e a Agência de Inteligência de Defesa enfrentaria resistência de burocratas do Ministério da Defesa. Além disso, parte substancial dos aumentos do orçamento de defesa teria sido usada para pagamento de pessoal. Novos aumentos do orçamento de 2000-2001 resultaram de avaliação crítica do desempenho inadequado e de falhas de equipamentos durante o conflito com o Paquistão em maio-julho de 1999 (“guerra de Kargil”).

A dramática viagem de ônibus do PM Vajpayee a Lahore para reunir-se com o PM Nawaz Sharif em fevereiro de 1999—alcançada “diplomacia de ônibus”—demonstrou o otimismo de Vajpayee e o desejo de melhorar o clima entre os dois países. Foi a primeira visita ao Paquistão de um chefe de governo da Índia desde a visita de Neruh quarenta anos antes. Como ministro dos Negócios Exteriores na década de 1970 Vajpayee promoveu expansão do comércio bilateral e procurou intensificar as relações em vários setores, apoiou a readmissão do Paquistão no Movimento dos Países Não-Alinhados e na Comunidade Britânica. Entretanto, não logrou progresso significativo na questão da Caxemira, mesmo porque o BJP, desde sua fundação em 1951, defendia a “reversão da Partilha” (ou seja, a reunificação do Paquistão e Índia), que considerava um erro do Partido do Congresso, em “sua sede pelo poder”. A questão deixou de figurar como prioridade do partido, mas nos anos 80/90 surgiu o fundamentalismo hindu, novo obstáculo à solução pacífica da controvérsia, tão forte quanto o fundamentalismo islâmico existente no Paquistão (CHAULIA, 2002).

Em conferência pronunciada no National Defence College em Nova Délhi (nov/2002) o então ministro dos Negócios Exteriores, Shri Yashwant Sinha afirmou: *“Today’s foreign policy is therefore more realistic based on the recognition that India’s place in the comity of nations will be determined by the economic and military strength*

that is there to back it up. It does not mean abandonment of idealism but clearly idealism alone cannot suffice. We live in a world where such idealism does not exist. It has become a thing of the past and every one is interested in making one's foreign policy on realistic considerations". Portanto, para SINHA (2002, p. 3) os princípios norteadores da política externa e de segurança da Índia passaram a se identificar com a *Realpolitik*, com vistas à consecução dos interesses nacionais.

Em pronunciamento perante a Academia Diplomática da Rússia o ex-ministro SINHA (2003) enfatiza a interdependência de fatores internos e externos na política externa da Índia: "A política externa de todo país importante é um reflexo direto de suas orientações políticas nacionais, de suas metas para o futuro, e da auto-percepção de seu papel e destino no mundo... A Índia hoje enfrenta o futuro e o mundo com confiança e otimismo... Essa autoconfiança e auto-afirmação" são hoje características da política externa da Índia. O ministro avalia positivamente os avanços obtidos por seu país em suas relações com os principais centros de poder mundial, com seus vizinhos, com aliados tradicionais e com países da Américas Latina. Destaca os desafios com relação ao Paquistão e o terrorismo na Caxemira e em partes da Índia e manifesta preocupação com respeito ao enfraquecimento das Nações Unidas e do multilateralismo em geral, em vista da invasão do Iraque por tropas americanas e seus aliados.

A vitória do Partido do Congresso em maio de 2004 e a posse do novo governo chefiado pelo PM Manmohan Singh não trouxe grandes alterações na política externa e de segurança, apesar de pressões de partidos da esquerda que compõem a base de sustentação do governo no sentido de reverter a uma orientação política de não-alinhamento. De fato, tem havido pouca mudança significativa de curso, dadas as grandes transformações na arena internacional e a estreita aproximação com os EUA nos últimos anos. Uma evidência de continuidade na política externa e de segurança são os acordos celebrados com os EUA, na área de Defesa com duração de 10 anos, a Declaração Conjunta que propõe a criação de uma "parceria global" EUA-Índia e prevê cooperação em vários setores, inclusive na área nuclear e, finalmente, o Acordo Nuclear firmado em agosto de 2007. Essas iniciativas foram negociadas durante o governo de Vajpayee, mas a aceitação formal dos acordos e compromissos são de responsabilidade do atual governo, liderado pelo Partido do Congresso.

Com o colapso da URSS os EUA se transformaram na única superpotência mundial, com presença e interesses históricos na Ásia. Além de aliado tradicional do Paquistão, nos últimos anos os EUA (com apoio de outros membros da OTAN) mantêm tropas no Afeganistão e disputam com Rússia e China o “novo grande jogo” por influência e poder na Ásia Central, de interesse estratégico também para a Índia. Portanto, para melhor compreender a política externa e de segurança da Índia e seus esforços para inserção regional e internacional é importante examinar sucintamente convergências e divergências com os EUA e o papel da superpotência na conjuntura econômica, político-diplomática e de segurança na região.

3. Distanciamento e Aproximação com os EUA

Durante a Guerra Fria as relações Índia-EUA caracterizaram-se por distanciamento.¹¹ Entre outros fatores, contribuíram para esse distanciamento o apoio dado pelo presidente John F. Kennedy a Portugal, membro da OTAN, na invasão de Gôa por forças indianas e sua anexação, e o apoio militar dos EUA ao Paquistão desde o início da década de 1950, especialmente à ditadura do general Zia-ul-Haq nas décadas de 1970/80. Na perspectiva norte-americana a Índia agia de maneira dúbia e parcial, contrária a seu pretenso não-alinhamento, ao criticar as potências ocidentais na crise do Canal de Suez (1956), enquanto se omitia com relação à invasão soviética da Hungria (1956) e da Tchecoslováquia (1968). Outro episódio que marcou negativamente o relacionamento bilateral foi a seguinte afirmação, atribuída ao ex-embaixador dos EUA na Índia, Daniel P. Moynihan, em consequência das medidas de Emergência decretadas pela primeira-ministra Índira Gandhi em 1975: *“Índia’s democracy was the one claim that they had on us ... when Índia ceased to be a democracy, our actual interests there*

¹¹ Mesmo antes da independência da Índia (1947) houve demonstrações de desconfiança mútua: líderes do movimento de independência esperavam que o presidente Franklin D. Roosevelt pressionasse o primeiro-ministro Winston Churchill quanto à questão da descolonização, o que não ocorreu, dando lugar à interpretação de cumplicidade dos EUA com a postura imperial britânica; por outro lado, o governo norte-americano considerou inapropriada a pressão dos indianos e inoportuno o *Quit Índia Movement* de 1942, sob alegação de que o esforço de guerra era mais importante (SAGAR, 2004; KUX, 1992).

just plummeted. I mean, what does it export but communicable diseases?" (SAGAR, 2004, p. 117).

Durante a Guerra do Golfo (1991) membros do parlamento e outros líderes indianos condenaram os ataques ao Iraque e o abastecimento de aviões norte-americanos em Mumbai, com destino ao Iraque, tornou-se polêmica nacional.¹² Ao aproximar-se dos EUA o PM P. V. Narasimha Rao (1991-1996) procurou dar às relações bilaterais um nível de maturidade e cooperação até então inexistentes, mesmo sob críticas da oposição, de nacionalistas radicais e de partidos da esquerda. Sua visita aos EUA em 1994 foi de grande importância para criar um clima positivo entre os dois países. Rao discursou perante o Congresso e analisou com o presidente Bill Clinton questões de interesse mútuo. Entretanto, assuntos pendentes permaneceram como obstáculos para maior aproximação bilateral.

Resultados de votações nas Nações Unidas são indicadores válidos de coincidência ou divergência entre países em questões de política externa e segurança. A título de ilustração, os votos da Grã-Bretanha e de Israel, dois fiéis aliados, geralmente coincidem em mais de 90% com os votos dos EUA, especialmente em questões consideradas importantes pelo governo norte-americano. No entanto, os votos dados pela Índia só coincidem em cerca de 20% com os dos EUA. Essa discrepância foi consistente em questões como sanções econômicas e o embargo contra Cuba, abusos de direitos humanos, moções de censura contra Irã, Cuba, Iraque e outros países, questões relacionadas com a Palestina e com o Oriente Médio. Por outro lado, o governo norte-americano sempre foi contrário a resoluções apresentadas por países do G-77 e defendidas pela Índia, uma das quais foi a resolução apresentada em 1998 sobre o "direito ao desenvolvimento" (SAGAR, 2004).

Conforme já se mencionou, as explosões nucleares realizadas nos dias 11 e 13 de maio de 1998 provocaram séria reação do presidente Bill Clinton, que impôs sanções ao governo indiano (INDURTHY, 2002; Congressional Quarterly, 1998). Líderes

¹² A Índia tentara aproximação com Bagdá, dentro ainda do espírito idealista do não-alinhamento e tendo em vista que o Iraque fornecia cerca de 30% de suas necessidades de petróleo, mas sua iniciativa unilateral para evitar o conflito não teve êxito; no Conselho de Segurança votou contra a resolução que impunha a rendição do Iraque e o fim da guerra.

do Congresso norte-americano apoiaram Clinton nessas decisões, embora alguns deles manifestassem simpatia pela posição da Índia, entre eles o senador Patrick Daniel Moynihan e o então *House Speaker* Newt Gingrich, que acusou a Administração Clinton de parcialidade, por mostrar-se tolerante para com a China, ditadura comunista, mas pouco sensível com relação à Índia, uma democracia. O senador Moynihan sugeriu que a Índia fosse aceita no clube nuclear, desde que assinasse o TNP e o CTBT (INDURTHY, 2002; US Government, Congressional Quarterly, 1998; Índia Abroad, 1998).¹³

A questão nuclear foi parte das diferenças entre EUA e Índia desde o estabelecimento de relações diplomáticas logo após a independência. Os EUA procuravam desencorajar países como Índia e Brasil a não desenvolverem tecnologia nuclear, com a promessa de apoiar pesquisas nucleares para fins pacíficos. A Índia aparentemente nunca se convenceu a abandonar inteiramente seu programa nuclear. Vários eventos históricos são mencionados para justificar “a obsessão da Índia com a opção nuclear durante décadas, considerando-a como principal moeda de poder”, ainda que com enorme prejuízo para seu progresso (THAKUR, 1997): a perda da guerra com a República Popular da China em 1962, a explosão nuclear realizada pela China em outubro de 1964, o desenvolvimento de relações estratégicas China-Paquistão, a guerra indo-paquistanesa de 1965. Esse conjunto de eventos teria tido impacto traumático na Índia e levado o então primeiro-ministro Lal Bahadur Shastri a autorizar o programa nuclear.¹⁴

¹³ *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty* (CTBT) proíbe todo tipo de explosão nuclear. Movimentos para banir testes nucleares começaram nos anos 1950. Em 1963 foi assinado o *Partial Test Ban Treaty*, que baniu testes na atmosfera, sob a água e no espaço. A França e a China não assinaram o Tratado. Em 1968 foi assinado o *Nuclear Non-proliferation Treaty* (TNP), que proíbe a países não-nucleares possuir, fabricar ou adquirir armas nucleares ou outros artefatos nucleares. Todos os signatários assumiram o compromisso de desarmamento. Negociações para o CTBT começaram em 1963; a Assembleia Geral da ONU adotou o Tratado no dia 10/09/1996; abertura para assinatura teve início no dia 26/09/1996 em Nova York, quando foi assinado por 71 Estados, incluindo os cinco Estados nucleares. Até o dia 23/12/05 176 países (de 194 membros da ONU) haviam assinado o Tratado; destes, 126 o ratificaram; 18 não assinaram e 68 não ratificaram, inclusive os EUA. A Índia não o assinou (nem tampouco o TNP); África do Sul assinou em 24 set 1996 e ratificou em março 1999; Brasil assinou em 24 set 1996 e ratificou em 24 jul 1998 (CTBT0 – *Preparatory Commission for the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organization* (www.ctbto.org/), acessado em 23 dez 2005).

¹⁴ TALBOTT (1999, p. 112) menciona dois documentos importantes que confirmam essa suposição: uma carta que a primeira-ministra Indira Gandhi (sucessora de Shastri) enviou ao presidente Lyndon B. Johnson em maio de 1966, na qual fica implícito que o programa nuclear chinês estaria levando a Índia a promover seus próprios testes nucleares, ainda que relutantemente, e um memorando preparado para o presidente Johnson pelo Conselho de Segurança Nacional, em junho de 1966, no qual se destaca a seguinte passagem: “Tal decisão poderia iniciar uma cadeia de proliferação nuclear. Isto seria contrário aos interesses nacionais básicos dos EUA”.

Strobe Talbot, sub-secretário de Estado e Jaswant Singh (então conselheiro sênior para Assuntos Estrangeiros do PM Vajpayee, posteriormente ministro dos Negócios Estrangeiros) realizaram em 1998/99 uma série de encontros para apagar arestas e promover maior aproximação entre os dois países, porém, mudanças significativas ocorreriam a partir de meados de 1999, quando o presidente Bill Clinton pressionou o governo do Paquistão a retirar suas tropas que haviam avançado além da Linha de Controle na Caxemira e se encontravam nas proximidades da cidade de Kargil. Os líderes indianos mostraram-se positivamente impressionados com a iniciativa do presidente Clinton, pois esperavam que o governo norte-americano apoiaria o Paquistão, seu tradicional aliado, em mais essa crise resultante da disputa pelo controle da Caxemira. Em setembro do mesmo ano (1999) a Índia assinou a **Convenção Internacional para o Combate ao Terrorismo** e iniciou campanha contra o terrorismo, tendo como referência o Paquistão e o Afeganistão.

Em março de 2000 Clinton realizou visita de seis dias à Índia. Com referência à questão nuclear, Clinton teria manifestado ao PM Vajpayee o direito da Índia “de garantir suas próprias necessidades de segurança”, mas desejava que a Índia não se engajasse numa corrida armamentista nem prosseguisse com os testes nucleares. O PM teria afirmado que a política nuclear indiana não representava ameaça para os EUA e que a Índia não desejava a guerra contra o Paquistão nem tampouco uma corrida armamentista. Em discurso perante o Parlamento indiano, entre outros aspectos, Clinton prometeu cooperação com a Índia no combate ao terrorismo. Um dos pontos altos da visita foi assinatura de Memorando de Entendimentos e Declaração Conjunta de cooperação em várias áreas. A visita, considerada um sucesso por ambos os governos, estabeleceria as bases para nova fase de relacionamento mais amistoso e mais sólido entre os dois países. Em seu regresso Clinton fez escala protocolar de algumas horas no Paquistão, quando teria exortado o novo presidente general Pervez Musharraf a contribuir para o diálogo com a Índia, a fim de trabalharem juntos para a solução da questão da Caxemira e a manutenção da paz no Sul da Ásia (INDURTHY, 2002, p. 10-13).

Nos dias 14 a 17 de setembro do mesmo ano (2000) o PM Vajpayee visitou oficialmente os EUA. Em Declaração Conjunta os dois líderes ratificaram entendimentos e negociações iniciadas por ocasião da visita do presidente Clinton à Índia, em março,

destacando-se projetos de cooperação em vários setores considerados de grande importância para a preservação da paz, prosperidade, democracia e liberdade. Concordaram que o momento seria propício para prosseguir com o diálogo e maior aproximação a fim de ampliar parcerias (TALBOTT, 1999; KUX, 2002, INDURTHY, 2002).

Ao assumir o governo, em janeiro de 2001, o presidente George W. Bush manifestou interesse em dar prosseguimento ao processo de aproximação com a Índia. Outro sinal positivo veio do Secretário de Estado Colin Powell perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado (17/01/01), ao afirmar que apoiava o fim das sanções impostas à Índia (em consequência das explosões nucleares de maio/98) e que a Índia deveria ter “alta prioridade” na política externa dos EUA. Durante visita de Jaswant Singh (que assumira o Ministério da Defesa) ao secretário da defesa Donald Rumsfeld e a Condoleezza Rice, conselheira para assuntos de Segurança Nacional, em abril do mesmo ano, num inesperado gesto de cordialidade o presidente W. Bush convidou Singh para um encontro no *Oval Office*, quando teria reiterado o interesse de seu governo em maior proximidade com a Índia. Nesse novo clima de cordialidade o governo indiano foi um dos primeiros a manifestar apoio formal à polêmica proposta do programa “antimísseis nucleares” apresentada por Bush em maio de 2001 (KUX, 2002).

Após os ataques terroristas ao *World Trade Center* e ao Pentágono (11/09/01) as relações Índia-EUA tornaram-se mais estreitas. A Índia ofereceu suas bases para uso de aviões norte-americanos na guerra contra os *talibans* do Afeganistão e Bush suspendeu as sanções econômicas impostas à Índia. Em encontro realizado em Nova York (nov/2001) o presidente Bush e o PM Vajpayee concordaram em expandir ainda mais a cooperação EUA-Índia em várias áreas: contra-terrorismo, segurança regional, ciência e tecnologia, pesquisa espacial, segurança nuclear para fins pacíficos, economia. Agências dos dois países iniciaram intercâmbio de inteligência sobre grupos terroristas; em janeiro de 2002 formaram o Grupo de Trabalho Índia-EUA contra o Terrorismo (*Índia-US Joint Working Group on Counter Terrorism*); aumentaram os contatos de alto nível, especialmente na área de segurança. Desde 2002 as forças armadas dos dois países têm realizado exercícios conjuntos (KUX, 2002; KRONSTADT, 2005).

Em janeiro de 2004 o presidente Bush e o PM Vajpayee concordaram que a parceria estratégica EUA-Índia incluiria cooperação em três áreas (as chamadas “*trinity*”

areas): produtos de alta tecnologia de uso “dual” (*dual use high technology goods*) e áreas nuclear e espacial “civis” (não militares), além de ampliação do diálogo sobre mísseis defensivos. Essa iniciativa, rotulada “Próximos Passos na Parceria Estratégica” (*Next Steps in Strategic Partnership – NSSP*), envolveria uma série de compromissos de ambas as partes. Em março de 2005 o governo Bush lançou “nova estratégia para o Sul da Ásia”; um de seus objetivos seria “ajudar a Índia a tornar-se uma grande potência mundial no século 21” (KRONSTADT, 2005a e 2005b)¹⁵. O próximo passo foi assinatura, com o novo governo da Índia, recém eleito, de Acordo de Defesa (28/06/05) com duração de 10 anos, quando se anunciou “nova era” nas relações bilaterais que abrangeriam colaboração em operações multilaterais, expansão do comércio de material de defesa, aumento de oportunidades para a transferência de tecnologia e co-produção, cooperação ampliada na área de mísseis defensivos e na criação do Grupo para Aquisição Conjunta e Produção de Material de Defesa. Na perspectiva dos EUA, a cooperação com a Índia na área de defesa atenderia a princípios e interesses mútuos, tais como derrotar o terrorismo, prevenir a proliferação e manter a estabilidade regional. Para o PM Manmohan Singh três fatores principais levaram à redefinição das relações com os EUA: o fim da Guerra Fria, a aceleração do processo de globalização e o papel de cerca de dois milhões de indo-norte-americanos.¹⁶

Poucas semanas depois (18/07/05) os dois mandatários firmaram Declaração Conjunta que propõe a criação de uma “parceria global” EUA-Índia e prevê cooperação em vários setores: economia, energia e meio ambiente, democracia e desenvolvimento, não proliferação e segurança, alta tecnologia e atividades espaciais. Bush declarou na ocasião: “como Estado responsável com avançada tecnologia nuclear, a Índia deve adquirir os mesmos benefícios e vantagens que outros Estados”; afirmou que trabalharia para obter “completa cooperação com a Índia em energia nuclear civil”. No dia 3 de

¹⁵ A Índia poderia adquirir equipamentos militares sofisticados diretamente dos EUA e de Israel, com autorização do Departamento de Estado para sistemas desenvolvidos pelos dois países. A expectativa do Departamento de Defesa dos EUA seria que a lista de compras da Índia alcançaria U\$5 bilhões. Afirma-se ainda que os EUA receberiam favoravelmente eventuais pedidos da Índia para a compra de aviões de combate F-16 ou F/A-18.

¹⁶ “New Framework for US-India Defense Relationship”, June 28, 2005 (www.indiaembassy.org/), Washington, DC; www.armscontrol.org/act/2005_focus.asp?print.

agosto de 2007 o porta-voz do Departamento de Estado liberou para a imprensa o texto completo do “Acordo de Cooperação entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da Índia a Respeito do Uso Pacífico da Energia Nuclear”. O Acordo prevê a cooperação entre os dois países em vários setores, mas se limita essencialmente a aspectos civis (não militares) do programa nuclear indiano. Todavia, sabe-se que a concretização dessa cooperação exigirá mudança na atual legislação norte-americana, sujeita à aprovação do Congresso, assim como alteração das diretrizes do *Nuclear Suppliers Group*, composto de 45 países, o que significaria mudança de normas com relação a países não signatários do TNP, no caso a Índia. Por outro lado, o governo indiano também tem enfrentado oposição em sua própria base de sustentação no Parlamento, em especial dos partidos comunistas que compõem essa base.

Desde sua divulgação a Declaração Conjunta (18/07/95) tornou-se alvo de amplo debate nos dois países. George PERKOVICH (2005), do *Carnegie Endowment for International Peace* analisou o documento e concluiu: “Os líderes dos EUA e da Índia...identificaram premissas que devem ser questionadas e políticas que devem ser repensadas tanto em nível bilateral como no contexto do regime internacional de não-proliferação. Não constituirá surpresa se as novas premissas e políticas que ofereceram nessa primeira tentativa, com pouco debate aberto, exigirem melhora significativa. Um plano alternativo, menos radical e mais equilibrado, que se adapte às regras da não-proliferação e atenda aos interesses excepcionais da Índia seria mais útil para os EUA, para a Índia e para o mundo e teria melhor possibilidade de ser implementado sem grandes decepções”.

O debate na Índia reflete preocupações nacionalistas e de mudança de curso da tradicional política de não-alinhamento. Para alguns, a Índia estaria em posição desvantajosa e uma das razões seria seu acesso limitado a urânio—suas reservas conhecidas seriam de urânio de baixa qualidade e estariam muito aquém das necessidades. Outras preocupações referem-se à importância real do acordo para a Índia, ao custo que o país terá de pagar para sua concretização, às implicações das condições estabelecidas pelo governo dos EUA, e como separar a retórica das possibilidades concretas. A distinção real entre o programa militar e o civil e se a Índia estaria realmente disposta a aceitar a presença da AIEA em suas instalações, o que poderá implicar na

revelação de conhecimento alcançado por meio de esforço genuíno de cientistas indianos, são outras questões que vêm sendo debatidas. O Institute of Peace and Conflict Studies-IPCS, *think tank* de Nova Délhi, promoveu um “exercício de simulação”, com participantes de várias organizações indianas, tendo como principal objetivo identificar questões importantes relacionadas com o acordo proposto e prováveis dificuldades para sua implementação. Dentre as principais conclusões destacam-se: muita divergência de opiniões; a conciliação de tais divergências seria uma das principais tarefas das partes; o lado norte-americano não identifica claramente os objetivos que pretende alcançar por meio do acordo e o que estariam dispostos a conceder para que o acordo seja implementado; do lado indiano faltou esclarecer o papel da energia nuclear no contexto das necessidades energéticas totais do país; houve ênfase excessiva nos requisitos estratégicos.¹⁷

Apesar de forte pressão do governo, grande parte da comunidade científica da Índia apoiou Anil Kakodkar, presidente da Comissão de Energia Atômica, em sua objeção ao acordo. Em Washignton há a preocupação de que a proposta apresentada pela Índia, para reatores civis e militares, não seria considerada adequada pelo Congresso dos EUA. Dennis Kux, ex-diplomata norte-americano e especialista em estudos indianos afirmou em entrevista a órgão da imprensa indiana que o *establishment* nuclear indiano não estaria “confortável” com os aspectos relativos à divisão civil-militar prevista no acordo porque isso implicará em mudanças de padrões seguidos há décadas. Kux teria afirmado ainda que o acordo não terá impacto no programa estratégico da Índia—aparentemente em alusão às críticas de Kakodkar.

Crítica possivelmente mais contundente foi feita pelo respeitado físico nuclear indiano, Adinarayan Gopalakrishnan, ex-presidente da Comissão Reguladora de Energia Atômica, que afirmara em simpósio sobre o tema “O Dilema Nuclear da Índia”, realizado em Nova Délhi (08/02/06): “O programa nuclear indiano certamente crescerá com ou sem o acordo Índia-EUA. A Índia não necessita entregar seu programa [nuclear] como uma oferenda de sacrifício para agradar aos EUA em troca da promessa de uma aliança

¹⁷ Insitute of Peace & Conflict Studies, New Delhi (www.ipcs.org/index.jsp) acessado em 10/02/2006.

estratégica ampla ou do status de ‘grande potência’’. Várias autoridades e cientistas declararam apoio a Gopalakrishnan.

A aprovação do Acordo pelas casas legislativas de ambos os países permanece incerta. A campanha eleitoral para as eleições de novembro de 2008 tem sido a grande preocupação da maioria dos congressistas norte-americanos, muitos com sua re-eleição em jogo. A possibilidade de vitória do candidato democrata, Barak Obama, e de uma maioria democrata tanto na Câmara de Representantes como no Senado, contribui decisivamente para essa incerteza. A oposição ao Acordo por parte de segmentos importantes de sua base de sustentação constitui sério dilema para o atual governo indiano, liderado pelo Partido do Congresso, que estaria inclusive propenso a antecipar as eleições gerais na expectativa de conquistar maioria no Parlamento e assim melhorar sua chance de obter aprovação do Acordo.

IV. Conclusão e Implicações para o Fórum IBSA

1. Conclusão

Em discurso perante a 60ª. Sessão da Assembleia Geral da ONU o PM SINGH (2005) afirmou: “o mundo em desenvolvimento encara desafio duplo. Primeiro há o desafio doméstico de administrar mudança política, econômica e social em um ambiente de crescentes expectativas e aumento das disparidades. Em segundo lugar, encaramos o desafio de garantir por nós mesmos um ambiente internacional que permita alcançarmos nossas aspirações desenvolvimentistas. Esses desafios são interligados em nosso mundo globalizado e êxito ou fracasso nesse duplo empreendimento teria consequências globais”. A Índia em particular, desde a independência enfrenta dificuldades e desafios em seus ambientes interno (doméstico) e externo para manter segurança e estabilidade e ao mesmo tempo assegurar condições para crescimento sustentável, para governabilidade e continuidade do regime democrático que tem caracterizado seu sistema político e para sua inserção regional e internacional como potência emergente.

Após quatro décadas de crescimento pouco expressivo do PNB, a partir de reformas e abertura da economia no início dos anos 90, a Índia iniciou fase de crescimento

que vem alcançado até 9% ao ano, com possibilidade de manter esse patamar ou mais nos próximos anos. Entretanto, há gargalos a superar: continuidade do processo de reformas e iniciativas de natureza político-social destinadas a minorar as graves disparidades econômicas e sociais que condenam milhões de pessoas a viver em condições precárias e às vezes subumanas. Outro desafio são as dezenas de movimentos separatistas e grupos terroristas que atuam em território indiano.

A Índia encontra-se cercada por vizinhos que enfrentam dificuldades para manter estabilidade política e econômica, alguns deles considerados “Estados falidos”. Seu ambiente sub-regional caracteriza-se por conflitos, rivalidades entre grupos étnicos e religiosos, disparidades econômico-sociais, pelo predomínio de governos autoritários e corruptos—alguns deles hostis à Índia, pela produção e tráfico de drogas ilícitas. Em tais condições a segurança regional torna-se extremamente complexa. O Paquistão permanece o maior desafio nas relações da Índia com seus vizinhos; é considerado em círculos indianos como o epicentro do terrorismo internacional; membros do *Al-Qaeda* e do *Taliban*, expulsos do Afeganistão, atuam nas províncias da Fronteira do Noroeste e do Baluquistão, no estado de Jammu e Caxemira e na própria Índia. Não obstante iniciativas recentes em busca do diálogo e da paz,¹⁸ analistas indianos acreditam que o Paquistão ainda constituiria ameaça, pois a complexa rede criada por A. Q. Khan e seus associados para o tráfico ilícito de tecnologia e material nuclear estaria ativa e manteria ramificações em países europeus e asiáticos (JOHN, 2006).

O ambiente na região Leste-Oriental também permanece tenso. Grupos maoístas do Nepal alcançaram o poder em eleições recentes, destituíram o rei e proclamaram regime republicano. Porém, é difícil antecipar se o novo governo conseguirá manter estabilidade e ordem. Decorridos mais de trinta anos da independência, obtida com apoio da Índia, Bangladesh continua com graves problemas internos, incapaz de promover a conciliação de facções nacionalistas bengalis e muçulmanas e sem condições de definir sua própria identidade frente ao vizinho mais poderoso. Para alguns analistas, Bangladesh se rivalizaria com o Paquistão por suas atitudes pouco conciliatórias e

¹⁸ “Three legs good. A tentative beginning to a dialogue between Índia, Pakistan and Kashmira”. **The Economist**, Sept 8th, 2005 (www.economist.com/PrinterFriendly.cfm/)

resistência a uma maior aproximação político-diplomática e econômica com a Índia, apesar de interesses mútuos (BAHROO, 2005). Por possuir a maior economia e o único regime democrático estável na região, atribui-se à Índia papel de suma importância em termos econômicos, políticos e de segurança, tendo em vista o comportamento de países vizinhos.

O idealismo “prático” de Neruh constituiu a base fundamental da política externa e de segurança da Índia pós-independência (1947-1964). Com essa política Neruh procurou manter a Índia eqüidistante das divergências ideológicas que caracterizavam o cenário mundial da Guerra Fria. Ao longo de mais de 15 anos no poder, a política externa e de segurança da primeira-ministra Indira Gandhi tornou-se gradativamente mais realista. A derrota para a China (1962) e distúrbios políticos e sociais internos revelaram sérias limitações estratégicas e de segurança, em parte superadas durante seus dois governos. Durante esse período a Índia obteve grandes avanços em ciência e tecnologia, tornou-se potência militar respeitável, explodiu o primeiro artefato nuclear, ingressou na corrida espacial e construiu importante base industrial. No decorrer de seu governo (1984-1989) Rajiv Gandhi enfrentou clima de conflitos internos e de tensão com o Paquistão; por isso deu continuidade à política de fortalecimento do poder militar e da segurança interna e regional.

O PM P. V. Narasimha Rao (1991-1996) enfrentou com firmeza o terrorismo e grupos fundamentalistas, conduziu reformas econômicas e políticas que reduziram a presença do Estado na economia e criaram condições para o início de uma fase de abertura, com resultados positivos. Rao enfrentou desafios decorrentes do colapso da União Soviética e de grandes transformações globais. A Índia mostrou-se pouco preparada para enfrentar essas rápidas mudanças que provocaram inevitável realinhamento nas relações internacionais; optou por uma política externa de maior inserção internacional e de aproximação com os EUA e de maior inserção regional.

A abertura econômica e a relativa estabilidade interna permitiram ao governo liderado pelo BJP (1966-2004), orientar sua política externa como instrumento de desenvolvimento nacional, sem descuidar da segurança. Com as explosões nucleares de maio de 1998 e a declaração de que o país era agora uma potência nuclear, seguidas de teste bem sucedido do míssil balístico intermediário Agni II (1999), a política externa

e de segurança da Índia passaria a basear-se definitivamente no reconhecimento de que sua inserção nos cenários regional e internacional seria determinada principalmente pelo poder econômico e militar.

Após os ataques terroristas em setembro de 2001 e as manifestações de apoio do governo indiano, as relações Índia-EUA tornaram-se mais estreitas e mais densas. Iniciativas de cooperação se concretizaram principalmente nas áreas de segurança, defesa e combate ao terrorismo. O clima favorável elevou a parceria estratégica entre ambos a um novo patamar, com a disposição dos EUA de cooperar com a Índia em áreas de tecnologia sensível e de mísseis. Em março/2005 Bush declarou que apoiaria a Índia em seu esforço para se tornar grande potência mundial no século XXI. A assinatura do Acordo de Defesa (28/05/05) e de Declaração Conjunta (18/07/05) propondo parceria global e cooperação em áreas de interesse recíproco, constituíram as bases para o Acordo de Cooperação Nuclear (03/08/07), pendente de aprovação pelo Congresso dos EUA e pelo Parlamento indiano, assim como pelo *Nuclear Suppliers Group*.

2. Implicações para o Fórum IBSA

Dado esse quadro geral da política externa e de segurança da Índia e a Agenda de Cooperação aprovada na primeira Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo (Nova Délhi, março/2004), uma indagação pertinente refere-se às principais áreas de possível convergência de interesses e objetivos e possíveis diferenças de percepção entre Índia, Brasil e África do Sul, em termos de política externa e segurança.

Uma característica comum aos três países é a importância de cada um deles em suas respectivas regiões e sub-regiões, do ponto de vista geoestratégico, geoeconômico e político. Embora com trajetórias políticas diferentes, os três países compartilham valores democráticos, gozam de estabilidade política e têm condições e potencial para influenciar positivamente seus respectivos ambientes regionais e sub-regionais e criar melhores condições de governança e estabilidade. Brasil, Índia e África do Sul compartilham também forte opção pelo multilateralismo, em particular pelo fortalecimento das Nações Unidas, suas agências e programas de prevenção de conflitos e operação e manutenção da Paz. Os três países apóiam reformas da ONU, em particular

do Conselho de Segurança. Aspiram cadeiras permanentes no referido Conselho, mas enfrentam obstáculos em suas respectivas regiões, além de restrições de alguns membros permanentes do Conselho. Índia e Brasil, juntamente com Alemanha e Japão, trabalharam em prol de sua eleição como membros permanentes do CSNU. A eleição não se realizou, porém a iniciativa foi oportuna e certamente contribuiu para aprofundar conhecimento e estreitar relações entre os membros do grupo.

Brasil, Índia e África do Sul compartilham também alguns problemas econômico-sociais, tais como concentração de renda e má distribuição de riqueza, e outras dificuldades afins, entre as quais precariedade dos serviços de saúde e educação. Em termos do Índice de Desenvolvimento Humano divulgado anualmente pelo PNUD (2007), o Brasil aparece na 70ª posição (índice de 0,800), a África do Sul na 121ª (índice de 0,674) e a Índia na 128ª (índice de 0,619). Por outro lado, nos últimos anos a Índia vem exibindo altas taxas de crescimento anual do PNB, possui abundância de mão-de-obra qualificada e é um dos países mais atraentes para investimentos estrangeiros. Artigo publicado em **The Economist** (Dec 17th 2005, p.57-58) mostra que há hoje uma verdadeira onda de investimentos na Índia: a Microsoft anunciou plano de investir US\$1,7 bilhão nos próximos quatro anos. O artigo destaca o seguinte comentário atribuído a Bill Gates: “A única coisa que nos limita na Índia hoje é a velocidade com a qual podemos recrutar”. A Intel e a Cisco Systems também anunciaram investimentos de mais de um bilhão de dólares cada uma. Outras grandes empresas do exterior e da própria Índia (Tata, Infosys, Winpro) também anunciaram planos de investimento.

Portanto, apesar da grande massa de população carente (mais de 1/3 da população total), o clima na Índia é de otimismo e de expectativa desenvolvimentista, como demonstra *survey* publicado com o sugestivo título “*India’s shining hopes*” (LONG, 2004). Tanto a África do Sul como o Brasil vêm se esforçando para criar condições macroeconômicas e políticas favoráveis ao desenvolvimento e poderiam se beneficiar da experiência da Índia, por meio de projetos de cooperação e intercâmbio, conforme previsto na Agenda de Cooperação.

Conforme já foi mencionado, a Índia encontra-se cercada por Estados vulneráveis; alguns deles hostis. A África do Sul também tem experimentado desafios com relação a seu ambiente sub-regional e tem logrado relativo êxito com sua política

de multilateralismo regional. Nos últimos anos o Brasil vem dando ênfase à aproximação e aprofundamento das relações políticas, econômicas e de segurança com seus vizinhos, em especial com parceiros do MERCOSUL e com os países da América do Sul. Esse processo de aproximação tem contribuído para superar desconfianças e rivalidades históricas, por exemplo, entre Brasil e Argentina, que hoje realizam projetos em cooperação, inclusive nas áreas de segurança e nuclear. O intercâmbio de experiências e estratégias ao lidar com problemas e desafios dessa natureza, com participação de tomadores de decisão e formadores de opinião em diferentes níveis de governos e sociedades, poderá oferecer oportunidade para melhor conhecimento mútuo e motivar projetos de cooperação bilateral e trilateral. Neste contexto é oportuno reiterar o que já se mencionou com relação à Agenda de Nova Délhi, que dá ênfase especial à cooperação Sul-Sul, na expectativa de que essa cooperação seja fator positivo de aproximação e estreitamento das relações entre os três países e à promoção do desenvolvimento.

Nos últimos anos a política externa da Índia tem se orientado pela *Realpolitik*. Em pronunciamento comemorativo durante o 40º. aniversário do *Institute of Defence Studies and Analysis* (IDSA) o PM SINGH (nov/2005) reconhece que "... as relações internacionais são em última análise relações de poder, baseadas na *realpolitik*, não em sentimento...". Nessa perspectiva o país tem aumentado significativamente seu poder militar; em 2006 o aumento da verba destinada a área de defesa atingiu 7% e equivale a mais de 2,6% do PIB. Em reunião anual com os comandantes das forças armadas (outubro de 2005), o PM Singh declarou: "Nossa prioridade é realizar políticas que gerem desenvolvimento econômico mais rapidamente e mobilizar mais recursos" para as forças armadas. Afirmou ainda: "Se nossa economia crescer a uma taxa anual de oito por cento não será difícil ...alocar cerca de três por cento do produto nacional bruto para nossa defesa nacional". O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD indica que em 2007 a Índia mantinha 1 milhão e 310 mil homens em suas forças armadas, número várias vezes superior aos contingentes do Brasil (288 mil) e da África do Sul (62 mil). Dados disponíveis revelam que o Brasil destina cerca de 1,5% do PIB para despesas militares, enquanto a África do Sul destina cerca de 1,6% (SIMPRI, 2008). Observadores concordam que a Índia necessita modernizar sua força militar, a quarta do planeta. No entanto, nos últimos anos a Índia tem sido um dos maiores compradores de armamentos

do mundo; teria adquirido pelo menos 126 novos e modernos aviões F-16 e F18;¹⁹ adquiriu em setembro de 2005 seis novos submarinos do tipo Scorpene produzidos em conjunto pela França e Espanha; estaria negociando a aquisição de sistema antimísseis dos EUA, sistemas lançadores de foguetes da Rússia, além de acordo para fabricação do míssil Brahmos e de nova geração de aviões de combate. Em meados de 2005 o governo anunciou oficialmente a intenção de construir seu primeiro porta-aviões; com o porta-aviões que possui e demais navios de vários tipos e capacidade, a Índia aumentará consideravelmente seu poder naval (www.spacewar.com/news/india; Kuan, 2005).

Analistas observam que membros influentes do *establishment* de segurança e defesa da Índia argumentam que a história recente indica que o poder e a força são indispensáveis ao país que aspira tornar-se grande potência e que é necessário avaliar permanentemente e com o máximo cuidado seus objetivos nacionais e persegui-los com vigor, com uma política externa e de segurança pró-ativa. Recomendam que a Índia assuma posição de liderança na busca de soluções viáveis para o subcontinente asiático, em vez de esperar por iniciativas externas à região (BAHROO, 2005).

No discurso que pronunciou por ocasião do 40º. aniversário do IDSA, já referido, o PM SINGH salientou que a política de segurança da Índia baseia-se em três pilares: fortalecimento econômico e tecnológico do país; desenvolvimento de capacidade defensiva adequada com o ótimo uso da ciência e da tecnologia modernas, de modo a capacitar a Índia a enfrentar efetivamente os desafios de sua segurança; e desenvolver parcerias nas esferas econômicas e tecnológicas para ampliar as alternativas políticas e as opções de desenvolvimento. Com o objetivo de alcançar suas metas, a Índia vem buscando engajamento das principais potências e regiões estrategicamente importantes. Para alcançar seus interesses na área de segurança, a Índia deve enfatizar relações cooperativas, construtivas e mutuamente benéficas. Mais importante, diz o PM “devemos nos engajar de maneira pró-ativa no fortalecimento de mecanismos multilaterais para a segurança financeira, economia e política”.

A percepção é que nos próximos anos a Índia manterá tais esforços em primeiro plano. Questões de segurança—em suas diversas dimensões: militar, econômica,

¹⁹ “US jet deals reflect a balancing act”. The Seattle Times, 27/03/2005.

social, política, alimentar, etc.—, de terrorismo, do fundamentalismo islâmico, competição para manter e ampliar sua esfera de influência e aquisição de recursos energéticos certamente constituirão prioridades na agenda da política externa e de segurança da Índia. Como parte de seus esforços para lidar com esses e outros desafios a Índia tem incentivado a criação de centros de excelência (*think tanks*) na área de segurança e estratégia e a formação de uma comunidade de estrategistas e analistas competentes, capacitados a realizar planejamento pró-ativo de longo prazo. Portanto, a Índia estaria em condições de compartilhar com os outros dois parceiros essa experiência, através de intercâmbio, seminários e outras iniciativas.

Embora não haja indícios de que algumas das questões destacadas anteriormente constituam prioridade nas agendas de política externa e segurança do Brasil e da África do Sul, em virtude de grandes diferenças em seus ambientes doméstico e externo—em comparação com a Índia—, seria oportuna a realização de estudos comparativos dos três países, que permitam tratamento sistemático e aprofundado destas e de outras questões. Um tema importante relaciona-se com o próprio grau de interesse e comprometimento efetivo de cada um dos três parceiros com a Agenda de Cooperação aprovada em março de 2004 na reunião de Nova Délhi. Neste contexto é oportuno observar que durante a pesquisa bibliográfica realizada para o presente trabalho, junto a entidades acadêmicas, centros de pesquisa, periódicos e principais jornais indianos, nenhuma menção ou referência à iniciativa tripartite foi observada, exceto pronunciamentos e documentos oficiais. Índia, África do Sul e Brasil poderão cooperar em projetos que visem identificar, analisar e solucionar pacificamente conflitos para que não tenham de recorrer às armas. A título de ilustração, o terrorismo e o narcotráfico são fenômenos de difícil previsão e controle, por suas ramificações regionais e transnacionais; o combate a tais questões será mais viável e mais eficaz se encarados como desafios estratégicos multinacionais. Conforme afirmou o PM SINGH (nov/2005), “Nenhum país do mundo, nem o mais poderoso, nem tampouco a atual superpotência, pode combater ameaças unilateralmente.”. Esse fato torna a diplomacia e o intercâmbio na esfera diplomática e nas esferas societárias especialmente importantes; permitem a busca em parceria por soluções não militares e de longo prazo para situações de conflito e de segurança.

Uma palavra final refere-se aos possíveis efeitos da eventual concretização da proposta do Acordo Nuclear Índia-EUA sobre o Fórum IBAS. Superados todos os obstáculos, a Índia obteria praticamente o mesmo status dos outros cinco países detentores de capacidade nuclear plena (EUA, Rússia, China, França, Grã-Bretanha) e lograria objetivos que vem perseguindo há anos. Por outro lado, parte das objeções ao Acordo Nuclear referem-se à falta de definição clara dos programas nucleares militar e civil da Índia, pois as salvaguardas previstas no TNP se aplicariam apenas ao programa civil. Tanto o Brasil como a África do Sul são signatários do TNP e desistiram de seus próprios projetos nucleares com fins militares. A aprovação do Acordo Índia-EUA por suas respectivas casas legislativas, e sua eventual ratificação pelo *Nuclear Suppliers Group* (NSG)—ao qual pertence tanto o Brasil como a África do Sul—poderia levar ao colapso o regime de não-proliferação, já abalado pelo fracasso da 7ª. Reunião de Revisão realizada em maio de 2005 em Nova York. Uma das condições para participação no NSG é apoio aos esforços internacionais no sentido de coibir a proliferação de armas de destruição em massa e de seus vetores.

Referências Bibliográficas

ALLISON, Graham T. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crises**. Boston, Little Brown, 1971.

ALLISON, Graham and ZELLIKOW, Philip. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. New York, Longman, 1999.

ANDERSEN, Walter. "Recent Trends in Indian Foreign Policy". **Asian Survey**, Vol. 41, No. 5 (Sep. – Oct., 2001), 765-776.

BAJPAI, K. "Human Security". **Kroc Institute Occasional Paper #19:OP:1**, 2000, 64 p.

BAHROO, Laxman. "India's Foreign Policy Challenges: Today and Beyond". **Security Research Review**. Vol. I (2), January, 2005, p. 1-5.

BHATIA, Krishan. **Indira: A Biography of Prime Minister Gandhi**. New York, Praeger, 1974.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. “Declaração de Brasília”. Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia, Brasília, 6 de junho de 2003.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, “Agenda de Cooperação”. Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-Africa do Sul, Nova Délhi, 5 de março de 2004.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post Cold War Era**. New York, Harvester Wheatsheaf and Boulder, Lynne Rienner, 1991, 2nd. Ed.

CTBTO. “Preparatory Commission for the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organization”. www.ctbto.org/, acessado em 23 dez 2007)

CARLSNAES, Walter. “Foreign Policy”. P. 331-349 in CARLSNAES, Walter, THOMAS, RISSE, Thomas and SIMMONS, Beth A (eds.). **Handbook of International Relations**. London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, 2001.

CHAULIA, Sreeram S. “BJP, India’s Foreign Policy and the “Realist Alternative” to the Nehruvian Tradition”. **International Politics**, Vol. 39, June 2002, p. 215-234.

GANCULY, Sumit. “India’s Foreign Policy Grows UP”. **World Policy Journal**, Winter no. 4, 2003/04, p. 41-47.

GUIMARÃES, Lytton L. “Relações Internacionais como Campo de Estudos: Discurso, Raízes e Desenvolvimento, Estado da Arte”. **Cadernos do REL, No. 17**. Departamento de Relações Internacionais, Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2001.

HILALI, A. Z. "India's Strategic Thinking and Its National Security Policy". **Asian Survey**, Vol. 41, No. 5 (Sep.-Oct, 2001, p. 737-764.

INDIA/INSTITUTE OF PEACE & CONFLICT STUDIES, New Delhi (www.ipcs.org/index.jsp) acessado em 10/02/2008.

INDIA, Parliament of India. (www.parliamentofindia.nic.in/), acessado em 02/01/2008.

INDIAN/MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. "New Framework for US-India Defense Relationship", Indian Embassy, Washington, DC, June 28, 2005 (www.indiaembassy.org).

INDIA ABROAD, 1998.

INDIA TODAY, 1998, "Hawkish India", June 1, 1998, p. 10-15.

INDURTHY, Rathnam. "Índia and the Clinton-Bush Administrations". **World Affairs**, Vol. 165, No. 1, Summer 2002, p. 3-24.

JENKINS, Rob. **Democratic Politics and Economic Reform in India**. Cambridge, U.K., Cambridge University Press, 2000.

JOHN, Wilson. "AQ Khan Network: Alive and Still Working". **Institute of Peace and Conflict Studies**, New Délhi, article No. 1934, 20 janeiro 2006.

KAPSTEIN, Ethan B. **The Political Economy of National Security**. Columbia, University of South Carolina Press, 1992.

KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S., Jr. "Power and Interdependence in the Information Age". **Foreign Affairs**, Vol. 77, No. 5, 1998, p. 81-94.

KLARE, Thomas & THOMAS, Daniel C. **World Security—Challenges for a New Century**. New York, Saint Martin's Press, 1994.

KRONSTADT, K. Alan. "India-U.S. Relations". **CRS Issue Brief for Congress**. Washington, DC, The Library of Congress, updated November 15, 2005 (a).

KRONSTADT, K. Alan. "India: Chronology of Recent Events". **CRS Report for Congress**. Washington, DC, The Library of Congress, November 14, 2005 (b).

KUAN, Eric Koo Peng. "India's Projection of Naval Power A Necessary One". South Asia Analysis Group, Paper 1517, 24.08.2005.

KUX, Dennis. "Roosevelt: The United States Meets India" in KUX, Dennis. **Estranged Democracies**. Washington, DC, National Defense University Press, 1992.

KUX, Dennis. "Índia's Fine Balance". **Foreign Affairs**, Vol. 81 No. 3 (May/June 2002), p. 93-106.

LEVY, Marc. "Is the Environment a National Security Issue?" **International Security**, Vol. 20, No. 2, 1995, p. 35-62.

LONG, Simon. "India's Shining Hopes – A Survey of India". **The Economist**, February 21st 2004, 1-20.

MALHOTRA, Inder. "Indira Gandhi's Legacy". BBC News. http://www.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/2/hi/south_asia/3960877.stm. published:2004/10/04, acessado em 27/11/07.

MÜLLER, Harald. "Security Cooperation". P. 369-391 in CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas & SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, 2001.

NAYAN, Rajiv. "The Indo-US nuclear deal has generated a lot of heat: here's why". New Delhi, **Institute for Defence Studies and Analysis/Financial Express**, August 4, 2005.

ORME, John. "The Utility of Force in a World of Scarcity". **International Security**, Vol. 22, No. 3, 1997/98, p. 138-67.

PARIS, Roland. "Human Security. Paradigm Shift or Hot Air?". **International Security**, Vol. 26, No. 2 (Fall 2001), p. 87-103.

PERKOVICH, George. "Faulty Promises. The U.S.-Índia Nuclear Deal". **Carnegie Endowment for International Peace**, Policy Outlook: Carnegie Nonproliferation/ South Asia, Washington, D.C., September 2005, 13 p.

PRAKASHI, Arun. "Emerging India: Security and Foreign Policy Prspectives". Inaugural address, Chief of Naval Staff & Chairman COSC, IDSA Fortieth Anniversary Commemorative Seminar, September 1, 2005.

ROSE, Gideon. "Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy". **World Politics**, 1998, 51:144-72.

SAGAR, Rahul. "What's in a Name? India and America in the Twenty-First Century". **Survival**, Vol. 46, no. 3, Autumn 2004, p. 115-136.

SINGH, Jaswant. "Against Nuclear Apartheid", **Foreign Affairs**, Vol. 77 No. 5 (September-October 1998), p. 41-52.

SINGH, Manmohan, "Address by the Prime Minister of Índia at 60th Session of the United Nations General Assembly", New York, September 15, 2005, www.meaindia.nic.in/, acessado em 05/01/2008.

SINGH, Manmohan, "IDSA (Institute of Defence and Analysis) Anniversary Speech by Prime Minister Dr. Manmoham Singh", New Delhi November 2005, acessado em 30/01/08.

SINHA, Shri Yashwant. "India's Foreign Policy: Successes, Failures and Vision in the Changing World Order". Conferência pronunciada pelo então Ministro dos Negócios Exteriores, no National Defense College, Nova Delhi, no dia 18.11.2002, www.meaindia.nic.in/, acessado em 10/12/2007.

SINHA, Shri Yashwant. "India's Foreign Policy Today", Speech by His Excellency Minister of External Affairs of India at the Diplomatic Academy, Moscow, February 20, 2003, acessado em 20/12/2007..

SIPRI. "Military Expenditure and Arms Production Project, 2008" (www.simpri.org/contents/milap, acessado em 30/06/2008)..

TALBOTT, Strobe. "Dealing with the Bomb in South Asia". **Foreign Affairs**, Vol. 78, No. 3 (March-April 1999), p. 110-122.

THAKUR, Ramesh. "India and the World: Neither Rich, Powerful, nor Principled". **Foreign Affairs**, Vol. 76, No. 4 (July-Aug 1997), p. 15-22.

THE ECONOMIST, "Reform in India. Democracy's Drawback". **The Economist Print Edition** Oct 27th 2005.

THE ECONOMIST, 3 November 1984, 35-36.

THE ECONOMIST. "The Next Wave: India's IT and remote-service industries just keep on growing". Dec. 17th, 2005, p. 57-58.

THE ECONOMIST. "Delhi, and the Indo-Pakistani peace process, under attack". Global Agenda, Nov 2nd 2005 (www.economist.com./agenda/PrinterFriendly.cfm?story_id=5104426)

THE ECONOMIST. "Three legs good. A tentative beginning to a dialogue between Índia, Pakistan and Kashmira"., Sept 8th, 2005 (www.economist.com./PrinterFriendly.cfm/)

THE HINDU, "India's foreign policy compromised: experts". New Delhi, 29/10/2005, www.thehindu.com/2005/10/29/stories..., acessado em 15/12/2007.

THE SEATTLE TIMES, "US jet deals reflect a balancing act", 27/03/2005.

UN/UNDP, **Human Development Report**, 2004, 2007.

US GOVERNMENT, STATE DEPARTMENT. "Annual Report on Voting Practices in the UN", <http://www.state.gov/p/io/conrpt/vtgprac/>, acessado em 15/12/2007.

US GOVERNMENT, STATE DEPARTMENT, "Joint Statements Between President George W. Bush and the Prime Minister Manmohan Singh", July 18, 2005 (<http://www.state.gov/p/sa/rls/pr/2005/49763.htm>), acessado em 10/02/2007.

US GOVERNMENT, CONGRESSIONAL QUARTERLY, 16 May, 1998, p. 1317-1318.

WAEVER, Ole et al. Identity, **Migration and the New Security Agenda in Europe**, London, Pinter, 1993.

www.departments.kings.edu.womens_history/igandhi.html, acessado em 27/12/2007.

www.flonnet.com/fl2020/, acessado em 26/12/2007.

www.spacewar.com/news/india, acessado em 02/02/2008.



2.

India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect





2. India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect

Sumit Ganguly

This paper will provide a survey of India's foreign policy since 1947 to the present day. It is divided into three distinct historical sections. The paper will also attempt to explain the underlying reasons for these the initial orientation and subsequent shifts that occurred over time. The first section deals with the period from 1947 to 1962, the second from 1962 to 1991 and the third from 1991 to the present. The choice of these three segments is far from arbitrary. The first period constituted the most idealistic phase of India's foreign policy under the tutelage of India's first prime minister, Jawaharlal Nehru. The second began with India's disastrous defeat in the 1962 Sino-Indian border war. This period saw a gradual shift away from the early idealism that had characterized the country's foreign policy and the adoption of an increasingly "self-help" approach to foreign policy while retaining elements of the Nehruvian rhetoric.¹ The third phase began with the end of the Cold War and the adoption of a more pragmatic foreign policy hewing closely to the principles of Realism.²

The Sources of India's Foreign Policy

Systemic, national and decision-making factors helped shape post-independence India's foreign policy choices.³ However, this paper will argue that India's policymakers chose, quite deliberately to ignore systemic constraints and decided to pursue an explicitly ideational foreign policy and with mostly disastrous consequences.⁴

¹ On the concept of "self-help" see Kenneth Waltz, *The Theory of International Politics* (Boston, MA: McGraw-Hill, 1979).

² For a statement of the key principles of Realism and its manifold forms see John Mearshiemer, *The Tragedy of Great Power Politics* (New York: Norton, 2001).

³ On the three levels of analysis see Kenneth Waltz, *Man, State and War: A Theoretical Analysis* (New York: Columbia University Press, 1965 [1959]).

⁴ On the ideational sources of India's foreign policy see Michael Brecher, *India and World Politics: Krishna Menon's View of the World* (London: Oxford University Press, 1968)

The pursuit of such a policy left India utterly unprepared to cope with a serious security threat from the People's Republic of China and culminated in a disastrous border war in 1962. Only in the aftermath of the border war did India embark on a "self-help" strategy designed to guarantee its security.⁵

The systemic constraints on India's foreign policy stemmed from the onset of the Cold War which virtually coincided with India's independence in 1947. Interestingly enough, neither the Soviet Union nor the United States evinced any great interest in India at the onset of the Cold War. The United States was virtually ignorant about India and had few cultural, strategic or economic links with the nascent nation.⁶ Consequently, in the immediate aftermath of India's independence it paid scant attention to India. Simultaneously, the Soviet Union did not attach any strategic significance to India.⁷ This mutual lack of interest in India actually worked to India's advantage as it gave the country considerable room for maneuver. However, at a regional level, the distribution of power placed India at a disadvantage. The other major regional state, the People's Republic of China (PRC) posed a significant security threat to India one which it chose to ignore at its own peril.⁸

At a national level, the memories of colonial rule contributed to political culture which privileged the concept of national autonomy. The desire to maintain the greatest possible independence in the conduct of India's foreign affairs was a sentiment that pervaded the country. Public opinion, to the limited extent that it was concerned with foreign affairs, would find any notion of deference to external powers to be intolerable.⁹ The country had been under the yoke of colonial rule for two hundred years and the weight of this colonial past was considerable.

⁵ Lorne J. Kavic, *India's Quest for Security; Defence Policies, 1947-1965* (Berkeley: University of California Press, 1967).

⁶ On this subject see the Robert McMahon, *The Cold War on the Periphery: The United States, India, and Pakistan* (New York: Columbia University Press, 1994).

⁷ Robert Donaldson, *Soviet Policy Toward India: Ideology and Strategy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974).

⁸ On the security threat from China that culminated in the Sino-Indian border war of 1962 see John Garver, *Protracted Conflict; Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century* (Seattle: University of Washington Press, 2001).

⁹ For a discussion of the role of public opinion on Indian foreign policy see Jayuntanuja Bandopadhyaya, *The Making of India's Foreign Policy: Determinants, Institutions, Processes, and Personalities* (Bombay: Allied Publishers, 1970).

Not surprisingly, India's post-independence policymakers were acutely sensitive to the significance of this colonial legacy. Accordingly, they explicitly sought to forge a pathway that would keep India outside the ambit of the Cold War. Such a strategy was possible because anti-imperialist sentiments were widespread within the Indian polity across the political spectrum.¹⁰ This strategy came to be known as non-alignment and Indian policymakers were at pains to distinguish it from "neutralism".¹¹

The real architect of this policy was Prime Minister Nehru. Even though he was temperamentally a Western liberal, he was deeply skeptical of the United States.¹² In part, his skepticism was the consequence of his highly Anglicized personal and professional background. In effect, he had come to share the British upper class disdain for the United States. His views toward the Soviet Union were more ambivalent. He was also cognizant of the horrors of Stalin's collectivist enterprise though admiring of the achievements of the forced-draught industrialization program. His partiality toward the USSR also stemmed from his own social democratic predilections.

At least two factors can be adduced to explain Nehru's adoption of non-alignment as the lodestar of India's foreign policy. First, he was acutely concerned about the opportunity costs of defense spending. Any involvement with the two emerging blocs, he feared, would draw India into the titanic struggle and divert critical resources from economic development.¹³ Second, he was intent on maintaining India's hard-won independence. Moving into the ambit of either superpower could compromise such freedom of maneuver.

The Pathway to 1962

From the time of independence to the disastrous border conflict with the PRC, three key features characterized India's foreign policy. First, India played a significant

¹⁰ On this subject see J. Ann Tickner, *Self-Reliance versus Power Politics: The American and Indian Experience in Building National States* (New York: Columbia University Press, 1986).

¹¹ See A.P. Rana, *The Imperatives of Nonalignment: A Conceptual Study of India's Foreign Policy Strategy in the Nehru Period* (Delhi: Macmillan Co. of India, 1976).

¹² See Jawaharlal Nehru, *Toward Freedom: The Autobiography of Jawaharlal Nehru* (Boston: Beacon Press, 1963 [1941]).

¹³ On Nehru's misgivings about defense spending see Stephen P. Cohen, *The Indian Army: Its Contribution to the Development of a Nation* (Berkeley: University of California Press, 1971)

role in multilateral institutions and particularly in United Nations peacekeeping operations. Second, it also emerged as a critical proponent of the nonaligned movement. Third, as a leader of the nonaligned movement it also made a significant contribution toward the process of decolonization.

These three critical commitments, in turn, manifested themselves at global, regional and national levels. At a global level, India attempted to defuse Cold War tensions in a number of contexts regional and functional. To that end, India had emerged as one of the early proponents of a nuclear test ban treaty and in 1952 had introduced a draft resolution co-sponsored with Ireland to bring about a global ban on nuclear tests. In the event, thanks to the exigencies of Cold War politics, little or nothing came of this effort. Nevertheless, this endeavor was a manifestation of India's interest in forging a particular global order, one which would hobble the use of force in international affairs. India also sought to play a vital role in United Nations peacekeeping operations as well as the peaceful resolution of regional disputes. In pursuit of these ends India became involved in the International Control Commission in Vietnam along with Canada and Poland, it was a key member of the Neutral Nations Repatriation Commission in Korea and it also made a significant troop contribution the United Nations Peacekeeping forces in the Belgian Congo.¹⁴ Also, India proved to be a tireless campaigner in the effort to bring about the end of decolonization. To that end, India's diplomacy was carefully geared to the discussion of the issue at various international for and especially in the Non-Aligned Movement (NAM).

In the region, it referred the Kashmir dispute with Pakistan to the United Nations for possible resolution. To the dismay of its policymakers, the issue became quickly embroiled in the politics of the Cold War.¹⁵ As a consequence of the largely partisan discussions at the United Nations, India's political leadership became increasingly disillusioned about the resolution of its bilateral territorial disputes

¹⁴ On India's role as a mediator in South-East Asia see D.R. Sardesai, *Indian Foreign Policy in Cambodia, Laos and Vietnam* (Berkeley: University of California Press, 1968).

¹⁵ The best discussion of this subject can be found in C. Dasgupta, *War and Diplomacy in Kashmir, 1947-48* (New Delhi: Sage Publications, 2002).

through the mechanism of the United Nations. Not surprisingly, after extensive diplomatic discussion with the intransigent Salazar regime in Portugal produced a deadlock and Prime Minister Nehru faced increasing criticism from a group of Afro-Asian leaders, India chose to use force to oust the Portuguese from their colonial enclave in Goa in 1960.¹⁶

Finally, at national level, the country's commitment to nonalignment led to the adoption of particular set of significant policy choices. Specifically, one of the key elements of the doctrine of nonalignment was the limitation of high defense expenditures.¹⁷ To this end Indian military expenditures were drastically limited even when steady evidence about a possible security threat from the People's Republic of China (PRC) continued to mount.¹⁸ Such a policy, unfortunately, proved to be extremely costly when the border negotiations with the PRC ultimately reached a cul-de-sac in 1960. Faced with this situation, India embarked upon a strategy of compellence designed to restore what it deemed to be the territorial status quo along the disputed Himalayan border. This policy, however, was singularly ill conceived as it involved sending in lightly armed, poorly equipped and ill-prepared troops to high altitudes in "penny packets". In October 1962, when the People's Liberation Army (PLA) attacked with considerable force, the Indian military was grossly unprepared to face the onslaught. The PLA inflicted considerable losses on the Indian forces and then withdrew from some of the areas that they had entered. However, they did not vacate some 14,000 square miles that they had initially claimed.¹⁹ These territories and other still remain the subject of tortured and glacial border negotiations.²⁰

¹⁶ The background to the Indian use of force in Goa is nicely summarized in Arthur Rubinoff, *India's Use of Force in Goa* (Bombay: Popular Prakashan, 1971).

¹⁷ It also stemmed from two very pragmatic considerations. Nehru was concerned the opportunity costs of defense sending and fearful of the dangers of Bonapartism. On this subject see Sumit Ganguly, "From the Defense of the Nation to Aid to the Civil: The Army in Contemporary India, *The Journal of Asian and African Studies* Volume 26, Number 1-2 (1991), pp. 11-26.

¹⁸ Cohen, *The Indian Army*.

¹⁹ Sumit Ganguly, "Sino-Indian Border Talks, 1981-1989: A View From New Delhi," *Asian Survey* Volume 29, Number 12 (December 1989), pp. 1123-1135.

²⁰ Waheguru Pal Singh Sidhu and Jing-Dong Yuan, "Resolving The Sino-Indian Border Dispute: Building Confidence Through Cooperative Monitoring," *Asian Survey* Volume 41, Number 2 (March-April 2001), pp. 351-376.

“Modified Structuralism”: the post-Nehru Era²¹

The military defeat in 1962 marked nothing short of a watershed in the structure and conduct of India's foreign and security policies. In the immediate aftermath of this military debacle Nehru overcame his staunch objections to defense spending. In his final days, he oversaw a drastic re-appraisal of India's security policies and practices. Most importantly, India embarked on a substantial program of military modernization. It committed itself to the creation of a million man army with ten new mountain divisions equipped and trained for high altitude warfare, a 45 squadron air force with supersonic aircraft and a modest program of naval expansion. However, even after Nehru's demise in 1964, his successors still could not formally abandon the stated adherence to a policy of non-alignment. Consequently, the rhetoric of nonalignment remained a staple of Indian foreign policy. India's foreign policy behavior, however, increasingly assumed a more Realist orientation.

Once again, global, regional and personal factors contributed to the major policy shift. Despite a fleeting moment of military cooperation with India in the aftermath of the 1962 war, the United States disengaged itself from South Asia after the second Indo-Pakistani conflict in 1965 as it became increasingly preoccupied with the prosecution of the Vietnam war.²² Barring a brief and unhappy interlude in 1966 when the Johnson administration chose to exert considerable economic pressure on India to temper its criticism of the Vietnam war, to reform its agricultural policies and to open up its domestic economy to foreign investment, the United States, for all practical purposes, lost interest in India.²³

Sensing an opportunity to expand their influence in the subcontinent, the Soviets brokered a peace agreement between India and Pakistan in the Central Asian

²¹ The term “modified structuralism” is derived from Kanti Bajpai. See Kanti Bajpai, “India: Modified Structuralism,” in Muthiah Alagappa ed. *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences* (Stanford: Stanford University Press, 1998).

²² For a discussion of the origins of the 1965 war see Sumit Ganguly, “Deterrence Failure Revisited: The Indo-Pakistani War of 1965,” *The Journal of Strategic Studies* Volume 13, Number 4 (December 1990), pp. 77-93.

²³ David Denoon, *Devaluation Under Pressure: India, Indonesia, and Ghana* (Cambridge, MA: MIT Press, 1986).

city of Tashkent in 1966. With this American disengagement from the subcontinent, Pakistan sought to expand the scope of its security cooperation with the PRC to balance Indian power contributing to a growing security nexus between India's two major adversaries.

At a regional level, India's misgivings about its security increased in the aftermath of the first Chinese nuclear test at Lop Nor in 1964.²⁴ The political fallout from these tests was considerable. Some within India's parliament called for an abandonment of nonalignment and even urged that India acquire an independent nuclear weapons option. After considerable debate, the ruling Congress party and the new prime minister, Lal Bahadur Shastri, reaffirmed the country's public commitment to nonalignment and eschewed any immediate plans to acquire nuclear weapons.

However, in 1966, Prime Minister Indira Gandhi, Shastri's successor, decided to seek a nuclear guarantee from the great powers. This effort, proved to be quite fruitless.²⁵ In the aftermath of this failure, Prime Minister Gandhi authorized India's Subterranean Nuclear Explosions Project (SNEP) which culminated in India's first nuclear test of May 1974.²⁶ Under Indira Gandhi, India's foreign policy sought to sustain two competing visions of world order. On the one hand, India still supported the cause of decolonization and continued to lead the charge on behalf of the weaker states in the international system. For example, it remained a staunch opponent of the apartheid regime in South Africa, it was an unyielding supporter of the Palestinian cause and it opposed the Portuguese presence in Angola and Mozambique.

On the other hand, it also came to accept the importance of defense preparedness and increasingly overcame its reservations about the use of force in international politics. Not surprisingly, when faced with several million refugees from East Pakistan as a consequence of the outbreak of a civil war, the country quickly forged a careful politico-diplomatic strategy to break up Pakistan.²⁷ Part of this strategy involved

²⁴ See G. G. Mirchandani, *India's Nuclear Dilemma* (New Delhi: Popular Book Services, 1968).

²⁵ On this subject see A.G. Noorani, "India's Quest for a Nuclear Guarantee," *Asian Survey* Volume 7, Number 7 (July 1967), pp. 490-502.

²⁶ Sumit Ganguly, "Why India Joined the Nuclear Club," *Bulletin of the Atomic Scientists* Volume 39, Number 4 (April 1983), pp. 30-33.

²⁷ On the crisis in East Pakistan and India's subsequent involvement in the civil war see subject Richard Sisson and Leo Rose, *War and Secession: Pakistan, India, and the Creation of Bangladesh* (Berkeley: University of California Press, 1990).

the acquisition of a tacit security guarantee from the Soviet Union to counter possible Chinese malfeasance. Accordingly, despite India's professed commitment to nonalignment it signed a twenty-year pact of "peace, friendship and cooperation" with the Soviet Union in August 1971. With its northern flanks thereby protected, India had a free hand to intervene in East Pakistan. Fortunately, Pakistan's attack on its northern air bases in early December gave it the *casus belli* to launch an attack on the eastern front. Within two weeks, the Indian army along with an indigenous Bengali rebel movement, the "mukti bahini" (literally "liberation force") militarily prevailed against the demoralized Pakistani forces.²⁸

In the aftermath of the 1971 war, the concomitant break-up of Pakistan and the creation of Bangladesh, India emerged as the undisputed dominant power within the subcontinent. Despite its new-found status, the country was unable to transcend the region. Several factors account for this failure to emerge as a power of any consequence in the global order. Most importantly, thanks to its pursuit of a dubious strategy of state-led industrialization India's economic growth remained anemic.²⁹ Simultaneously, the country's deep-seated export pessimism led it to shy away from integrating itself into the global economy. The failure to develop ties with the global economy contributed to a paucity of foreign investment, important technological lags, a lack of innovation and the stifling of entrepreneurship. In turn, these forces contributed to what the eminent Indian economist Raj Krishna mordantly referred to as the "Hindu rate of growth".³⁰

India's political choices at systemic and national levels also did very little to enhance its global stature. At a global level, in the wake of the first oil crisis of 1973, India chose to spearhead the Group of 77, a set of developing nations seeking to fundamentally alter the global economic order. Ironically, while it was a leader of this coalition it benefited little from the global spike in oil prices and failed to obtain any meaningful concessions

²⁸ India's military strategy in East Pakistan is discussed in John Mearshiemer, *Conventional Deterrence* (Ithaca: Cornell University Press, 1983).

²⁹ For an early and especially thoughtful discussion of the limitations of India's strategy of import-substituting industrialization see Jagdish Bhagwati and Padma Desai, *India: Planning for Industrialization, Industrialization and Trade Policies since 1951* (London: Oxford University, 1970).

³⁰ For a useful discussion see, Jagdish Bhagwati, "What Went Wrong?" in Rahul Mukherji, ed. *India's Economic Transition: The Politics of Reforms* (New Delhi: Oxford University Press, 2007).

as a resource-poor developing nation from the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC).

Indeed the country's economic weakness effectively prevented it from carrying through a viable nuclear weapons program even after it managed to successfully test a nuclear weapon in May 1974. Faced with widespread global diplomatic disapprobation and significant economic and technological sanctions, India's policymakers chose not carry out any further tests.³¹

Enter the Bear

Throughout much of the decade of the 1970s thanks to its poor record of economic growth and its diplomatic limitations India became a marginal player in the global order. Its influence remained confined to the South Asian region. Its insignificance was again underscored when the Soviets invaded Afghanistan in December 1979.³² The United States paid scant attention to Indian sensibilities and concerns when it chose to forge a renewed strategic relationship with Pakistan almost immediately after the Soviet invasion. General Zia-ul-Haq even rebuffed India's efforts at reassuring Pakistan in the aftermath of the invasion.³³

In its efforts to oust the Soviets from Afghanistan the United States came to rely heavily on Pakistan. General Zia-ul-Haq, the military dictator, quite astutely exacted a significant economic and military price for such cooperation. During his watch, the United States provided two packages of foreign assistance the first for five years of \$ 3.2 billion and the second for six years of \$4.02 billion. (The second package was not fully delivered because the Soviets withdrew from Afghanistan in 1990 and the United States also imposed economic sanctions on Pakistan for its pursuit of a clandestine nuclear weapons program).³⁴

³¹ Ganguly, "Why India Joined the Nuclear Club."

³² On the motivations and consequences of the Soviet invasion of Afghanistan see Henry Bradsher, *The Soviet Invasion of Afghanistan: A Study in the Use of Force in Soviet Foreign Policy* (Lexington, MA: Lexington Books, 1986).

³³ On India's efforts see Bhabani Sen Gupta, *The Afghan Syndrome: How to Live With Soviet Power* (New Delhi: Vikas, 1982).

³⁴ The most comprehensive discussion of the clandestine features of the Pakistani nuclear weapons program is Adrian Levy and Catherine Scott-Clark, *Deception: Pakistan, The United States and the Global Nuclear Weapons Conspiracy* (New Delhi: Penguin Books, 2007).

In an effort to maintain its military superiority over Pakistan, India entered into a tighter military cooperation relationship with the Soviet Union. This military relationship, however, exacted a significant diplomatic cost. India was forced to tacitly acquiesce in the Soviet occupation of Afghanistan.³⁵ For the remainder of the decade, barring some limited efforts on the part of the Reagan administration to improve relations with India as part of a strategy to reduce the country's dependence on the Soviet Union, India remained of little consequence to the great powers.³⁶

A Requiem for Nonalignment?

Few events, barring the shock of the 1962 Sino-Indian border war, has had as much of an impact on India's foreign and security policies as the collapse of the Soviet Union and the concomitant end of the Cold War. The Soviet collapse and the transformation of the global order forced India's policymakers to make drastic changes in India's foreign policy at multiple levels. At a global level, nonalignment ceased to have much meaning. As a former Indian foreign and subsequently prime minister, Inder Kumar Gujral, quite succinctly stated, "It is a mantra that we have to keep repeating, but who are you going to be nonaligned against?" With the end of nonalignment for all practical purposes, India's foreign policy was suddenly bereft of a grand strategic vision.

At another level, the country was also confronted with an unprecedented fiscal crisis partly as a consequence of the first Gulf War of 1991. Three factors contributed to this crisis. First, anticipating a spike in oil prices because of Saddam Hussein's invasion and occupation of Kuwait, India had purchased considerable amounts of petroleum on the spot market thereby draining its treasury of much-needed foreign exchange. Second, the government of India was forced to repatriate over a hundred thousand workers from the Persian Gulf at short notice. Third, it lost the very substantial remittances that the workers from the Gulf had contributed to the Indian exchequer. The confluence of these

³⁵ Donaldson, *Soviet Policy Toward India: Ideology and Strategy*.

³⁶ The attempts to improve relations with India during the two Reagan administrations see Dennis Kux, *India and the United States: Estranged Democracies, 1941-1991* (Washington, DC: NDU Press, 1993).

three factors placed the country in dire financial straits.³⁷ Faced with his extraordinary crisis and also confronting the loss of the vast East European market as a consequence of the Soviet collapse, India's policymakers, most notably the then Finance Minister Manmohan Singh, chose to dramatically alter India's domestic and international economic policies. These involved abandoning the country's historic commitment to import-substituting industrialization, unbundling, though fitfully at best, its vast public sector and dismantling a labyrinthine set of regulations, licenses, permits and quotas which had largely stifled economic growth.³⁸

Drastic changes were also undertaken in the political arena. As argued earlier, India's commitment to nonalignment had already eroded in practice, if not in rhetoric, in the post-Nehru era. Now its policymakers sought to forge a new vision for the country. However, the country lacked a leader of the stature and intellectual proclivities of Jawaharlal Nehru. Yet, the Prime Minister, Narasimha Rao, possessed a sufficient grasp of international affairs to recognize the necessity of charting a new course for the country in both domestic and international arenas.³⁹ Accordingly, he sought to chart a new course for the country's foreign policy.

This effort to alter the country's foreign policy orientation toward the emergent, sole superpower, the United States ran into an important hurdle for three compelling reasons. First, at a global level, the United States had few significant interests in India barring nonproliferation. This issue, of course, put the two sides on a collision course as India was a staunch opponent of the Nuclear Nonproliferation Treaty (NPT) and categorically refused to accede to its expectations. The US, especially, under the Clinton administration, was committed to its indefinite and unconditional extension at the Review Conference in 1995. Not surprisingly, their fundamental differences put the two countries at odds.

Second, at a regional level, even though the US Department of Commerce under the stewardship of Secretary of Commerce, Ron Brown, had anointed India as one

³⁷ Sumit Ganguly, "Between Iraq and a Hard Place,: The Developing World and the New Oil Crisis" *The International Executive*, January-February 1991.

³⁸ On this subject see the succinct discussion in Jagdish Bhagwati, *India in Transition: Freeing the Economy* (New York: Oxford University Press, 1993).

³⁹ Sumit Ganguly, "South Asia After the Cold War," *The Washington Quarterly* Volume 15, Number 4 (1992), pp. 173-184.

of the world's "big emerging markets", American investment in and trade with India was so negligible that the nonproliferation issue overshadowed other interests.

Third and finally, at a bureaucratic level in both countries the "shadow of the past" weighed heavily on all deliberations. Most Indian foreign policy bureaucrats looked were dubious about American goals and interests in South Asia and there was lingering distrust of India in both the State and Defense departments in the United States. These mutual misgivings hobbled the growth of the relationship even though some small progress had been made in the last days of Indira Gandhi and her son and successor Rajiv Gandhi. As a consequence of these three factors, improvements in relations were, at best fitful, and frequently hostage to minor, episodic differences. For example, the Assistant Secretary of State Robin Raphael's careless remark about Kashmir's accession to India at a press briefing in Washington, DC became a major diplomatic contretemps.⁴⁰

However, Indian policymakers managed to move with somewhat greater dexterity on other fronts. To that end, they ended country's reflexive support for the Arab position on Israel and the Palestinian question. Historically, since the creation of the state of Israel in 1948 India had adopted for reasons of both domestic politics and national ideology, a mostly frosty approach toward the Jewish state. At home Indian policymakers were attentive to the sentiments of the Muslim population. At an ideological level they had viewed the creation of Israel as the continuation of a colonial policy.⁴¹ In 1992, in the wake of the Oslo Accord between Israel and the Palestinians, India upgraded its diplomatic relations with Israel to the ambassadorial level.

Simultaneously, India also directed its gaze toward South-East Asia after a long span of neglect. During much of the Cold War Indian policymakers had shunned the states of South-East Asia, with the critical exception of Vietnam, viewing them as mostly American puppets. Now as part and parcel of the opening of its markets to foreign investment and seeking to develop a viable export sector, the country embarked upon a "Look East policy".⁴²

⁴⁰ See the discussion in Sunanda K. Datta-Ray, *Waiting for America: India and the US in the New Millennium* (New Delhi: HarperCollins India, 2002).

⁴¹ For a discussion of India's policies toward Israel see P.R. Kumaraswamy, in Sumit Ganguly ed. *India as a Great Power* (London: Frank Cass, 2003).

⁴² Sanjaya Baru, "India and ASEAN: The emerging economic relationship towards a Bay of Bengal community," in *Strategic consequences of India's economic performance* (New Delhi: Academic Foundation, 2006).

Closer to home, the Narasimha Rao regime efforts continued to improve relations with the PRC, a process that had been initiated during the Rajiv Gandhi regime in the late 1980s. Even though the two sides forged two important confidence-building measures (CBMs) in 1993 and 1996 designed to reduce tensions along the Line of Actual Control, little or no progress was made in resolving the border dispute.⁴³

Finally, relations with Pakistan, India's long-standing adversary remained contentious as ever. In considerable part the relationship with Pakistan deteriorated because of the outbreak of an ethnoreligious insurgency in the dispute state of Jammu and Kashmir in December 1989. The origins of this insurgency were mostly indigenous could be traced to a process of growing political mobilization against a backdrop of steady institutional decay.⁴⁴ However, with the outbreak of the insurgency Pakistan's policymakers quickly stepped into the fray and helped transform a largely internal uprising into an ideologically charged, sanguinary, extortion racket.⁴⁵

In an attempt to suppress the insurgency India resorted to a time-honored counterinsurgency strategy. This involved the substantial use of force against the insurgents but with the promise of free and fair elections once they proved willing to abandon their secessionist agenda. As with other counterinsurgency operations, this strategy has met with some success. However, while it has reduced the insurgency to manageable proportions, it has not been able to eliminate it altogether. Continued Pakistani logistical support for the insurgents, the provision of sanctuaries in Pakistan-controlled Kashmir and a porous border has prevented India from successfully suppressing the insurgency.

Crossing the Nuclear Rubicon and Beyond

Pakistan's needling of India in Kashmir was and remains susceptible to management through India's conventional military capabilities. Nor does Pakistan's

⁴³ See the discussion in Sumit Ganguly, "Border Issues, Domestic Integration and International Security," in Francine Frankel and Harry Harding, eds. *India and China: Rivalry and Engagement* (New Delhi: Oxford University Press, 2004).

⁴⁴ Sumit Ganguly, *The Crisis in Kashmir: Portents of War, Hopes of Peace* (New York: Cambridge University Press, 1997).

⁴⁵ Praveen Swami, *India, Pakistan and the Secret Jihad: The Covert Kashmir, 1947-2004* (London: Routledge, 2007).

conventional capabilities pose an especially compelling threat to India's security. The conventional military capabilities, the persistence of the border dispute and the PRC's nuclear weapons posed an altogether different order of threat to India's security. Indeed it was the long-term security threats that the PRC posed to India proved to be the most compelling underlying factor that drove India's nuclear weapons program.⁴⁶ The specific timing of the program, contrary to much polemical writing had little to do with the ascendance of the right-of-center Bharatiya Janata Party (BJP) to power.⁴⁷ Instead it was closely tied to the successful extension of the NPT in 1995 and the seeming inexorable efforts of the Clinton administration to conclude a comprehensive nuclear test ban treaty. Fearful that the test ban treaty was all but inevitable Indian policymakers chose to exercise the nuclear option before ineluctable pressures were brought to bear on India to accede to the regime.

Despite the initial burst of hostility from the United States and the other great powers, the international community has come to grudgingly accept India as a de facto nuclear weapons state. In large part this came about as a consequence of extended bilateral negotiations between the U.S. Deputy Secretary of State, Strobe Talbott and Jaswant Singh, the Indian Minister for External Affairs.⁴⁸ Also their alarmist claims and fears about a possible nuclear exchange between India and Pakistan have not materialized. Pakistan's feckless attempt to revive the Kashmir issue through its incursion in the Kargil region did contribute to a limited war between the two states in 1999.⁴⁹ However, despite the Pakistani provocation India exercised remarkable restraint and a large-scale war was effectively avoided. Similarly, in the aftermath of the terrorist attack on the Indian parliament in December 2001 India resorted to a strategy of coercive diplomacy albeit with mixed

⁴⁶ Sumit Ganguly, "India's Pathway to Pokhran II: The Sources and Prospects of India's Nuclear Weapons Program," *International Security* Volume 23, Number 4 (1999), pp. 148-177.

⁴⁷ For a statement that claims India tested nuclear weapons for reasons of prestige and status see George Perkovich, *India's Nuclear Bomb: The Impact on Global Proliferation* (Berkeley: University of California Press, 1999).

⁴⁸ Strobe Talbott, *Engaging India: Diplomacy, Democracy, and the Bomb* (Washington DC: Brookings Institution Press, 2004).

⁴⁹ The literature on the Kargil conflict, while mostly from India's perspective, is voluminous. See for example Praveen Swami, *The Kargil War* (New Delhi: Leftword Books, 1999); Amarinder Singh, *A Ridge Too Far: War in the Kargil Heights, 1999* (Patiala: Motibagh Palace, 2001).

results.⁵⁰ However, it is important to note that neither of these two crises culminated in a full-scale war between the two long-standing adversaries.

In the aftermath of the 2001-2002 crisis India and Pakistan with some American prodding embarked upon a peace process. The results from this process have been limited though it had resulted in some de-escalation of tensions on the Kashmir front.⁵¹ However, in August 2008, tensions once again came to the fore with Indian allegations about a Pakistani violation of the cease-fire agreement. Matters worsened considerably after India (and the United States) alleged that Pakistan's Inter-Services Intelligence Directorate (ISI-D) was behind the attack on the Indian Embassy in Kabul in July 2008.⁵²

While relations with Pakistan remain quite fraught, Indo-US relations now seem to be on a very secure footing. The Bush administration's willingness to exempt India from the expectations of the Nuclear Nonproliferation Treaty (which India had never acceded to in the first place) and pursue a civilian nuclear agreement provided a sound foundation for the relationship.⁵³ After protracted bilateral (and internal) negotiations the Congress-led regime of Prime Minister Manmohan Singh withstood a parliamentary vote of no-confidence in July 2008.⁵⁴ There is little question that this agreement can make a meaningful contribution toward alleviating India's energy needs. However, once consummated, its larger significance will lie in ending India's thirty-odd years of nuclear isolation from the global order. Since the United States had been one of the principal protagonists in creating and bolstering these global arrangements, the shift in American policy, which made an exception for India, was nothing short of revolutionary. Consequently, the American concession on this critical issue must be construed as recognition of India's emerging potential as a great power in Asia and beyond.

⁵⁰ Sumit Ganguly and Michael Kraig, "The Limits of Coercive Diplomacy in South Asia: The Indo-Pakistani Crisis of 2001-2002," *Security Studies* Volume 14, Number 2 (April-June 2005), pp. 290-324.

⁵¹ P.R. Chari, Pervaiz Iqbal Cheema and Stephen P. Cohen, *Four Crises and a Peace Process: American Engagement in South Asia* (Washington, DC: The Brookings Institution, 2007).

⁵² Mark Mazzetti and Eric Schmitt, "Pakistanis Aided Attack in Kabul," U.S. Officials Say," *The New York Times*, August 1, 2008.

⁵³ For the pertinent details of the agreement see Sumit Ganguly and Dinshaw Mistry, "The Case for the US-India Nuclear Agreement," *World Policy Journal* Volume 28, Number 2 (2006), pp. 11-19.

⁵⁴ Rama Lakshmi and Emily Wax, "Foes fail to oust India's leader: Singh survives vote of no confidence — nuclear deal on track," *The Washington Post*, July 23, 2008.

India Resurgent?

Where is India's foreign policy headed in the post-Cold War era? Obviously the structure of the international system has changed beyond recognition since the immediate post-war era. Will India be able to sustain the pragmatic approach to the conduct of its foreign policy without completely sacrificing the values that it cherishes and protects at home? Or is the new found pragmatism likely to manifest itself in a crass pursuit of India's parochial interests at the cost of any commitment to the preservation of those values? These questions are far from trivial and there are no clear-cut answers that are available. However, given the internal shifts in political power, its rapid rate of economic growth and its emerging position in the global order, it is doubtful that the country will lapse into its past posture as a revisionist critic of the global order.⁵⁵

⁵⁵ Arvind Panagariya, *India: The Emerging Giant* (New York: Oxford University Press, 2008).



3.

Índia: Aspectos Econômicos e Tecnológicos - Comparativamente ao Brasil





3.

Índia: Aspectos Econômicos e Tecnológicos - Comparativamente ao Brasil

Luiz Pinguelli Rosa

I – Introdução: aspectos geográficos, sociais e geopolíticos

Por muito tempo, na época do chamado milagre brasileiro na década de 1970, quando a economia nacional crescia a taxas anuais superiores a 7%, aliás como já ocorrera no país no período pós-Segunda Guerra Mundial, costumava-se usar o epíteto de “Belíndia” para o Brasil, que conteria no seu território uma pequena Bélgica desenvolvida e uma grande Índia por se desenvolver.

A Índia se tornou agora, após a China, o segundo mais importante dos grandes países emergentes, entre os quais se inclui o Brasil. Uma razão é a elevada taxa de crescimento econômico indiana logo abaixo da chinesa.

Tal como o Brasil tem como uma característica geográfica marcante a maior floresta tropical do mundo, a floresta Amazônica, o Himalaia destaca-se, na região da fronteira indiana com o Nepal, pois é a cadeia de montanhas mais elevada do planeta. Faz uma separação entre o restante da Ásia e a Índia, que se estende por uma planície com solos férteis e rios caudalosos, sendo o Ganges o mais simbólico, como o Amazonas no Brasil, embora socialmente tenha um papel que se assemelhe mais ao do São Francisco.

Desde logo devemos destacar diferenças também no campo da geografia humana. Enquanto a população brasileira é cerca de 180 milhões, a Índia tem 1,04 bilhões (2004) de habitantes e é, depois da China, o segundo país mais populoso do mundo, cerca de 6 vezes maior que o Brasil. Ao contrário do Brasil, onde, excluídas as línguas indígenas, o idioma é o português, a Índia tem 16 idiomas oficiais, cada um deles falado por pelo menos milhão de pessoas, destacando-se o hindi e o inglês. Este último é muito difundido, o que dá uma vantagem comparativa à Índia na competição dentro do que se denomina economia globalizada, em particular nos serviços internacionalizados.

Outra comparação importante é que enquanto no Brasil a violência urbana é em parte associada à pobreza ou ao tráfico de drogas e a violência rural à concentração da posse da terra, situação herdada de muitas décadas, a Índia enfrenta a herança de conflitos étnicos e religiosos seculares. No Brasil, existem dois tipos de conflitos étnicos: com os remanescentes das populações indígenas, em especial na Amazônia, e com os numerosos descendentes afro-brasileiros, embora fiquem subjacentes aos conflitos sociais intensos. Já os conflitos religiosos, que são muito sérios na Índia, inexistem no Brasil.

A grande maioria da população indiana (80%) tem religião hindu. É interessante notar que o cristianismo (2,5%) vem em terceiro lugar, depois do islamismo (11%) e um pouco na frente da religião sikhi (2%), apesar da forte presença desta pelo uso de turbantes, de barbas e de cabelos longos por seus praticantes. O budismo fica em um modesto quinto lugar. No Brasil, apesar da hegemonia católica, cresce muito o protestantismo, em particular nas camadas urbanas de renda menor, e há forte sincretismo com religiões afro-brasileiras.

A religião hindu, majoritária, divide seus adeptos em castas, o que colide com as profundas transformações políticas democráticas, desde a generosa campanha de Mahatma Gandhi na luta para libertar a Índia do domínio britânico, o que só se completou após a Segunda Guerra Mundial. Logo, em contraste com o Brasil, a independência política da Índia é muito recente.

Portanto as dificuldades da Índia na promoção do crescimento econômico e da equidade social são grandes, mas o Estado tem mantido um papel ativo e equilibrado com o mercado capitalista. A despeito das diferentes correntes políticas, é forte a tradição política deixada por Nerhu na Índia, que, no auge da Guerra Fria, compôs com Tito na Iugoslávia e Nasser no Egito a Terceira Força, opondo-se à bipolaridade entre EUA e URSS. Modernamente, a Índia manteve o equilíbrio e não caiu no canto de sereia do neoliberalismo cujos duros efeitos se fizeram sentir na década de 1990 particularmente na América Latina, que hoje reage elegendo vários governos com conotações nacionalistas, resgatando uma tradição que, no Brasil, vem historicamente, com diferentes ideologias, dos presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e João Goulart.

Com o crescimento da economia da Índia, a pobreza, a desnutrição e o analfabetismo no país, estão diminuindo, embora sejam ainda muito altos. A estimativa

é que na Índia e na China um total de cerca de 400 milhões de pessoas saíram da pobreza e ingressaram no consumo nos últimos anos. O mesmo processo está ocorrendo no Brasil, onde estatísticas recentes mostram que cerca de 20 milhões de cidadãos saíram da pobreza nos últimos anos. Os dois números são significativos, dadas as proporções entre as respectivas populações. Em um mundo assustado com a alta exponencial do preço do petróleo e dos alimentos, com as ameaças de mudança climática e com a poluição ambiental, com as guerras crônicas, como ocorre no Iraque, no Afeganistão e na Palestina, estes números soam como um mantra indiano.

A Índia é uma potência regional asiática tal como ocorre com o Brasil na América do Sul. E ambos os países juntamente com a China são vistos como capazes de se tornarem grandes potências mundiais no século XXI.

II – Aspectos econômicos comparativos

A despeito de todas as dificuldades enfrentadas, a economia indiana é hoje a décima do mundo, o PIB de 2007 ultrapassou US\$ 800 bilhões e cresce 8% ao ano, a segunda taxa de crescimento do mundo, mantendo-se elevada há alguns anos. Neste ponto fica bem à frente do Brasil, onde, apesar do expressivo crescimento de 5% em 2007, sustentado no primeiro semestre de 2008, a taxa média de crescimento anual foi modesta há mais de uma década, com poucas exceções como foi o ano de 2005.

Apesar de seus extensos recursos, dada sua grande população, a Índia ainda é um país pobre, quanto à renda per capita. A desigualdade social é muito grande. O PIB per capita indiano em 2007 foi US\$ 2,700.

O setor agrícola é o responsável por 60% dos empregos, contudo o índice de desemprego na Índia foi de 7,2% em 2007. A maioria dos seus habitantes vive da agricultura de subsistência. Os produtos agrícolas mais importantes são: arroz, trigo, algodão, chá, cana-de-açúcar, juta, sementes oleaginosas, especiarias, legumes e verduras. A Índia está entre as primeiras nações na produção de frutas e verduras, apesar de sua produtividade ser ainda baixa. São importantes as criações de aves, cabras, ovelhas e búfalos. Semelhantemente ao Brasil, o principal produto de mineração é o ferro. São explorados também: carvão, diamante, cromo e outros.

A Índia produz da ordem de US\$ 10 bilhões em software por ano, metade para exportação, com mais de 5000 firmas nessa atividade. No crescimento econômico da Índia o setor de serviços tem um papel dinâmico, inclusive na exportação de softwares, enquanto no Brasil as exportações de produtos primários pesam muito, sejam agrícolas como a soja ou minerais como o ferro. Por isso, enquanto a China teria vocação segundo alguns analistas de exportar mais produtos industriais a preços baixos, fala-se em ser a Índia a grande exportadora mundial de serviços e o Brasil o celeiro do mundo. Mas, em ambos os países a produção industrial é diversificada e importante, inclusive na pauta de exportações. No setor industrial da Índia as áreas que mais se desenvolvem são: siderurgia, equipamentos e máquinas, cimento, alumínio, fertilizantes e têxteis.

Ainda nos serviços, incluindo lazer, destaca-se a indústria cinematográfica indiana, pois a Índia é o país que mais produz filmes atualmente, superando os EUA. O Brasil destaca-se na produção para TV, exportada ainda que em pequena escala, sendo sua indústria cinematográfica, apesar da boa qualidade, quantitativamente pequena mesmo para o mercado interno, devido à maciça penetração cultural de filmes norte americanos.

A produção associada à tecnologia, com alto valor agregado, é muito importante na Índia, envolvendo biotecnologia, produtos químicos, softwares e medicamentos. Destaca-se na tecnologia aeroespacial, de lançamento de satélites. Neste aspecto supera o Brasil, cujas mais importantes realizações tecnológicas estão na indústria aeronáutica, em que a Embraer disputa com a Bombardier canadense a hegemonia do mercado de aviões de porte médio e pequeno, na produção de petróleo no mar em águas profundas, em que a Petrobrás é líder mundial consolidada com a descoberta do Pré-sal, e na tecnologia agrícola, desenvolvida pela Embrapa, e dos biocombustíveis, em especial do etanol de cana de açúcar. Esta última oferece um potencial de cooperação tecnológica entre Brasil e Índia, que tem importante produção de cana de açúcar e tem o problema do crescimento do consumo de combustíveis fósseis com grande emissão de gases do efeito estufa.

Vamos tratar separadamente da tecnologia ligada à energia nuclear, bastante importante na Índia, enquanto o Brasil desenvolveu o enriquecimento de urânio vencendo uma barreira tecnológica.

III – A Indústria de Automóveis como Caso Exemplar

A montagem de automóveis merece atenção na comparação da Índia com o Brasil, como exemplo de indústria de transformação para produzir equipamentos duráveis para uso individual ou familiar. É hoje uma indústria globalizada onde as partes componentes - motor, caixa de mudança, transmissão, equipamentos auxiliares, injetor de combustível, chips para eletrônica embarcada e por aí vai - são fabricadas em países diferentes, que ofereçam mão de obra mais barata e custos menores. Resta, às vezes, para o país hospedeiro da montadora juntar as partes e aparafusar tudo ou fazer partes brutas mais pesadas, mas de menor valor agregado. Associada às facilidades computacionais e de telecomunicação - eficazes para a gerência administrativa e financeira e para o projeto de engenharia e controle operacional da produção - esta decomposição de tarefas facilita a chamada “deslocalização” das fábricas. Este eufemismo significa que - se os operários reivindicam melhores salários e pressionam muito ou se os governos locais cobram mais impostos para cobrir os custos ambientais e sociais, ou seja, as “externalidades” com que a sociedade arca para a empresa internalizar os lucros – a fábrica pode ir embora para outra local. Levanta acampamento como uma tropa militar móvel, como se evaporasse de um dia para outro, deixando desempregados, galpões industriais vazios, abandonados para se tornarem ruínas, e o meio ambiente degradado. O Brasil já sofre este processo, que se revela na competição pela localização de indústrias através de isenções fiscais ou frouxidão nas regras ambientais e nos direitos dos trabalhadores.

Embora o Brasil tenha uma indústria automotiva bem mais desenvolvida que a Índia - implantada por uma política industrial do governo Kubistchek ainda na virada da década de 1950 para a de 1960, atraindo para o país fábricas norte americanas e européias - é interessante o exemplo indiano. Há sete milhões de carros para uma população de mais de um bilhão de indianos, ou seja, 0,007 carro por habitante, enquanto chega a um carro por dois habitantes nos países desenvolvidos. Foram vendidos mais de um milhão de carros em 2005 na Índia e espera-se dobrar este número antes de 2010.

Entretanto, ao contrário da China que produz carros grandes em geral, a Índia procura tirar proveito do quadro de alta do preço do petróleo, que já torna visível a volta dos carros menores na paisagem das ruas de capitais européias. Como exemplos há



reedições modernizadas, embora saudosistas, do velho Fiat Cinquecento ou do Mini, além de novos modelos de várias marcas, com baixa cilindrada, pequenos e econômicos. Mesmo nos EUA fabricantes como a Ford anunciam redução na produção das enormes camionetes para uso individual urbano, pesadas e até com tração nas quatro rodas, que estão entrando pesadamente no Brasil.

Seguindo esta maré montante, fabricantes de carros planejam produzir na Índia um automóvel que pode custar apenas US\$ 3 mil, como anunciou em 2007 o grupo Renault - Nissan franco-japonês. A Índia leva vantagem sobre a China por aliar baixos custos de produção a uma ótima engenharia. A Renault vem registrando queda nas vendas no mercado mundial e promove a fabricação na Índia do Logan, com a empresa indiana Mahindra and Mahindra perto de Mumbai, planejando 50.000 unidades por ano. A mesma parceria fabricará em Madras 400.000 carros por ano em um projeto de 686 milhões de euros. A Volkswagen fabricará em Pune 110.000 carros por ano, enquanto a Toyota, a General Motors e a Hyundai, esta sul-coreana, já estão na Índia e pretendem produzir carros a preços baixos.

Entretanto, o melhor exemplo que está influenciando nestes fabricantes estrangeiros é do grupo indiano Tata. A Tata Motors está ultimando em 2008 a fabricação de um carro popular de 100 mil rúpias, ou seja, US\$ 2.500, de fato o mais barato do mundo, de apenas 630 cm³ de cilindrada, compatível com um pequeno motor de uma moto.

Outra empresa indiana, a Xenitis, em parceria com o chinês Guangzhou Motors, também deve produzir no fim de 2008 um outro carro popular de US\$ 2.500. O indo-japonês Maruti-Suzuki, há 25 anos produz para o mercado indiano o Maruti 800, de US\$ 5 mil, maior apenas que um Fiat 500.

Por tudo isso a Índia, com seu recente ingresso na produção de automóveis, se diferencia da situação do Brasil, cuja indústria automotiva é madura e maciçamente estrangeira, apesar de ter na sua origem a Fábrica Nacional de Motores. Pensada para produzir aviões, por iniciativa estatal inundou as estradas brasileiras nas décadas de 1950 e 1960 com os caminhões FNM, fabricados sob licença da Alfa Romeo italiana, cujo automóvel também veio a ser fabricado no Rio de Janeiro, onde se localizava a fábrica. Podemos contar poucos exemplos a mais, como a associação para fabricar no país o carro DKW - Vemag (Veículos e Máquinas Agrícolas) cujo motor de dois tempos marcava sonoramente sua presença no mercado brasileiro, e, finalmente, a Gurgel que resistiu enquanto pode.

IV – Energia e Emissões de Gases do Efeito Estufa

A Índia é um dos maiores consumidores de energia mundialmente, embora o índice per capita seja muito baixo, dado sua grande população. 50% de seu consumo é de carvão, do qual é o 3º produtor mundial. Situa-se também entre os grandes consumidores de petróleo, após EUA, China e Japão, tendo crescido de 2,13 milhões de barris por dia em 2003 para 2,45 milhões de barris por dia em 2007, enquanto sua produção interna variou de 732 mil barris por dia em 2003 para 785 mil barris por dia em 2007, devendo atingir 834 mil barris por dia em 2008.

O conflito com o Paquistão cria obstáculo para construir dutos para transporte de petróleo e gás do Irã. A Petrobrás assinou em 2007 acordo com a Oil and Gás Corporation da Índia para explorar três blocos de petróleo.

A Índia, a China e o Brasil são pressionados nos debates da Convenção da ONU sobre Mudança Climática devido ao crescimento de suas emissões de gases do efeito estufa. Na Índia, como na China, o consumo de combustíveis fósseis, inclusive de carvão é muito alta em especial na geração elétrica. Em contraste a matriz energética brasileira tem percentual de fontes renováveis (45%) muito maior que no mundo (10%), sendo a grande contribuição do país para o aquecimento global originada, não do setor energético, mas do desmatamento.

Na Índia, como no Brasil a população rural usa lenha como combustível para cozinhar. Lá isto contribui para o desmatamento, enquanto no Brasil este se dá em grande escala pela expansão da criação de gado e da fronteira agrícola, além da exploração industrial da madeira, hoje despertando a atenção mundial devido à emissão de gases do efeito estufa pelo desmatamento ocorrido nas últimas décadas

V – Tecnologia Nuclear

A linha tecnológica seguida pela Índia na tecnologia nuclear difere muito da brasileira, embora os dois países tenham tido pontos de partida similares. A Índia adotou a tecnologia de reatores a urânio natural, tal como o Brasil tivera intenção com o chamado Projeto do Tório, anterior ao golpe militar de 1964, que o abortou. O Brasil optou em

1967 por comprar Angra I da Westinghouse, um reator a urânio enriquecido e água leve pressurizada (PWR), ficando dependente de fazer o enriquecimento nos EUA.

Embora possua também reator de urânio enriquecido e água fervente (BWR), a Índia preferiu a geração nuclear com reatores de água pesada e urânio natural (PHWR), e desenvolve um sistema de reprocessamento dos rejeitos nucleares. A escolha do urânio natural visou evitar a dependência da tecnologia do enriquecimento do urânio, então controlada pelos EUA, pela URSS e por dois consórcios europeus. O Brasil buscou transferir para o país a tecnologia do enriquecimento com o Acordo com a Alemanha de 1975, que previa 8 reatores PWR em 1990. Entretanto, o enriquecimento foi desenvolvido fora do Acordo, posteriormente, pela Marinha no projeto do submarino nuclear, ainda em andamento. O Brasil domina hoje a tecnologia de ultra centrifugação para enriquecimento do urânio.

Tabela 1 - Reatores de geração elétrica na Índia

Central Nuclear	Tipo de reator	Potência Mil MW	Ano
Tarapur	BWR	160	1969
	BWR	160	1969
Rajasthan	PHWR	100	1973
	PHWR	200	1981
Terminadu	PHWR	220	1984
	PHWR	220	1986
Nanora	PHWR	220	1991
	PHWR	220	1992
Kakrapar	PHWR	220	1993
	PHWR	220	1996
Kaiga	PHWR	220	2000
	PHWR	220	2000
Rajasthan	PHWR	220	2000
	PHWR	220	2000
Terapur	PHWR	540	2005
	PHWR	540	2006
Karnataka	PHWR	220	2007
TOTAL		4129	

A Índia tem 17 reatores nucleares que produziram 2,6% da energia elétrica do país em 2006. A capacidade instalada em geração nuclear elétrica atingiu 4120

MW em 2007 (tabela 1). Para comparação, o Brasil possui hoje dois reatores em operação, Angra I (620 MW) e Angra II (1300 MW), totalizando 1900 MW de potência, cerca de 2% da capacidade instalada de geração elétrica brasileira, de 100000 MW. Enquanto no Brasil se decide agora fazer Angra III, na Índia há 6 reatores em construção e se planeja mais 4. Há previsões de analistas de que até 2020 sejam decididos 25 novos reatores, para reduzir a enorme necessidade de carvão para geração elétrica na Índia.

Pela tabela 1 se observa a sistemática da Índia ininterrupta, passando do BWR para o PHWR e ganhando experiência com reator de potência menor para muito depois aumentá-la. O Brasil adotou reatores maiores com importação de tecnologia.

Segundo Julien Bouissou (Le Monde, outubro de 2007), a Índia, que possui grandes reservas de tório, pretende iniciar a construção de um reator-protótipo, que funcionará com água pesada e tório como um novo caminho para a energia nuclear. O primeiro reator desse tipo para uso comercial poderia entrar em uso em 2020. A Índia já construiu um reator de teste pequeno de 30 MW capaz de converter tório em urânio 233, um material físsil que não existe na natureza. Essa tecnologia permitiria que a Índia, no futuro, planejasse a construção de reatores que utilizariam como combustível o urânio 233 e plutônio.

A idéia consiste em aumentar autonomia da Índia com os reatores a tório, segundo Abdul Kalam, ex-presidente da Índia e considerado como um dos pais do programa nuclear militar indiano. A utilização do tório gera rejeitos radioativos 50% inferior em volume aos do urânio. No ritmo de consumo atual, as reservas mundiais de urânio podem estar esgotadas em 50 anos, se não for adotada tecnologia de reatores rápidos regeneradores, que permitem aproveitar melhor o urânio juntamente com o plutônio produzido no funcionamento dos reatores. A França foi nesta direção com os reatores Fênix e Superfénix, mas o projeto não deu os resultados esperados.

Cabe aqui esclarecer que o Brasil iniciou na década de 1960 o Programa do Tório com este mesmo objetivo, depois abandonado.

Os EUA fizeram acordo com a Índia na área nuclear, o que causou espanto por causa do programa de armas nucleares indiano fora do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Por seu lado a Rússia propôs construir reatores nucleares na Índia.

A Índia realizou teste de uma bomba nuclear em 1974. Uma diferença é que o Brasil abdicou formalmente de armar-se nuclearmente, embora disponha de tecnologia de enriquecimento do urânio. Devemos registrar a grande diferença entre as situações geopolíticas. Na América Latina - onde os conflitos entre as nações são menores, apesar do antagonismo norte americano com Cuba e, agora, com a Venezuela - vigora o Tratado de Tlatelolco de desnuclearização. Na Ásia, além da Rússia, cujo território se estende até a região asiática, e da China, que possuem arsenais nucleares consideráveis, também a Índia e o Paquistão desenvolveram artefatos nucleares de menor porte. A Índia em 1962 sofreu uma derrota militar em uma disputa de fronteira com a China e tem tido conflitos militares com o Paquistão.

VI - Desenvolvimento Tecnológico em Outras Áreas

VI.1 – Aspectos Gerais

Ciência e tecnologia ocupam lugar especial nas prioridades para o desenvolvimento da Índia não só na indústria mais sofisticada, mas em questões como a agricultura sustentável. Os avanços tecnológicos e científicos na informática e na telecomunicação produziram efeitos em todas as áreas, mas as tecnologias não estão sob controle dos países, pois são propriedade de empresas e só podem ser usadas sob licença e a custo considerável.

Na Índia um exemplo interessante é o Tata Energy Research Institute (TERI) em Nova Déli, um órgão de pesquisa sem fins lucrativos com mais de 300 pesquisadores. Sua diretora Vibha Dhawan expressou opiniões interessantes. Globalização implica em oportunidades, mas também em alguns riscos. Os países industrializados ricos em tecnologia têm equipamentos sofisticados e verbas para pesquisa, em parte financiada pelo setor privado. Estas tecnologias são muito caras. Os países em desenvolvimento usam tecnologias ineficientes, encarecendo os custos de produção.

A comunidade científica indiana é importante em nível mundial, com grande número de PhD's e tem feito enormes progressos principalmente em tecnologias de ponta como a espacial e a biotecnologia

VI.2 - Tecnologia Espacial

A Índia tem um importante programa de lançamento de satélite que inclui o Chandrayan 1 e pretende colocar uma nave espacial tripulada em órbita terrestre baixa em 2014. Há um acordo com os EUA para utilização de tecnologia americana. Por este acordo, a NASA oferece instrumentação à sonda lunar indiana. Por outro lado, a Índia fez negociações com a Rússia cujos satélites poderão ser em parte lançados por foguetes indianos.

A Índia procura reduzir um pouco sua distância tecnológica em relação à China, que em 2005 lançou seu segundo foguete tripulado, Shenzhou 6. Há intensa atividade nesta área na Ásia, destacando-se o Japão. A Coreia do Sul também tem enviado satélites de comunicação e de múltiplas tarefas no espaço e tem o objetivo de se tornar completamente independente na construção e lançamento espacial de seus próprios satélites e foguetes.

Nesta área o Brasil se encontra completamente defasado, apesar das importantes atividades do CTA, do INPE e da Agência Aeroespacial Brasileira.

VI.3 – Agricultura e Biotecnologia

Na Índia desde 1991 funciona o Parque de Micro-Divulgação Tecnológica do Departamento de Biotecnologia do TERI. Algumas ações são exemplares, como ocorre no Brasil no caso da Embrapa.

Como no Brasil houve um debate sobre vegetais geneticamente modificadas (GM) e as implicações de longo prazo, estando a questão da biotecnologia na Índia mudando rapidamente. O financiamento para a pesquisa em biotecnologia está aumentando e se promove a sua aplicação em parques e incubadoras. Por outro lado, o uso de biofertilizantes e biopesticidas mais seguros torna-se uma necessidade urgente. O TERI realiza pesquisa buscando espécies de plantas com propriedades pesticidas e medicinais.

VI.4 – Cooperação e Intercâmbio

Há um convênio entre o CNPq e o Conselho de Pesquisa Científica e Industrial (CSIR) da Índia, renovado em 2004 para bolsas e intercâmbio de cientistas e pesquisadores.

Foi assinado em 2004 o Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. O acordo de cooperação espacial tem extrema importância no relacionamento dos dois países. Na visita do presidente Lula à Índia foi assinado um Programa de Trabalho, com prazos e metas de implementação.

O Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul – IBAS foi criado em 2003 com a finalidade estratégica de cooperação entre países em desenvolvimento. É uma inovação por ser uma aliança trilateral com ênfase no aumento do diálogo político entre os três países na promoção do desenvolvimento via cooperação Sul-Sul.

Desde 2003 a C&T foi considerada como um setor de interesse estratégico. A cooperação trilateral em C&T no contexto do IBAS se coaduna com a política externa do Governo Lula, oferecendo a cooperação científica e tecnológica entre países em níveis de desenvolvimento semelhantes, como expressou em 2005 a Reunião dos Ministros de C&T do IBAS realizada no Rio de Janeiro, quando foi assinada a “Declaração do Rio de Janeiro sobre Ciência e Tecnologia do IBAS”.



4.

Índia: Avanços, Problemas e Perspectivas





4. Índia: Avanços, Problemas e Perspectivas

Marcos Costa Lima¹

Passados 61 anos de sua independência (1947), discute-se hoje os avanços e a manutenção de muitos problemas estruturais na Índia. Foi-se o tempo em que o maior problema do país era a manutenção de sua unidade nacional, da integração nacional do povo indiano enquanto uma comunidade política, logo após a retirada dos ingleses.

Muitos falam de enfrentamentos de linguagem, de castas, de assassinatos comuns, dos assassinatos por fanáticos de Gandhi, Indira Gandhi e Rajiv Gandhi; das guerras com o Paquistão e a China, do secessionismo no Punjab, levantes no Kashmir, assassinatos em Assam, fome endêmica, corrupção, poluição, catástrofes ambientais, disparidades de riqueza e pobreza, preconceitos de casta, trabalho infantil, corrupção na máquina do estado, discriminação contra as mulheres e abuso dos direitos humanos².

Tudo isto é verdade, aconteceu, e muito ainda acontece, e célebres historiadores indianos afirmam que perdeu-se a confiança e as altas aspirações presentes no período de Nehru³, fazendo o povo indiano menos otimista e economicamente mais inseguro e mais fragmentado, social e politicamente.

Menos pessimistas, os autores Chandra e Mukherjee⁴ não desconsideram os imensos desafios que o país terá de afrontar, mas afirmam que seria um grande erro não reconhecer que a Índia também realizou grandes progressos. Segundo eles, os avanços qualitativos realizados pela Índia em muitas áreas, têm sido ignorados porque ocorreram gradualmente e sem ostentação ou drama. Entre esses sucessos apontam o fortalecimento da unidade política, ameaçada quando da Independência. A grande diversidade

¹ Marcos Costa Lima é Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. Doutor em Ciências Humanas pela UNICAMP e pós doutorado na Université Paris-XIII – Villetaneuse . E-mail: marcoscostalima@terra.com.br.

² C.Thomas (1993) in Geeti Sen: *Receiving India*. New Delhi, p.266.

³ S.Gopal (1984), Jawarhalal Nehru – *A Biography*, v.3, p.301.

⁴ Bipan Chandra; Mridula Mukherjee; Aditya Mukherjee (2008), *India since Independence..* Penguin Books.

linguística e étnica do país não impediu o processo e a Índia é hoje uma nação em processo, com um crescente sentimento de unidade. As disparidades regionais e entre estados continuam a existir, mas de forma que não mais ameaçam a unidade nacional.

Um grande número de partidos regionais ou de um único estado surgiu e assumiram muitas vezes o poder, a exemplo dos dois partidos comunistas (em Kerala e West Bengal) ou do partido do estado de Tamil Nadu (DMK) e muitas vezes estes estabelecem alianças com partidos nacionais ou se tornam partidos de uma aliança nacional. São partidos políticos que lutam por uma maior participação na distribuição dos recursos centrais, mas não mais se afirmam pelo discurso da secessão.

A Índia tem vivido processos eleitorais regulares, contudo, afirmam os mesmos autores, que as disparidades regionais e de níveis de desenvolvimento apresentam sérios problemas com as divisões comunais e de casta. Mas conforme Chandra e Mukherjee⁵, a maior história de sucesso da Índia independente tem sido seu secular, federativo e partidário sistema político, que conseguiu superar suas maiores crises em 1967/69 e 1974/77.

Segundo Indira Gandhi, ao ser indagada em 1972 sobre os maiores êxitos da nação desde sua independência foi *“a de sobreviver como uma nação livre e democrática”*.⁶

Do ponto de vista econômico, e não teremos aqui a condição de explicitarmos a condução do processo de Nehru a Rajiv Gandhi, é necessário dizer que sob Nehru e Indira Gandhi, tentou-se reduzir o amplo desnível entre a Índia e os países desenvolvidos pela concentração da atividade econômica na indústria pesada e na geração de energia.

A implosão gradual do sistema de industrialização via substituição de importações (ISI) é bem analisada por Vivek Chibber⁷. Ele afirma que a virada do “dirigismo estatal” veio de duas maneiras diferentes, mas relacionadas. A primeira originou-se no interior da máquina estatal, em resposta aos abusos de uma parte da elite no poder nos anos 1970/80, A segunda fonte de pressão foi de natureza econômica,

⁵ Op.cit, p.688

⁶ citado em : Zareer Mezani (1975), *Indira Gandhi – A biography*. London, p.299

⁷ Vivek Chibber (2006), *Locked in Place: State Building and late Industrialization in India*. Princeton: Princeton University Press

originária da emergência de novos grupos empresariais que viam o regime de controle interno como um impeditivo para sua ascensão ao poder.

Muito embora o período de Nehru tenha ficado conhecido como *os anos de fundação*, e em muitas formas como um período de integridade e de elevado espírito público; com a sua morte, tal procedimento não prosseguiu.

Ainda segundo o autor, Indira Gandhi jamais conseguiu manter a inquestionável supremacia enquanto líder, como o seu pai. Para Chibber, a razão disto estava em parte associada às mudanças havidas na política indiana, que estiveram muito além do controle que Indira fora a capaz de exercer e, mais importante, foi o surgimento de novas forças sociais especialmente no interior do país, que lutavam por maior espaço de poder. Indira apoiou-se demasiado em lealdades inquestionáveis como um critério para selecionar aliados políticos. Ela indis pôs-se com a velha geração do Congresso e, após a crise de 1969 e a divisão interna no seio do partido do Congresso, teve uma vitória eleitoral espetacular em 1971. No entanto, a despeito deste triunfo eleitoral, passou a atuar de forma clientelista e mesmo conspiratória.

Pranab Bardan⁸ descreveu a situação do período como uma década onde o estado indiano teve fraca capacidade institucional pelos métodos adotados pela Primeira Ministra na resolução de disputas – o uso de instrumentos fiscais para « comprar » opositores, fazendo com que o estado fosse dilapidado de seus recursos produtivos, ao mesmo tempo em que se mantinha paralisado com as crescentes disputas e solicitações: “ Longe de utilizar o aparato estatal nos anos 70, o regime dos Gandhi (Indira e seu filho Sanjay) para disciplinar as firmas industriais, acabaram por estabelecer laços clientelísticos com os mesmos”.

Neste sentido, passam a ficar conhecidas as “*Licencas do Raj*”, um instrumento de política econômico inaugurado por Nehru e que Indira e Sanjay, utilizando para premiar os amigos e punir os inimigos. Com a burocracia já comprometida pelas intervenções dos Ganhi, era quase inevitável que o uso do sistema de licenças para ganhos pessoais iria se ramificar e difundir na estrutura administrativa do Estado indiano.

⁸ Pranab bardan (1984), *The Political Economy of Development in India*. Oxford: Basil Blackwell

Como afirmou Chibber⁹ sobre as *“licences quota permit raj”* o governo perdeu legitimidade política, pois a corrupção ficou mais e mais visível, tornando-se endêmica. Para os críticos do sistema, estas tendências só demonstraram que o problema central encontrava-se no desenvolvimento liderado pelo estado, e, portanto, a solução seria apoiar-se no mercado.

Em 1980, este tipo de raciocínio passa a ser dominante entre os servidores públicos jovens de alto escalão que viam o aparato político não apenas como ineficiente, mas sem condição de reforma.

Quando Rajiv Gandhi assumiu o poder, os ingredientes e o ambiente contra a antiga política industrial já eram dominantes e a mudança veio com a liberalização interna que foi estabelecida por seu ministro das finanças, V.P. Singh em 1985.

Em 1991 a Índia viveu uma crise de pagamentos com o país dispondo não mais que de duas semanas de reservas cambiais. Aliado a este problema, o endividamento público indiano progrediu rapidamente ao longo dos anos 1980. O estoque público da dívida total, que perfazia 46% do PIB em 1982, atingiu 63% em 1987/88. Em 1988, o país se torna o mais endividado país da Ásia, com uma dívida próxima aos 60 bilhões de dólares¹⁰, dos quais uma parte crescente de curto prazo. E com reservas cambiais fracas, que não suportaram o choque do petróleo de 1990¹¹.

A primeira geração de reformas (1991/2004), começa com menos de 1 bilhão de dólares de reservas cambiais em 1991 e vai atingir os 125 bilhões de dólares em 2004. A taxa de crescimento médio anual subiu a 6%. O período termina com o mote a “Índia que reluz”, slogan utilizado pelo BJP (Barathiya Janata Party), a segunda força política na Índia, formado por nacionalistas hindus.

Com todos estes indicadores econômicos reluzentes, o Partido perderá as eleições com as críticas crescentes de uma distribuição desigual dos frutos do crescimento e pela incapacidade de por em pratica as reformas ditas de segunda geração, indispensáveis para absorver a procura por emprego , sobretudo entre os jovens.

⁹ Chibber, op.cit, p.252.

¹⁰ Jean –Joseph Boilot (2006), *L’ Economie de L’Inde*. Paris: La Decouverte, p.25

¹¹ É interessante considerar a desigualdade do volume da dívida entre os países da Ásia e aqueles da América Latina. Não é por menos que os economistas indianos falam abertamente contra os equívocos dos modelos de desenvolvimento adotados pela América Latina.

Do ponto de vista político, após o assassinato de Rajiv Gandhi por um fanático do estado de Tamil Nadu, as eleições gerais de 1991 trazem de volta ao poder o partido do Congresso, dirigido por Naramha Rao, que fará de Manmoham Singh, o atual Primeiro Ministro da Índia, seu Ministro das Finanças.

Economista academicamente respeitado, M.Singh abolirá as *licenças do Raj* na maior parte dos setores da economia. Os industriais indianos passam a estar livres para as suas opções de investimento. A abertura aos mercados externos terá grande avanço, com a autorização automática dos investimentos estrangeiros. Até 51 % do capital e mais, a depender do setor. Os setores automobilísticos, de telecomunicações e serviços de informática ganham forte impulso. Também ocorre uma forte baixa das barreiras alfandegárias. A rúpia será desvalorizada de 30% em 1991 e novamente em 15% em março de 1992.

No momento das eleições gerais de 1996, a economia indiana aparece pela primeira vez como uma das economias mais dinâmicas do mundo, com quatro anos sucessivos de crescimento acima de 7% (1994-1997). A Índia foi, em grande medida, poupada do contágio da crise asiática de 1997 graças não só a seus fundamentos econômicos, mas por conta também de uma fraca integração comercial e financeira com a Ásia do Leste.

Estas eleições indicaram um parlamento sem maioria e o líder do BJB, Valpayee, renuncia ao poder após treze dias de governo. Uma frente unida, dirigida pelo Partido do Congresso, a partir de uma coalizão com os partidos de esquerda assumira então o poder.

De 1998 a 2004, será a vez de uma coalizão dirigida pelo BJP, que assumirá o comando. Em termos econômicos, a liberalização continua e, salvo nos aspectos políticos internos, (comunalismo, defesa do hinduismo e confronto com os muçulmanos) o BJP pouco se diferenciará do Partido do Congresso, defensor do secularismo na política.

Em 2005, o país assistiu novamente ao retorno do Partido do Congresso, agora tendo como Primeiro Ministro o artífice da abertura em 1991, Manmohan Singh.

Os Problemas

Uma das críticas fortes que fez Amartya Sen aos sucessivos governos indianos foi a de não investirem adequadamente na formação de “capital humano”. Escrevendo em 1997 disse: “Após 50 anos de independência, metade dos adultos na Índia são analfabetos (na verdade mais de 70% das mulheres adultas não sabem ler ou escrever[...]) A Índia não teve dificuldade em fazer aumentar suas taxas de crescimento econômico ao remover dificuldades e restrições, nem de fazer uso de suas oportunidades de comércio. Mas uma ampla parcela da sociedade indiana permanece excluída do âmbito das oportunidades econômicas ¹²».

Mas não são apenas os baixos indicadores educacionais que afetam a Índia. As taxas de pobreza ainda são alarmantes. O país tem 34,7% de sua população vivendo com menos de 1 dólar dia e 79,9% com dois dólares dia em 2002, por mais que o custo de vida seja bem mais baixo. O emprego formal atinge, se muito, 20% da população e o país tem necessidade de criar ao menos 10 milhões de empregos por ano.

Em termos demográficos, a população indiana passou de 395 milhões entre 1950/1995, para 1.100 bilhão em 2005, muito embora a taxa bruta de natalidade (por mil) tenha caído de 45,4 para 22,5 em 2005. A expectativa de vida da população, que era de 36,5 anos nos anos 1950, passou a 64,9 em 2005.

Associado a estes problemas, uma forte disparidade regional, com o sistema de castas ainda atuando no sentido do incremento das desigualdades sociais.

A infra-estrutura de estradas, energia¹³ (fala-se que existem 400 milhões de indianos sem acesso a energia) e saneamento básico; são problemas que a Índia terá de enfrentar, se quiser atingir um crescimento sustentável.

Do ponto de vista do aquecimento global, as emissões indianas de CO₂ já somam 583 milhões de toneladas (mt), geradas por suas plantas energéticas, fazendo da

¹² in : Barbara D. Metcalf and Thomas R. Metcalf (2005) , *A Concise History of India*. Cambridge University Press, p.284.

¹³ Os estados indianos que têm apresentado maior urgência no sentido do aumento do fornecimento de energia são: Andhra Pradesh ; Punjab ; Haryana ; West Bengal, Kerala e Uttar Pradesh.

Índia o quarto maior poluidor entre os projetos energéticos nacionais, após os EUA (2.8 bt), a China (2bt) e a Rússia (661 mt)¹⁴.

A Índia, que superou tantos problemas, inclusive mantendo sua unidade nacional intacta, terá nos conselhos de Nehru, quando do lançamento dos objetivos sociais do planejamento em 1954, um forte guia:

« I suggest that the only policy that we should have in mind is that we have to work for the 360 million people (população indiana à época) not for a few, not for a group but for the whole lot, and to bring them up on an equal basis ¹⁵».

As Perspectivas

A Índia sobrepujará a população chinesa em 2030, quando terá um bilhão e quatrocentos milhões de habitantes. A sua população urbana passara dos 285 milhões em 1980 para 700 milhões em 205¹⁶. Se estima hoje que em 2025 a participação da agricultura no PIB será de 10%

A Goldman Sachs¹⁷, utilizando um modelo de convergência condicional em 2003 inspirado nas teorias de crescimento endógeno, informa que o potencial de crescimento resulta da combinação de fatores endógenos (taxa de investimento, crescimento demográfico, nível de educação, qualidade das instituições e também convergência tecnológico – recuperação da produtividade –função da distâncias dos PIBs per capita com os países mais avançados. Pois bem, na avaliação que a Goldman Sachs faz dos BRICs, o cenário para a Índia apresenta uma taxa de crescimento potencial de 5,8% ao ano nos trinta próximos anos.

No caso do crescimento chinês, haverá um ritmo maior entre 2010 e 2015 que tenderá a decrescer, para atingir 3,0% em torno de 2040-2050, contra 5,0% na Índia nos próximos trinta anos.

¹⁴ Namrata Singh (2008), "NTPC : India's worst carbon emitter Report". in: Times Business India, 31 July.

¹⁵ Bipan Chandra, Mridula Mukherjee e Aditya Mukherjee, op.cit., p. 703.

¹⁶ Dyson, T, Cassen R. e Visaria L. (2004) *Twenty first century India. Population, Economy, Human Development and the environment*. Oxford University Press, New Delhi, p.414..

¹⁷ Goldman Sachs (2003), " Dreamng with the BRICS: the path to 2050". In: Wilson D. e Purushotmn, R. Global Economics Paper., nº 99., 1 outubro.

Uma previsão diferente, estabelece um ritmo de 7,4% para a Índia até 2030 com uma taxa de convergência mais forte sobretudo pelo efeito dos investimentos em educação.

Dani Rodrik e Subramaniam (2004: p.74), usando parâmetros sobretudo internos, falam de uma taxa de crescimento de 6-7% por ano até 2025, ou seja, uma expectativa ainda mais otimista que o cenário Brics (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul)¹⁸

Os Cenários Prováveis

Jean –Joseph Boilot (2006:99), nos apresenta dois cenários que foram desenvolvidos pelo World Economic para a Índia. Tomando por base um método mais qualitativo de cenários contrastantes até 2028.

O primeiro cenário, intitulado *Bollywood*, conjuga uma globalização extrema, centrada nos serviços de informática, com um crescimento excludente, notadamente nas áreas rurais e para a mão-de-obra de baixa qualificação. Este crescimento rápido num primeiro momento, cairia a partir de 2015, numa sociedade cada vez mais excludente.

O 2º cenário ou *Pahala Índia*, a “Índia em primeiro lugar”, tenta conciliar uma integração internacional rápida e crescimento includente graças a uma política econômica ativa que reinveste os dividendos da globalização em Programas de saúde, educação, e de luta contra a pobreza, de infraestrutura física, em suma, de bom governo interno e de boa relação com os países vizinhos.

Estes dois cenários apresentam uma variação de 4 a 8% de crescimento. Para Boilot, (p.100), o cenário mais próximo da realidade seria aquele “*Pahale Índia*”, a meu juízo excessivo, sem indicadores atuais capazes de sinalizar ou justificar tal projeção.

¹⁸ Dani Rodrik e Subramaniam (2004), “From Hindi growth” to productive surge:the mystery of Indian Growth Transition. NBER Writind Paper, 10376.

O Presente Momento

Atualmente é possível dizer que a Índia vive um momento de grande otimismo. Alguns setores como o de *software* e mesmo de *hardware* vêm trazendo novas oportunidades e empregos para o país, com a estruturação dos grandes Parques Tecnológicos por toda a Índia, também gerando empregos de maior valor. Outros setores vêm apresentando bom comportamento, como o farmacêutico, o de defesa, de mísseis, o turismo. Por certo os problemas políticos estão presentes, a exemplo o recente enfrentamento na região Kashmir- Jumu, esgarçando o sensível tecido do conflito hindu-muçulmano.

Pelo lado da Política Internacional o governo indiano acaba de ter uma vitória na sua política nuclear, através do programa de apoio que teve dos Estados Unidos, aprovando no EIEA a continuidade do seu programa nuclear.

Do ponto de vista das políticas e processos de integração regional, a Índia reuniu-se no SAAR, coordenação regional dos países da Ásia do Sul, juntamente com o Paquistão, Sri-Lanka, Mianmar, Maldivas e Afeganistão, tendo sido aprovados um conjunto de medidas de cooperação em vários aspectos, tendo a Índia oferecido generosa contribuição de USD 5000 milhões para apoio à infra-estrutura ao Afeganistão, podendo-se ressaltar ainda o recente entendimento que estabeleceu com o Paquistão, seu inimigo histórico.

Finalmente, apontar a forma soberana que, junto com a China, ocasionando o fim das negociações em Doha, por considerar que os países desenvolvidos pouco ofereciam aos países em desenvolvimento, buscando excessivamente as suas vantagens. Qualquer que tenha sido o recente alinhamento com o governo dos EUA sobre os temas do terrorismo e da estrutura de seu programa de defesa atômica, isso não impediu que o país tivesse que se alinhar nos tratados de comércio, que o prejudicariam, evidenciando autonomia em seu comportamento internacional.

A ativa atuação do país no cenário internacional revela que a Índia está tentando jogar um jogo de maior exposição internacional, bem como fazer valer, na comunidade internacional o peso de sua economia e de seu crescimento econômico.

Algumas Evidências Empíricas¹⁹

CHAUDURY e RAVALLION (2006)²⁰ afirmam que as performances de crescimento da China e da Índia mascaram consideravelmente as desigualdades nos níveis sub-nacionais, a exemplo da China, quando a taxa provincial de crescimento em Quinghai está abaixo dos 5.9% e em Zhejiang alcança 13.3 % para o período 1978-2004. Na Índia, entre os 16 maiores estados, Bihar atingiu a mais baixa taxa de 2,2 % quando Karnataka, a mais alta ou 7.2%. Ainda segundo os autores a desigualdade espacial tem contribuído para o desigual combate à pobreza porque o crescimento da renda dos domicílios está claramente associado com a redução da pobreza ao nível sub-nacional. Na China, as regiões costeiras estão em muito melhor condição do que as regiões do interior, A tendência de declínio na taxa de pobreza entre 1981 e 2001 foi de 8% ao ano para o interior contra 17% nas áreas costeiras.

Também há desigualdades setoriais, ou seja, nos dois países as taxas do setor primário (agricultura) têm sido muito inferiores àsquelas do secundário (indústria) e do terciário (serviços). Na China entre 1980-1985 a agricultura crescia a 7% no período, caindo para menos de 4% entre 2000-2005, ao passo que na Índia a agricultura apresentava taxas médias de 6% no 1º período, caindo para 2% no último período²¹. O abismo entre as rendas rurais e urbanas se aprofundou de forma substantiva nos dois países e ainda mais na China que tinha o Indicador de Gini de desigualdade de renda de 28% em 1981 que saltou para 41% em 2003. As reformas estabelecidas nos dois países não foram particularmente pró-pobreza nos dois países, as desigualdades persistem, seja com relação ao desenvolvimento dos recursos humanos (educação e saúde para os pobres) seja no acesso à infra-estrutura, principalmente no meio rural. As tabelas a seguir apontam os indicadores para as transformações vividas em alguns dos países centrais da Ásia-Pacífico, considerando a tabela nº 1 que indica a distribuição percentual do produto

¹⁹ Esta parte do trabalho é basicamente, uma adaptação de um trabalho meu que apresentei junto ao Congresso da Associação Brasileira de Relações Internacionais, em julho de 2007 em Brasília, e intitulado: Índia e Brasil: Entre o sono e o despertar. Será o crescimento desigual a única via?

²⁰ Shubham, CHAUDHURI, Martin, RAVAILLON (2006). *Partially awakened giants: uneven growth in China and India*. World Bank Policy research Working Paper 4069, November.

²¹ Fonte: China Statistical Yearbook (vários anos) ; Central Survey Organization, Government of India.

mundial por regiões, que passou de US\$ 42.8 trilhões em 1995 para US\$ 61.3 trilhões em 2005.

Tabela 1 - Distribuição Percentual do Produto Mundial por Regiões em 1995 e 2005

Regiões	1995	2005
Países Ricos	60	54
Ásia do leste e Pacífico	13	19
América Latina e Caribe	8	8
Europa e Ásia Central	7	7
Ásia do Sul	6	8
Oriente Médio e Norte da África	3	3
África Sub-Sahariana	2	2

A tabela 1 mostra que o crescimento do produto ocorre principalmente na Ásia do Leste e Pacífico, permanecendo a América latina, o Oriente Médio e a África sem nenhuma alteração. A tabela 2 informa o total da população urbana como percentual da população total em cinco países da Ásia-Pacífico, a China, a Coreia, o Japão, a Rússia e a Índia. Destaca-se na tabela o vertiginoso crescimento da população urbana na China entre 1990-2005 e a lenta evolução do processo migratório campo-cidade na Índia. Os demais países com maioria populacional cosmopolita.

Tabela 2 - População Total e População Urbana como % da Pop. Total

Países	População Total (milhão)			População Urbana (%)		
	1990	2000	2005	1990	2000	2005
China	1.115	1.273	1.315	27.4	35.8	40.4
Coreia	43	47	48	73.2	79.6	80.8
Rússia	148	146	143	75.4	73.4	73.0
Índia	849	1.021	1.103	25.5	27.7	28.7
Japão	123	127	128	63.1	65.2	65.8

Fonte: UN/ESCAP Economic and Social Survey 2007

A Tabela 3 revela as taxas de crescimento do PIB destes mesmos cinco países, sendo novamente impressionantes o ritmo da China, e em seguida aquele da Índia. As taxas coreanas forma significativas até o ano 2000, salvo a crise de 1997, reduzindo o ritmo após 2003, mas já numa tendência de retomada. A Rússia retoma o crescimento após o ano 2000 e tem mantido taxas elevadas desde então e, finalmente, o Japão, evidenciando o seu processo de estagnação que vem desde o início dos 90.

Tabela 3 - Taxa de Crescimento Real do PIB (%t)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
China	10.9	10.0	9.3	7.8	7.6	8.4	8.3	9.1	10.0	10.1	10.4	10.7
Coréia	9.2	7.0	4.7	7.8	9.5	8.5	3.8	7.0	3.1	4.7	4.0	5.2
Rússia	-4.1	-3.6	1.4	-6.9	6.4	10.0	5.1	4.7	7.3	7.2	6.4	6.7
Índia	7.3	7.8	4.8	-5.3	6.1	4.4	5.8	8.3	8.5	7.5	9.0	9.2
Japão	2.0	2.7	1.6	6.5	-0.1	2.9	0.2	0.3	1.4	2.7	1.9	2.2

Fonte: ESCAP, based on national sources; International Monetary Fund, International Financial Statistics (CD-ROM) (Washington, D.C., IMF, December 2006); and IMF Country Reports; Asian Development Bank, Key Indicators of Developing Asian and Pacific Countries 2006 (Manila, ADB, 2006); and website of the Interstate Statistical Committee of the Commonwealth Independent State, available at <<http://www.cisstat>>, 26 February 2007; and ESCAP estimates

A tabela nº 4 indica a expectativa de vida entre os cinco países selecionados e verifica-se um gradual melhora do indicador em quatro dos cinco países, à exceção da Rússia. O Japão atinge, a partir dos anos 2000, uma expectativa de vida que supera os 80 anos de idade.

Tabela 4 - Expectativa de Vida (Anos)

Países	1990-95	1995-2000	2000-2005
China	68.1	69.7	71.5
Coréia	72.2	74.6	76.8
Rússia	66.8	66.0	65.4
Índia	59.5	61.5	63.1
Japão	79.5	80.5	81.9

Fonte: UN/ESCAP Economic and Social Survey 2007

A tabela 5 apresenta os indicadores de mortalidade infantil, com uma queda significativa na China e com a Coréia e o Japão apresentando indicadores de países altamente desenvolvidos. Na Índia, mesmo considerando a substantiva queda nos quinze anos, chama a atenção os altos indicadores de mortalidade infantil.

Tabela 5 - Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)

Países	1990-95	1995-2000	2000-2005
China	38	33	26
Coréia	8	5	5
Rússia	23	20	17
Índia	84	66	62
Japão	5	3	3

Fonte: UN/ESCAP Economic and Social Survey 2007

A tabela 6, finalmente, apresenta indicadores que nos interessam aqui especialmente, ou seja, o uso de computadores e de *internet* e telefone, que evidenciam a presença das tecnologias de base informacional. Assim, a China muito embora tenha feito esforços, sobretudo, no uso da Internet e na posse de telefones fixos e móveis, ainda está muito aquém dos indicadores similares apresentados pela Coréia e o Japão. A Índia, em que pese toda a sua revolução nos serviços de *software*, ainda tem indicadores muito inferiores com relação às comunicações, o que, sem dúvida, afeta o desempenho global de sua economia. A Rússia apresenta uma posição intermediária entre os cinco países, à exceção da telefonia móvel, onde atinge patamares semelhantes àqueles dos países desenvolvidos, como a Coréia e o Japão, sendo o primeiro o país melhor situado no conjunto das tecnologias de comunicação e informação.

Tabela 6 - Telecomunicações

	Computadores por 100 pessoas			Internet por 100 pessoas			Telefones					
	1990	2000	2005	1995	2000	2005	Fixo			Móvel		
China	-	1.6	4.1	-	1.7	8.4	0.6	11.2	26.6	0.3	6.6	29.9
Coréia	3.7	40.5	54.5	0.8	41.4	68.4	30.6	56.2	49.2	3.7	58.3	79.4
Rússia	0.3	6.3	12.1	0.2	2.0	15.2	14.0	21.9	27.9	0.1	2.2	83.6
Índia	-	0.5	1.5	-	0.5	5.4	0.6	3.2	4.5	-	0.4	8.2
Japão	-	35.8	48.2	4.9	39.3	58.9	43.4	47.5	45.1	10.1	40.0	87.6

Fonte: UN/ESCAP Economic and Social Survey 2007

Observando a Tabela 7 é possível verificar que a participação mundial na produção de manufaturas de valor agregado é destacadamente concentrada nos países ricos, o que revela a manutenção da alta concentração da produção dos bens intensivos em tecnologias por parte dos países desenvolvidos. Vê-se ainda que tanto a América latina quanto o Brasil perdem posição nesta participação. E são quedas substantivas. Entre os países em desenvolvimento é a China que tem destaque, dando um salto de 3.3% da produção de manufaturas intensivas em tecnologia de ponta para 8,5% em 2003. A Índia também cresce no setor, mas com uma participação bem mais modesta.

Agora, olhando a participação nas exportações mundiais de manufaturados é possível verificar que os países desenvolvidos têm deslocado suas empresas para os países em desenvolvimento e, novamente, a América Latina e a África perdem posição e o Brasil mantém a sua pequena participação no setor. A China primeiramente e a Coréia se destacam, quando a Índia avança mais lentamente.

Tabela 7 - Participação de países e regiões na produção mundial de Manufaturas de Valor Agregado e na exportação de manufaturas 1980–2003 (*Participação Percentual*)

	Participação mundial nas manufaturas de Valor Agregado				Participação nas Exportações Mundiais de manufaturas			
	1980	1990	2000	2003	1980	1990	2000	2003
Países desenvolvidos	64.5	74.1	74.9	73.3	74.1	77.9	67.3	65.4
Países em desenvolvimento	16.6	17.0	22.0	23.7	18.9	18.3	28.9	29.7
América Latina e Caribe	7.1	5.6	5.4	4.4	4.3	2.4	4.7	4.1
Brasil	2.9	2.2	1.1	0.9	0.8	0.8	0.8	0.8
México	1.9	1.1	2.0	1.7	0.8	0.5	2.7	2.2
Coréia	0.7	1.4	2.2	2.3	1.1	2.2	3.1	3.0
China	3.3	2.6	6.6	8.5	1.0	1.7	4.3	6.5
Índia	1.1	1.1	1.2	1.4	0.3	0.5	0.7	0.9
África	0.9	0.9	0.8	0.8	5.4	2.6	1.8	2.0

Fonte: UNCTAD secretariat calculations, based on UNIDO, *Handbook of Industrial Statistics 1996*; UNIDO, *International Yearbook of Industrial Statistics, 2006*; World Bank, *World Development Indicators* online; UN COMTRADE and UNCTAD estimates.

Note: Calculations in current dollars. **a** To ensure data comparability, the definition of this product category follows industrial statistics. It therefore includes processed primary products in addition to manufactures, as defined in trade statistics. For further discussion of this statistical issue, see Wood and Mayer, 1998.

Para dar uma medida de grandeza do setor de equipamentos de TICs (excluindo os softwares), apenas na área da OECD (2005), o valor das exportações desses produtos passou de USD US\$ 154 bilhões em 1990 para US\$ 558 bilhões em 2000 e as importações de US\$ 162 bilhões para 601 bilhões no mesmo período (p. 420). A grandeza desses números demonstra que estas tecnologias vieram para ficar e que qualquer país em desenvolvimento que pretender um melhor posicionamento no comércio mundial terá que estabelecer um esforço decisivo no desenvolvimento destas novas tecnologias.





5.

India: Culture and Society





5. India: Culture and Society

Rowena Robinson*

Introduction

I am delighted to be part of this conference on India and I would like to begin by thanking the organizers for inviting me and enabling me to come to Rio de Janeiro to present my paper before you. India, in some ways like Brazil and China, the three growing economic powers of this period, is an ancient society which has seen considerable modernization and change. When Indianists, sociologists and anthropologists began to study Indian society, they depicted it principally in accordance with three variables: caste, village and family. These were said to be the three great institutions of traditional Indian society. Of course, traditional society was also considered largely as Hindu society.

Thus, the three-to-five generational, patrilineal, patrilocal joint family was considered the bulwark of traditional Hindu society. This society was divided into numberless castes, regionally specific; but, across the country the logic of *varna* ordered the castes into a more rigid hierarchy: Brahmin, Kshatriya, Vaishya and Sudra. The *avarna* castes were considered pariah, even untouchable. Even Marx understood India as a village society, its villages 'little republics', largely untouched by the dynamics of political or social change. These pictures of Indian culture and society were, as we shall see, to a considerable extent true but were also somewhat problematic and scholars soon began to realize that the real situations had always been more complex and intricate.

* Professor of Sociology Department of Humanities and Social Sciences Indian Institute of Technology Bombay.

Caste, village and joint family: The *real* story

It was when scholars began to rely on ethnographic **fieldwork** rather than solely on ancient texts, especially those in Sanskrit, to understand Indian society that they started to see the complexity of real social formations. This became well-known as the field-view of Indian society, as opposed to the book-view. Others argued that the book-view and the field-view must be placed side-by-side; one should not be rejected in favor of the other. Clearly, a considerable shift had taken place in the way in which Indian society was studied.

It is true that the Indian caste system was one of the harshest systems of hierarchy to be found in the world. Each caste found its place in the hierarchy in accordance with the rules of purity and pollution. Occupations, food, materials and even persons were ranged on a scale from purest to most impure. For instance, occupations that involved contact with bodily or other waste – scavenging, leather-work and the like were considered deeply polluting. Meat was eaten only by the lower castes. The structural distance between castes was defined in terms of purity and impurity. A higher caste was pure and would therefore avoid certain forms of contact with the lower castes in terms of eating food cooked by them or marrying or having sexual relations. Sometimes, there could even be a ban on touching. This formed the basis for the notorious practice of untouchability, whereby the touch or even the shadow of certain castes was considered polluting for the higher castes. Castes considered untouchable would have to maintain a certain physical distance from the high castes. Inadvertent touch would entail a ritual cleansing process for the higher caste person. A person was born into a caste, practiced the caste occupation, married and died in the caste and could rarely hope for change or a better or different life.

Despite all this, it is now accepted that the caste structure was never a completely rigid social system. Avenues of mobility and flexibility were available within the structure of caste. Despite the closed nature of the system, there have been shifts in the caste hierarchy over time. For instance, certain cultural practices acceptable during the Vedic Hindu period came to be considered taboo in later times, with the impact of Buddhism and Jainism. These practices included the drinking of liquor (*soma*), the offering

of animal sacrifices and the eating of beef. In a later period, these practices were abhorred, but they continued among the castes considered low on the social scale.

Important channels of mobility in the ancient period included conversion to Jainism, Buddhism or other heterodox sects, migration and the renunciation of the world in favor of the life of a mendicant. There has always been heterodoxy within the Hindu world. Sectarian movements often rejected caste and called for socio-religious reform. It is another matter, of course, that over a period of time, some of them simply began to be considered yet another caste within the overall society. An important path of mobility in both traditional and more contemporary periods has been that defined by the sociologist M N Srinivas as *sanskritization*. *Sanskritization* is a process where a low Hindu caste changes its customs, rites, rituals, ideology and way of life in the direction of a high and frequently twice-born caste. The twice-born castes are those belonging to the Brahmin, Kshatriya or Vaishya groups.

Another path of mobility from the colonial period onwards has been that of westernization. M N Srinivas defined westernization as the changes brought about in Indian society and culture as a consequence of the over 150 years of British rule. It is a term that covers changes in technology, institutions, ideology and values. Thus, particular castes began to adopt a westernized life-style including the consumption of meat and alcohol and the espousal of western values of equality and individualism and the like. Conversion to Christianity was yet another avenue of social mobility available to the *avarna* communities during the colonial period. There were several large-scale, group conversions from the latter half of the nineteenth century.

Literature on the family in India was also, for a long time, saddled with particular assumptions. Especially, it was considered that the three-to-five generational patrilineal household was the typical familial living arrangement among Hindus. The 'joint Hindu family' thus remained a standard reference in a lot of early literature. There emerged a popular understanding that all Hindus lived together in such joint families, eating at the same hearth and sharing property in common. However, the reality has been considerably different. Scholarship has now shown that the nuclear or small joint family (with two married couples) is and has probably always been typical of India. The existence of a complete joint family, where married sons continue to stay in the same house with their

parents, married and unmarried brothers and sisters, pool their expenses together and eat together, is rare.

Anthropologists have also shown that there is no such thing as a perpetual joint or nuclear family. At different stages in their development cycles, households may move from being nuclear to being joint and, further, to different degrees of joint-ness. Even when joint families are found, analysis has revealed that it is the small joint family consisting of not more than two married couples that is most typical household unit in India. The nuclear and supplemented nuclear family (which may be treated as 'joint') are also equally common. It is more common to find one married son living with his parents, than to find married brothers living in the same household, with or without their parents. Further, while joint families can occur across castes, it is agreed that they generally tend to be found more often among the higher castes.

With respect to gender differences, however, it is true that traditional families had several restrictive implications, especially for women. Women joined their husband's family on marriage and retained few rights in their natal home. Property was inherited in the male line. Marriages were arranged by elder family members and the bride and groom would meet only at the wedding ceremony. Women had little mobility outside the home and even within their marital home they had to carefully veil in front of senior male members of the household. A young bride would expect to be burdened with household responsibilities; it was often only after many years of marriage that a woman, if she had begotten male children, would be able to gradually cement her place within her husband's household.

Kanyadan, or the idea of marriage as the 'gift of the virgin bride', prevailed in almost all parts of the country, and does so even today. Among the higher castes, in particular, the bride was considered a gift given to the husband and his family and a great deal of stress was placed on her being a virgin. With the bride other material gifts were always sent to the husband's house. These constituted the *stridhan* or what is called, in the literature, the 'dowry'. The practice of gift-giving was largely unidirectional, from the bride's natal home to her marital home. The nature and cost of gifts were largely decided by regional and caste custom and were related to the status of the families connected by the marriage.

Despite many similarities, the life-trajectories of women varied according to region, caste and class. Women of the lower social classes almost always worked outside the home, in the fields, as vendors of small goods or at other petty jobs. In particular, rural working women of the lowest castes could often be very vulnerable to exploitation – economic, social and even sexual – by their upper-caste, male employers. It should not be surprising, therefore, that upward mobility on the caste hierarchy was almost everywhere accompanied by the immurement of women within the confines of the home and their removal from outside employment. The gendered division of labour has been typically impacted by both norms of caste and kinship.

The literature on the Indian village has been plagued by several assumptions. Whether it was Marx who made notorious the phrase ‘village republics’ or some other historians and social scientists, for a long time a myth persisted that Indian villages were isolated, self-enclosed and self-sufficient units. The needs of the villagers were met largely within the villages and contact with the outside world was minimal. The villages remained untouched by larger political events or upheavals and, therefore, continued to remain more or less unchanged despite different kinds of political fluctuations. Of course, fieldwork and social history changed this view.

For one, it has been realized that villages were always connected with markets as well as with towns, especially those that were part of pilgrimage routes. Secondly, caste patterns were regional in character and caste and marriage ties created links between villages, at least within a particular range. In north India, the ideology of hypergamy and the custom of village exogamy ensured that daughters were married outside village boundaries, sometimes at quite a distance. Mendicants, genealogists, priests and others formed connections between village-folk and the towns. Local markets brought together persons from neighboring villages and, sometimes, from nearby towns as well.

Certainly, from the colonial period onwards, the development of infrastructure increased communication between towns and villages. The postal system and, especially the railways, opened up remote parts of the country, linking villages with towns and cities. Migration from the villages into the cities began to increase, as employment opportunities grew and some industries also started to come up. Village-dwellers who came to the city rarely entered a strange or anonymous world. They had contacts of caste

or sometimes kinship. Even when these links were very nebulous or distant, kin and caste-members looked out for and helped each other. Early industrialists often engaged labor through middlemen – called jobbers. This increased the possibility that the workers came from specific areas or groups of villages and could well be kinsmen or caste-fellows.

Workers in urban areas sent money to their villages and went home to work during the busy agricultural seasons. They continued their patronage of village and clan deities and were present in their villages during major religious festivals. Marriages took place in the village and, sometimes, wives and children continued to reside there. Family members came to the city, in search of work or in pursuit of education and had to be put up and looked after. Someone might come to get treatment at a city hospital. Shared interests in land continued to hold patrikin together. Thus, village and city could hardly be considered separate worlds, closed-off to each other. One would have to speak in terms of a rural-urban continuum rather than a rural-urban divide, especially when it came to the maintenance of social ties.

There are many other aspects of Indian society that came to be focused on when anthropologists started doing serious fieldwork. The patriarchal bias of a lot of early writing came to be revealed and feminists as well as sociologists began to point out the gendered nature of society as well of sociological texts. Now there is a growing body of literature on women and on gender, whether with respect to the family or kinship relations, development or ideas about religion, sexuality and the body. It is true that women in traditional society did not have much say, but there were always variations. India is and has been home to some matrilineal communities, particularly in its north-eastern and south-western parts. In patrilineal communities, often caste as well as kinship rules operate to constrain women.

Traditionally, social identity was obtained from the father, but the boy was considered a permanent member of his father's lineage, while the girl was only a transient member. Marriage and the transfer of a girl to her marital role combined with the rule of hypergamy and impermanent membership of a girl in her natal family had particular implications. Property passed down the male line and girls had only the right to marriage gifts and maintenance. In traditional families, women did an enormous amount of unpaid but valuable work. However, much of it was household labour and did not involve women

leaving their homes. Among lower social and economic levels, however, women more often than not engaged in productive labour, in agriculture, craft work or even poultry farming. A woman's income belonged to her husband and his family and she rarely retained full control over it.

The control of female sexuality was always a central concern for families and kin-groups. Girls had to be controlled until they could be handed over pure and unsullied into the hands of their husband's family. Virginity was highly valued and this placed considerable restrictions on the mobility and educational and economic pursuits of young girls; they had to remain secure until marriage. The practice of the seclusion of women has been closely tied up with the need to control female sexuality. Seclusion became a particular matter of concern after a girl entered puberty. These concerns have always been greater for the higher castes because of their need to ensure that women did not enter into unsuitable, hypogamous unions with lower-caste men.

The bias towards the study of Hinduism in the early sociological literature has also come to be somewhat repaired. There is now a greater appreciation of the diversity of Indian society and the fact that it is made up of many religious and ethnic groups, which have complex and intricate, even if not always harmonious, relations with each other. Studies of Muslim, Christian and other groups show both similarities and differences with Hindu society. When it comes to ideas about caste, gender and the family, there are considerable similarities across patrilineal India, though some tribal groups, especially matrilineal ones, throw up some critical differences. On the other hand, there are differences in the extent to which such ideas prevail across groups; there are also differences of religious organization and patterns of beliefs.

There is a great deal of syncretism in south Asian religions: individuals and groups participate in shared cultures in which there is an engagement of practices and beliefs. One finds Hindus visiting Sufi Muslim shrines or *dargahs* (tombs) and making vows at the churches of important saints. Christians may also visit Hindu or Muslim traditional healers. Many medieval and modern saints such as the Muslim-born Shirdi Sai Baba consciously spread a message of inter-religious harmony. However, there has also been a long history of discord between communities, in particular between Hindus and Muslims. The Partition of the country in 1947 into secular India and Islamic Pakistan

cast another long shadow on Hindu-Muslim relations in the country. Muslims remain, to a large extent, marginalized and ethnic strife in independent India has been mostly between Hindus and Muslims, with the latter bearing the far heavier burden of loss – of lives and property.

Social change in modern India

While in the above paragraphs I have tried to chart out for you the patterns of social relations that came to be revealed to sociologists and anthropologists when they set out to do fieldwork in different parts of the country, this section will focus on the changes in Indian society. Modern India is changing very rapidly and society today presents some fascinating as well as contradictory trends. One of the most important changes in India is economic change. Already during the colonial period the new means of transportation and communication and the development of cities had brought in a degree of economic and social change. People began to migrate to the cities in search of work and modern education. The barriers of caste began to slowly break down or become more flexible. Children were no longer compelled to follow the occupation of their parents; they could aspire for different and better work. Such change was, indeed, revolutionary in the context of Indian society. The ideas of liberty, equality, democracy and the like began to have a slow but sure impact on the colonized people; the struggle for Independence has shown the importance such ideas had for educated Indians.

British rule initiated the process of secularization in India, a tendency which, to some extent, became stronger after Independence. However, contrary to expectations, the role of religion either in the lives of people or in public and political life has by no means vanished in India. Secularization entailed a process of differentiation whereby the various aspects of society – economic, political, legal, moral, familial and religious – become *discrete* in relation with each other. This has occurred to some degree. For instance, the rules of purity and impurity that applied to castes have declined to a considerable extent. Urban life has its own pressures and does not permit rigid rules to remain in place.

In office spaces, public spaces and the industrial or corporate world, the rules of caste hardly apply. One works with persons of many different castes and sometimes all may eat from the same cafeteria. Cooks, stewards or waiters in restaurants or cafés are not necessarily of high caste, but one and all eat at such places without regard to these matters. Most restaurants serve both vegetarian and non-vegetarian food and the dishes or plates would not necessarily be kept separate. On trains, buses or at public places one rubs shoulders with persons of all castes, classes and religions. The law also prevents discrimination against persons on the basis of caste or religion. Rituals are being shortened and sometimes they are dropped altogether. New celebrations taken over from Western society – Father's day, Mother's day or Valentine's day – are becoming important for urban, educated folk.

There is an increase in the age of marriage and women increasingly have an opportunity to get education and work before and after marriage. While more girls enter careers now-a-days, this is sometimes because men want educated and employed brides. However, there is also a sharp increase in women working because they want to carve out independent careers. Men and women meet and try to discover areas of compatibility, even when marriages largely continue to be arranged by family members. However, there is also an increase in inter-caste, inter-religious marriages, especially among the urban, educated elite. Among such groups, the income, life-style and education of the partners often counts for as much if not more than just caste position.

Divorce rates are soaring in modern India and it is becoming more common as well as more accepted for divorcees and the widowed to enter into new marriages. Because of migration and mobility, the modern Indian family is more often than not nuclear in composition. There are changes too in fertility patterns, with more among the urban sections settling for just one or two children. While, traditionally, it was the son who looked after his parents during old age, there are many cases now-a-days of women, especially single women, taking on these responsibilities. Marriage was the rule in the past, but there are increasing numbers of women (and some men) who remain single. This may be out of choice especially among the urban elite, but it may also happen due to a variety of other reasons. For instance, a woman may remain single because of the need to look after aged parents or younger brothers and sisters.

Continuity persists, however, in the preference for male children. Fertility control and female foeticide together ensure that the sex ratio remains very skewed, often more so in the urban and richer areas of the country. Thus, richer areas of the country including, for instance, Punjab and Gujarat display a very low sex ration. A man's parents often stay with him or they may move from one son's home to the other. Else, they may live close by to their children. Parental support is vital for young couples in urban areas. Where both men and women work, parents are often called upon to care for the young grandchildren. Even if brothers rarely reside together, they often share expenses related to, for instance, the marriage of a sister or ritual celebrations in the family.

Similarly, rituals and the observance of caste rules never entirely disappear. While caste may recede from certain areas of life, it remains in others and even thrives. Scholars have written about the capacity of modern Indians to *compartmentalize* their lives. In this context, it is interesting to remember what one informant said to a well-known anthropologist: 'When I put on my shirt to go the office, I take off my caste, and when I come home and take off my shirt, I put on my caste' (quoted in Srinivas 1988: 123). It is still true that an overwhelming number of Indian marriages, and not just in rural areas, are arranged by the families concerned. In fact, various surveys have shown that young Indian men and women have little trouble adjusting to such 'other-arranged' marriages and believe that their families will choose well for them. They also believe in the long-term stability of such marriages. These marriages are, for the most part, caste-specific.

In recent times, various scholars have paid some amount of attention to trying to understand changes in family structures particularly among the educated urban middle-class of Indian society. The sociologist, B  teille (1991), argues about this group that it has shifted its 'focus of attention away from caste and sub-caste towards school, college and office'. According to him, caste and sub-caste have ceased to play an active part in the reproduction of inequality, at least at the upper levels of the social hierarchy where they are no longer important agents of either social placement or social control'. He argues that modern Indians have an ambivalent or negative attitude towards caste in general and that caste is no longer an 'institution' among them in the way that the family is. In other words, Indians of this social level do not place value on caste as they continue to

do on the family. He is also inclined to think that Indians have a differing orientation towards family and caste. They can repudiate the demands of the second, but not of the first. The implication of this view would appear to be that location within familial bonds of particular kinds involves no certain adjustment to caste.

Another anthropologist, Arvind Shah (1998), has shown himself much more reluctant to write off caste from the social landscape of the modern Indian. As he cautiously reminds us, even 'modern' individuals who are ideologically averse to caste are not averse to the 'network of relatives'. These networks of relatives along with the family or, indeed, constituting the family in its broader sense, are very important for performing the function of inculcating and enforcing caste norms in modern times. Though modern individuals may rail against caste, they are deeply loyal to the family.

In contrast to what B eteille suggests, however, the orientations to caste and the family are not fundamentally different. In fact, Shah argues that the family should be seen as including the networks of relations by kinship and marriage. When viewed as such, it emerges that networks of relatives occupy the realm *between caste and the family and enable the mediation of the two*. In other words, for a modern Indian, the most concrete representation of his/her caste is the network of kin and social relations, which constitute the core of the individual's social world. This is the group that has the moral power to exert pressure on the individual to practice caste norms and it is, therefore, extremely important in caste perpetuation. For instance, so many intra-caste marriages are arranged through informal inquiries among members of kin groups.

In modern India, the print media and the web have become important sites for the search for suitable spouses. I reproduce here some recent advertisements from a leading English-language newspaper. These show us the extent and well as the limits of change in the area of marriage.

Match for Rajput girl. Class Two Officer Maharashtrian Government MSc Computer Science wheatish slim smart 150 cms. Born June 1971 Expectation: Maharashtra Govt./Central Govt. Officer/MBA/Engineer from Rajput/North Indian Brahmin/Maratha/other higher communities. Contact...

Suitable match for Delhi based Bengali Brahmin girl 26/162, fair, slim, beautiful, smart, Executive in MNC. Boy should be from educated cultured Bengali family (Brahmin/

Baidya/Kulin Kayastha), professionally qualified and preferably in same profession. Please write Box...

US citizen, Computer engineer, 27, good-looking, Maheshwari, vegetarian. Proposals invited from fair, slim, good-looking, educated, well-qualified, homely Maheshwari/Jain/Oswal/Vaishnav girls with traditional Indian values. Write Box...

Nair boy Hindu 37, 5' 11", smart fair innocently divorced, no issues, financially sound government employee born and brought up in North India, seeks alliance from good looking cultured girl divorcee and widow can also respond caste language no bar. SC ST [Scheduled Castes & Scheduled Tribes] please excuse.

Clearly, the advertisements show that the boundaries of caste do seem to be expanding. The boundaries between castes that are close to each other in the hierarchy are collapsing and one finds the search for marriage partners going beyond the sub-caste and even the caste limits. Thus, a Maheshwari boy's family can contemplate his marriage within a group of similarly-placed castes, including Jains and Oswals. Further, a Rajput girl's family can seek to arrange her marriage into the Rajput, North Indian Brahmin, Maratha, or other higher communities. However, caste categories continue to be quite clearly mentioned and not just broader *varna* categories, or regional and religious categories. Further, the line of pollution between the so-called 'clean' and 'unclean' castes (castes belonging to the *varna* category and the *avarna* castes) remains firmly in place. Even when a divorcee seeks to enter a second union, Scheduled Castes and Scheduled Tribes (former *avarna* groups) are emphatically excluded.

Some critical pieces of social legislation in modern India include the abolition of untouchability and the practice of positive discrimination in favour of former *avarna* communities. Independent India declared the untouchability of castes in any form an offence and it enforced the rights of the former *avarna* groups to enter Hindu temples as well as to draw water from wells previously limited to upper-caste use in villages. It was during British times that schedules of lower-caste communities and isolated tribal groups came to be drawn up in order to implement certain practices of reservation in their favour. These schedules came to be included in the Indian Constitution: the list of Scheduled Castes and the list of Scheduled Tribes. Reservations in education, political representation and employment have been implemented for these groups.

There has also been social legislation that radically alters the rights of women. In particular, Hindu marriage, inheritance and succession laws have been changed in order to achieve greater gender parity. There have been some changes in the personal laws applying to Muslims and Christians, but not quite as far-reaching. Among Hindus, women now bear the right to equal inheritance along with their brothers in both their father's self-acquired as well as his inherited properties. Despite such radical legislation, however, it is still true that women frequently forgo their share in property, in order to not to damage their relations with their brothers. There are still many situations in which a woman will rely for support on her brother: if she is abandoned or widowed or if her marital relationship sours. Insistence on her legal rights may compromise the possibility of such support being forthcoming.

In more contemporary times, the practice of dowry or *stridhan* has turned into something akin to a 'groom price', wherein both the nature of gifts and the amounts involved have drastically changed. Further, the groom price is decided by the groom's family and it is related to the educational and employment attainments of the groom. There is now a significant cash component involved, which was rare in the past. There have been numerous cases of what are called 'dowry deaths', in which the groom's family play a role in killing off the young bride because of insufficient dowry. Despite the fact that the giving and taking of dowry are now offences and the fact that it is mandatory for the police to investigate the death of any woman who dies within the first few years of marriage, the practice of 'groom price' does continue.

Culturally, modern India shows several contradictory developments. Everywhere, the consciousness of ethnic identity is on the rise. Fundamentalist discourses – Hindu, Muslim, Sikh as well as others – have emerged, all of which are detrimental in their implications for the role and rights of women. The reconstruction of ethnic identity and the drawing of religious boundaries involve the reinterpretation of traditions. Often traditions are sought to be imposed on the grounds that they are 'pure' traditions from the past. These, more often than not, impose certain restrictions on women, who are considered to be the bearers of the honour of ethnic groups. The dress, deportment, movement and mobility of women come under examination under the harsher cultural regimes. There has, contradictorily enough, been a renewed interest in and revival of rituals and customs

to do with life-cycle events and festivals. The media plays with and pushes along such interest. The telecast of television serials and mythologies which promote traditional culture is on the rise.

On the other hand, there is the spread of modernity, particularly in the area of capitalist, consumerist and materialist values. There are also increasing spaces available for the struggle for rights – whether those of women, of marginalized castes or other social groups. Progressive legislation as well as the belief in the ideas of democracy and judicial justice permit the questioning of the denial of rights and justice to different sections of the population. The media does not only promote religious and traditional values. The media also provides scope for the expression of new ideas of masculinity and womanhood, for speaking about issues that remained otherwise hidden, such as: domestic violence, homosexuality or gender discrimination in the workplace.

Conclusion

Whether considered socially or culturally, India is today a study in contrasts. There are the already existing divides between the rich and the poor, the upper and lower castes and men and women; these are further complicated, especially when we map them on regional and religio-cultural differences. All such differences are exacerbated in the context of relentless modernization, increasing urbanization and, above all, globalization. Globalization has increased economic inequalities and has hastened the pace of change to a degree difficult for those on the margins to cope with. As already described, contrary to expectations, globalization has not reduced religious or ethnic differences but appears to have further sharpened awareness of them.

One of the most disturbing outcomes of these tensions, which may be remarked upon here, is the increase in violence of different kinds and at different levels of society. Terrorism is but one expression, though a singularly devastating one, of such aggression on a global scale. Increasing domestic violence, caste and ethnic violence as well as forms of individual violence as 'road rage' are other and perhaps, given their social spread, more insidious expressions. The focus on terrorism sometimes effaces these other forms from active scrutiny or public concern. The changes in Indian society are shifting the

balance of power from the sections that traditionally held it: men of the upper castes and classes. Power is not easily yielded; it is the struggles to wrest it away from these groups that must be a critical reason for increasing social conflicts. We need to sharpen our understanding of these issues in order to think of ways to enable social change to occur in a less damaging way.

References

Béteille, A. 1991. 'The reproduction of inequality: Occupation, caste and family'. *Contributions to Indian sociology* n.s. 25(1): 3-28.

Shah, A. M. 1998. *The family in India: Critical essays*. Delhi: Orient Longman.

Srinivas, M. N. 1988. *Social change in modern India*. Hyderabad: Orient Longman.





6.

India, Culture and Society





6. India, Culture and Society

Marie-Caroline Saglio-Yatzimirsky¹

India is so diverse, with so many different ethnic, religious and linguistic communities, that it is hardly possible to speak of its culture and society, better to speak of its multiplicity of cultures and societies. In the Fifties, Nehru² was portraying India as 400 million distinct men and women, all different one from the other, all living in a universe of personal thoughts and feelings. Those 400 million people are today over 1.13 billion³.

There may be, however, a unity. As Nehru also said: *"I was (...) fully aware of the diversities and divisions of Indian life, of classes, castes, religions, races, different degrees of cultural development. Yet I think that a country with a long cultural background and a common outlook of life develops a spirit that is peculiar to it and that is impressed on all its children, however much they may differ among themselves"*⁴.

Consequently this paper on Indian culture and society, in order to catch some of this diversity, consciously operates a selection in its object and orientation. That is a rational choice though Indian experience is almost always emotional, but hopefully this selection will offer some insight into what Nehru calls the "peculiar spirit" of India.

My main orientation will be, according to the theme of this conference, how present day India, with its social structures taking root over two thousand years, has been facing modernity. What social and cultural challenges has it been facing, what answers has it been offering? Nehru again said: *"Ancient India (...) was a world in itself, a culture and a civilization which gave shape to all things. Foreign influences poured in and often influenced that culture and were absorbed"*⁵. What about today?

¹Associate Professor, Institut National des Langues et des Civilisations Orientales (INALCO), Centre d'Etudes de l'Inde et de l'Asie du Sud (CNRS-EHESS), Paris.

²Jawaharlal Nehru (1889-1964) was a major political leader of the Congress Party, a pivotal figure in the Indian independence movement and the first Prime Minister of Independent India (1950-1964).

³*Census of India* - estimate for March 10, 2008.

⁴Nehru, J. *The Discovery of India*, Delhi, Oxford University Press, 1946, 1997, p. 59.

⁵*Ibid.* p. 62.

Our hypothesis is that India has the very capacity which gives it unity, always to come back to itself: even today it still presents a unique type of social structure, the caste system, and culture to the world. Here stands its unique way of answering the issues of the modern world.

To start with a tale

Let us begin with a famous tale of the *Panchatantra*, a Sanskrit collection of animal fables in verse and prose, which is said to have been composed in the 2nd century BC, and that has inspired Aesop and La Fontaine. Quoting Hindu fables or legends is not just an erudite exercise for academics but rather it is faithful to Indian popular culture, a mixture of tradition, history, myth and legend inherited from the *Panchatantra*, the pan-indian epics such as the *Ramayana* and *Mahabharata* and shared by every Indian, whoever she or he may be, illiterate, living in a remote village or educated in one of the thirty six Indian cities that account for more than five millions persons. This cultural background still exerts a powerful influence on his or her life, and constitutes a cultural hyphen between the rural (72% of Indian population, *Census 2001*) and urban India, two worlds divided in terms of development and cultural influence of the West. Still, the villager and the urban elite will both know about the fable of the Sage's daughter.

The Sage's daughter

Once upon a time there lived a sage on the banks of a river. He and his wife did not have any children. One day when the sage was praying in the middle of the river, an eagle happened to pass by and the eagle dropped a female mouse in the hands of the sage. The sage found the mouse in his hands on opening his eyes, and took it home to his wife.

On reaching home, he talked to his wife about the mouse and they decided to convert the mouse into a young baby girl. The sage and his wife began to take care of the girl child and brought her up as their daughter. The child grew day by day to a beautiful maiden by the age of sixteen. At this age, the

sage decided to find a match for the girl. He and his wife decided that the Sun God would be an ideal match for their girl.

So the sage prayed for the Sun God to appear, and once he appeared, asked him to marry his daughter but his daughter said, "Sorry! I cannot marry the Sun God because he is very intense and I will be reduced to ashes in his heat and light." The sage was displeased and asked the Sun God to suggest a possible groom. The Sun God suggested the name of the Lord of the Clouds, for the cloud can easily stop the rays of the sun.

The sage then prayed for the Lord of the Clouds and once he appeared he took him to his daughter. The daughter, once again, decided not to accept him as her groom. She said, "I do not want to marry a person as dark as him. Moreover, I am afraid of the thunder he produces". The sage was dejected once again and asked the Lord of the Clouds for a suitable groom. The Lord of the Clouds suggested, "Why don't you try the Lord of the Wind, for he can easily blow me away".

The sage then prayed for the Lord of the Wind. On the appearance of the Wind God, he took him to his daughter. His daughter rejected the groom saying that she could not marry such a feeble person like the Wind God who is always on the move. Dejected once again the sage asked the Wind God for a suggestion. The Wind God suggested the Lord of the Mountain which was rock solid and stopped the wind easily. So the sage then went to the Mountain Lord and requested him to marry his daughter. But the daughter once again rejected the Mountain Lord saying that he was too cold-hearted for her to marry and requested the sage to find somebody softer. The Mountain God then suggested a mouse to him, because the mouse is soft and yet can easily make holes in the mountain.

This time the daughter was happy and agreed to marry a he-mouse. So the sage said, "Look at what the destiny had to offer you. You started as a mouse, and were destined to marry a mouse in the end. So be it". He then converted her back to a she-mouse and got her married to a he-mouse.

India, like this maiden, has taken many faces, has had many partners, loved or hated, but has always come back to itself, and in its face-to-face with history, it has always shown a unique way out, sometimes as clever as a mouse. The moral of this fable is not so much that destiny cannot be changed, but more that, whatever its metamorphosis and appearances, the heroine keeps her integrity.

This paper will examine, both from the broader sociological view to a more restricted one, how specific Indian social structures have been able to adapt to the requirements of the present time.

Firstly we will question the Nation at large. As we have been saying, the population of India is so diverse that it has challenged the capacity of the Modern State to handle the cohabitation of the numerous different ethnic, religious and linguistic communities.

Secondly, we will examine the hierarchical social structure, so bewildering for Westerners, that is the caste system which, as a composite social structure, is unique to India, and we will try to understand how it has adapted in the modern Indian setting.

Finally, it is at the root of the social life that is in the family, traditionally joint and patriarchal, that we will find a third unique model of adaptability of India

Giving unity to diversity

India is a mosaic of linguistic communities with hundreds of spoken languages and dialects belonging to four linguistic families (Indo-European language, with its Sanskrit roots, which has shaped Hindi -the official language mostly spoken in Northern India, Dravidian languages, such as Tamil, which predominate in the southern States, as well as pockets of Austro-Asiatic and Tibeto-Burman languages). It is important to remind ourselves that the present administrative division of the 28 States of the Federation of India was initially determined in the Fifties, after a controversial debate, on linguistic criteria. India is also a religious mosaic, with Muslims, Christians, Sikhs, and a myriad of other minorities (Buddhist, Jain, Parse, Jew, etc.) coexisting with the Hindu majority (82% of the population). The Muslim minority which makes up 12,5 % of the national population, therefore over 150 millions people, makes India the third Muslim country in the world, a fact often

overlooked. The Christian community is far less important demographically (2,3%) but politically significant.

This diversity has been represented as a huge challenge for national cohesion and for democracy. Indeed, many linguistic and/or religious minorities have been, and still are, fighting for recognition, and the spoken language or religion of a minority group is a powerful vector for claiming autonomy or separatism. The two major endemic conflicts in modern India illustrate this challenge: the Sikh demand for more autonomy in Punjab and the never-ending conflict of the Kashmir region, opposing Indian Muslims of India to the Indian Government since Independence (1947).

How has modern India been able to answer the intricate question of its national identity respecting all its minorities? How to define an Indian identity which would be all inclusive of its linguistic and religious mosaic? In other words, who is an Indian?

An answer, claiming to be based on the historical interpretation of the internal principle of India's identity, through the so-called Vedic age, Muslim period and the British rule, has been provided by V.D. Savarkar and the Hindutva pundits. In his famous pamphlet⁶, he defines "Hindutva" (Hinduness) as the belonging to an ethnical community, territorially based, and sharing common Hindu religion and values: this ethnical nationalism, as opposed to a universal nationalism, is based on the notion of the nation as a culture. In this sense, somehow dangerous interpretation for national unity, the Partition of India and Pakistan was written in the Indian cultural roots, and the communalist clashes between religious groups are nothing but expected.

As opposed to this interpretation, stands the model of a republican State able to respect and protect all the identities without imposing one cultural model. This idea has been well summarized by Nehru on the eve of formalising it in the Constitution, as for him, the "deep" definition of Indian unity is defined by "*the widest tolerance of belief and custom, (...) every variety acknowledged and even encouraged*"⁷. This notion of Indian proverbial tolerance has a long history: Ashoka, one of the great Indian emperor (304 BC – 232 BC) embraced Buddhism and in his numerous edicts asked for tolerance

⁶ Savarkar, V.D., *Hindutva: Who is a Hindu?*, S.S. Savarkar, Bombay, 1923, 1969.

⁷ Nehru, J., *Ibid.*, p. 62.

of all religion of his empire. This definition of “deep unity” was promoted in the Indian Constitution of the 26th January, 1950, and has been translate into practice in three main original ways that we will examine now.

Firstly, by defining itself not simply as laic but as secularist, the Indian State has set up a way of respecting and encouraging all minorities equally in the promoting of their cultural practices. Two articles of the Fundamental Rights (Part 3 of the Constitution) express this creed. Article 29 states that “*Any section of the citizens residing in the territory of India or any part thereof having a distinct language, script or culture of its own shall have the right to conserve the same*”. Article 30 states that “*All minorities, whether based on religion or language, shall have the right to establish and administer educational institutions of their choice*”. Following the violence of Partition, these articles were fundamental statements vowing to ensure harmony in a wounded country. In ensuring freedom of cult and equal respect of all religions of India, the “secular State” endorsed a protective role, and overtook the neutral role of a purely laic State, as it directly interfered in religious practices in order to encourage them. This protective interference can be illustrated by the *Satanic Verses* affair in 1988 which in fact started not in Iran but in India. Indeed the Indian Government condemned Rushdie’s novel for the alleged blasphemous representation of Islam, a few month before Ayatollah Khomeini’s *fatwa* on the author’s life.

The second important feature of India’s “deep unity” is found in the reference in the Indian Constitution to communities and not to individuals, thereby underlining a very specific aspect of Indian society. As a matter of fact, religious identities in India are far less a question of individual creed, incredibly diverse and espousing many syncretic forms (a Hindu may well being venerating Ganesh and Shiva and Jesus, or a Muslim Sant and Buddha) but more of collective practice⁸. The central place of the reference to the group belonging which structures Indian identity sharply differentiates it from Western society with emphasis on individualism.

Thirdly, the Indian justice system provides, besides the unified criminal and commercial laws, three Personal Laws: the Hindu Code Bill, the Muslim Personal Law

⁸This thesis is developed by the Indian philosopher R. Bhargava, What is secularism for?, in Bhargava, R. (ed.), *Secularism and its Critics*, Oxford University Press, Delhi, 1998.

and the Christian Law. In continuation with colonial rules, the Indian State has set up a very unique model of administering justice which respects different cultural practices. It has been a compromise as the Constitution of 1950 calls for a Unique Civil Code. These Personal Laws have also served as a political tool to redefine social categories. Indeed, the cleavage lies between the Hindus that are subjects of the Hindu Code, the Muslims, and the Christians. Paradoxically enough, religious minorities as such as the Buddhists, Jains and Sikhs are joined in with the Hindus in their legal definition, regarding all the issues of marriage, divorce, adoption, and heritage.

The religious categorization in legal issues concerning family law, instead of reflecting tolerance, may have favoured communalism, and dangerous collective political mobilisation on a religious basis, which is stirred up by Hindu nationalists as part of their electoral strategy. This bias has subsequently led to great political controversy, as in the famous Shah Bano case⁹.

Finally, by its challenge to promote and respect diversity by a unified Nation, the Republic of India has been setting up an ambiguity, if not a contradiction: though every Indian citizen is recognised as equal and has equal rights, whatever his/her "*religion, race, caste, sex, place of birth*" (Constitution), he or she may benefit from different differential treatment and privilege according to his/her group belonging, that is, according to his/her caste.

Caste, Its twentieth Century Avatar¹⁰

Reference to group belonging, a strong vector of identity in India, is a direct reference to its most original and unique institution, caste. Let us try to define what is

⁹ This case of a Muslim woman divorced by the Muslim *talaq* practice, because she had no means to support herself and her children, approached the courts for securing maintenance from her husband. The Supreme Court of India (SC) invoked the Code of Criminal Procedure, which applies to everyone regardless of caste, creed or religion. It ruled that Shah Bano be given maintenance money. The reaction of protest of orthodox Muslims who perceived in the SC judgment an encroachment of the Muslim Personal Law caused the Rajiv Gandhi government to pass the Muslim Women (Protection of Rights on Divorce) Act, 1986 which diluted the secular judgment of the Supreme Court. This generated tremendous heat in India as it proved that fundamentalist minorities can exert pressure on government and judicial decisions.

¹⁰ This title is a reference to the book of the great Indian sociologist, Srinivas, M.N. (ed.), *Caste, Its Twentieth Century Avatar*, Delhi, Penguin Book India, 1996.

generally intended by “caste” in sociological literature: it refers to a socio-historical reality organising the life of Hindus, that of a set of endogenous groups, generally endorsing a traditional occupation, and integrated into local, hierarchical, ritualised, politico-economic systems of co-operation and interdependence.

The question of caste undoubtedly brings us back to the protean relationship between the caste system and Hinduism. The *jati*, term referring to endogamous descent-groups ranked by religious status and occupation, is an empirical social category: each Hindu belongs to one of the thousands of local *jati* of India. These *jati* appear to be the expression of a symbolical order as expressed in ancient brahmanical texts. The *varna* system organises hierarchically each member of Hindu society into four *varna* according to its purity, prescribing its *dharma* (duty) and its *karma* (action). This ancient system of *varna* excludes all strangers, tribals or impures (called latter intouchables) from the Hindu society¹¹.

The three characteristics of *jati*, the numerous endogamous groups ranked in the larger symbolical *varna* scale, are religious status, occupation and endogamy, which structure an organicist society or “holistic” according to L. Dumont, which means that the whole (the caste group or the society) is greater than the sum of its parts (being the individuals or the different caste groups). The overarching principle organizing this holistic society is, always following Dumont, the religious principle of ritual purity¹².

There has been a huge debate between social scientists about the faith of the caste system in modern India. The assumption that it would dissolve and be replaced by a class system and an individualistic ethos has been abandoned as obviously caste belonging remains a pertinent feature of identification and social structure. It raised a new question as to how to analyze the changes that are nonetheless occurring within the caste system, but also its capacity to adapt itself to a changing socio-economic and political context. Here again, one has to strongly differentiate between urban India, where the

¹¹ The *varna* society, as enunciated in the canonical sacred texts of Hinduism as the *Rigveda* or in the *Manusmriti*, categorises the Hindus into four categories, popularly referred to as the “caste system”. Broadly speaking, the four *varna* (colours, orders, classes) include, from the highest status to the lowest status, Brahmins (Vedic poets, priests, scholars, teachers, landowners), Khshatriya (nobility, warriors, landowners), Vaisya (‘the people’: traders, agriculturists, pastoralists), and Sudra (artisans, workers, servants and household slaves).

¹² Dumont, L., *Homo Hierarchicus*, Paris, Gallimard, 1966.

religious ranking has lost its meaning in everyday social transactions, from rural India where the inter-castes relations are still observed and informed by the religious ranking and the purity and impurity principle. Furthermore, caste occupation has lost ground, especially in urban India, where social mobility gained through education and professional career is more significant than in rural India. Indeed, if castes are viewed as functionally interrelated in a system contributing to the vertical integration in a hierarchical society, then many aspects of castes have already disappeared, as mobility is no longer related to religious status (sanskritisation) but to education and profession (westernisation¹³) theoretically opened to every Indian. But if one can dismiss one's caste in every day life in urban India, by discarding the conventional markers of caste origin (as specific dress, names, attitudes, etc.), the caste as a the locus of collective identity strongly reemerges during important occasions in life, such as marriage, based on endogamy and requiring the kinsfolk participation. In this regard, caste is still an important identity marker for a Hindu, regulates marriages and kinship, and facilitates reference group behavior, at least in private life.

The enduring importance of caste, as an endogamous group, is well illustrated in the marriage website for Indians living abroad www.shaadi.com (that is "marriage dot com") in which the caste origin of the brides and grooms to be figure in their personal description.

In answering the question about the future of Indian caste, N. Jayaram states that *"its religious basis may wane, its systemic rigor may weaken, but its social (kinship) basis will persist, and its group connotation will gain strength"*¹⁴. To the enduring social basis of caste belonging we have to add its political instrumentalization built up over the last century, which has reinforced caste as a major social structure in Indian contemporary society. Indeed, the policy of positive discrimination in favor of the backward groups has played an important role in reinforcing caste consciousness and communitarism in India. This policy has its roots in the British colonial administration which reserved political

¹³ These two principles of mobility have been theorised by M.N. Srinivas in the Fifties. Sanskritisation, the traditional model of mobility as opposed to westernisation, is the process by which a Hindu caste of low status modifies its social practices, rituals, ideology, and endorses the ones of a superior caste by status in order to imitate her.

¹⁴ Jayaram, N., Caste and Hinduism, in Srinivas, M.N. (ed.), *Op. Cit.*

safeguards for the so-called Depressed Castes, that is the Untouchables, which they considered socially backward due to the ostracism they endured because of ritually polluted status. The quotas strengthened their access to the sector of education, public occupation and political representation. At Independence, the principle of positive discrimination on the basis of caste was pursued: any member of a *jati* classified as Scheduled Caste (SC) - that is the previous Depressed Caste - can benefit from one of the 15% reserved seats in educational public structure and public service. If the necessity of such a policy has not been really challenged by the civil society, its more recent opening to the "Other Backward Castes" (OBC) in 1990, which represent nearly half of the Indian population, has led to a heated and sometimes violent debate. As a matter of fact, the "Other Backward Castes" is not a social category but a collection of heterogeneous *jati*, more or less corresponding to the Sudra (see note 11) and mostly related to agricultural work. These OBCs are benefiting of up to 27% of seat reservation in public service. This preferential policy to uplift backward categories is then defined on caste and not on economical class backwardness. There have been attempts to better target the needing population by defining a "creamy lawyer" (which are the actual terms employed) in 1993 which has had tremendous political and social consequences. The policy of positive discrimination appears to be the framework and the lever of collective mobilization among the low Indian castes¹⁵. Conversely, the quotas in the political field (seats specifically reserved for SC) paradoxically solidified the casteism by reinforcing the local interests.

The debate on caste and casteisation of Indian society has been at the core of the Indian debate and media for over two decades. Recently, the Congress government has been proposing in its agenda to extend quotas for OBC in Central Higher Educational Institutions (including the worldwide famous Indian Institutes of Technology and the Indian Institutes of Management), and in private firms. The latter have been strongly opposing the last proposal. But in April 2008, The Supreme Court upheld the law enacted by the Central Government in 2006 providing a quota of 27 % for candidates belonging to the OBC in Central Higher Educational Institutions. With this very controversial measure, the debate on affirmative action reached its peak. This debate revolves around four principal

¹⁵ Jaffrelot, C., *Inde : La Démocratie par la Caste*, Paris, Fayard, 2005.

issues: the legitimacy of the universalistic policies (equal treatment for all) vs. differential actions, meritocracy vs. the risk of “mediocrities”, the definition of the basis of exclusion, and finally the delimitation of the target populations. This debate is not so far from the one instigated after Brazil implemented its new quota policy on the basis of race in 2004 in the educational sector.

Caste today can be seen as endogamous groups, who share a common identity and act as interest groups in the political arena. The ethnicisation and politisation of caste system is a feature of contemporary India, revealing once again the plasticity of Indian social structures and its capacity to adapt and resist to changes, literally as an “avatar”.

The Hindu family, the home of the world

Even more than caste, the Indian family is considered the first constituent unit of the larger institutions such as castes and other inclusive ones. “*The homes of the individuals are in their families*”¹⁶ and these families are deeply anchored in the villages. The affective relationship every Indian entertains with its original village is doubling its relationship with its family that the women have left young to join their husbands’ families and villages. Whatever hardships were faced in the village, whether it is hunger or violence of archaic social relations, the urban migrant keeps a strong emotional relationship with the native village. He tries to return whenever he can to his native village and community, the *beradari*¹⁷.

Academics have described in length the traditional model of the Hindu Joint Family or undivided family, as an extended family arrangement, consisting of many generations living under the same roof. All the male members are blood relatives and all the women are either mothers, wives, unmarried daughters or widowed relatives, all bound

¹⁶ The expression is from Stern, R.W, *Changing India*, Delhi, Cambridge University Press, 1993

¹⁷ *Biradari* can be translated by fraternity or groups of pairs. It is the belonging group at the local level (see Dumont, L., *Op. Cit.*).

About the relationships between the urban migrant and its original village, see Racine, J.-L. (ed.), *Les Attaches de l’Homme, Enracinement paysan et logiques paysannes en Inde du Sud*, Paris, Ed. de la MSH, 1994.

by the common “*sapinda*” relationship, that is, the common lineal ascendant inclusive of the third generation in the line of ascent through the father.

This family, generally patrilinear, traditionally fulfils three functions: sociological, as it is a residential unit of consumption (commensality), economic (as the family is a productive enterprise, and generally owns cultivable land in the village) and religious¹⁸. This last function legitimates the traditional model of the joint family, ideologically conceived to respect the brahminical orthodoxy of serving the divine order: as one of the traditional brahmin duties is to take care of the ancestors of the lineage, a Brahmin needs a son who will perform the cult to ancestors (*sraddha*) and by this tradition he will link the living world to the dead one. The Brahmin also needs a daughter to continue to expand relations between villages, as the marriage should be between a woman and a man belonging to the same *jati* but to different villages.

Leaving aside the traditional role of the woman in the traditional Indian family, let us just note here her overarching function as wife and mother, and her submission to masculine power in a generally patriarchal structure.

One can easily understand why such an institution has been at the core of the upheavals which have been shaking Indian society during the 19th century and so forth, when the traditional model has been confronted by the western model of the colonial authorities. The small Bengali, educated intelligentsia, the *bhadralok*, had tried to overcome the contradiction between the two models, and the status of woman has been at the center of the debate, as women appear to be the main actors of demographical, sociological, and economical changes. The heated debate around the family code, from child marriage to the ritual of burning widows (*sati*), infanticide, right to property etc., has been opposing reformists to traditionalists.

Though this model and its many different variants¹⁹ have been prevailing in the representation of traditional India, it is in fact not quite representative of the social reality. Indeed, the joint family has always been secondary to the empirical prevalence of the nuclear family, today accounting for more than 80% of the families.

¹⁸ See Lardinois, L., L'ordre du monde et l'institution familiale en Inde, in *L'Histoire de la Famille*, Burguière, A. & ali., Paris, Armand Colin, 1986.

¹⁹ Many variants may be found, as associated family when two brothers and their family live together without the parents, or generation family when the son and his family live with the parents, and so on.

The economic and social transformations have modified the functions of the family, depending on social, economic or religious constraints, but sometimes it is the traditional model that is reinforced. For example, the agricultural tenure being parcelised (the medium size of rural exploitation is less than 1, 5 ha), it may favor the permanence of extended family as one owning unit even if this one have been gaining autonomy. In the same way, the departure from the family of a newly-wed young couple is delayed due to economic constraints.

Women status has considerably changed especially in urban area, where they are generally more educated, work in different sectors and therefore emancipate themselves somewhat from patriarchal model. The confrontation of traditional familial norms to the western consumerism tends to create or awake pathological social production such as the spread of the practice of dowry, which is today affecting every caste. Money being today an important component of status marriage now appears as a financial transaction. Since the mid eighties, the number of deaths by dowry has multiplied from a few hundreds to thousands, despite the fact that this financial transaction has been outlawed since 1961 and that domestic violence constitutes a criminal offence²⁰. The urban educated woman is consequently in a contradictory position, both on the edge of emancipation but also still strongly bound to her family and its traditional values.

What is this Indian family then? Though the statistics show that it is largely a nuclear family, in many ways it functions as an extended family. The marriage, generally intra caste (endogamous) is still regulated by the family and kin group and as the psychoanalyst S. Kakar states, most of Indians grow up in a family environment closer to the joint family than to the nuclear model²¹. This is noticeable in the organization of its hybrid contemporary forms. For example, the houses or apartments of related nuclear families can often be spatially very close so as to recreate the extended family for numerous occasions –very often gathering for meal, feasts or celebrations. In the nuclear family itself, the principles of age and gender may still organize the relations of authority: the oldest member has the greatest authority, the authority of the woman will depend on the

²⁰ In 1995, the National Crime Bureau of the Government of India reported about 6,000 dowry deaths every year, a figure which has continued to grow. The unofficial estimates put the number of deaths at 25,000.

²¹ Kakar, S. & K., *The Indians, Portrait of a People*, Penguin Books India, Delhi, 2006.

rank of her husband . To be convinced, one just needs to see the moral underpinning of Bollywood family fresco²², such as *Kabhi-Khushie-Kabhie-Gham*, which have a tremendous success and project an absolute reverence to family values.

The family, as with the caste, appears to be another example of a social structure which has adapted itself to the requirements of modern times.

One of the more interesting compromises may lie between “the home and the world” –to quote the famous title of the Bengali poet R. Tagore: in the professional world, the urban Indian will be attached to modern values and behave in a cosmopolitan way, far from the consideration about being vegetarian or having to practice his morning *puja* (homage to deities), he will surely appreciate a Brazilian picanha. At home, however, the same person will respect tradition, as his identity lies in the kind of worship he performs, of the food he eats, of the clothes he wears, of the kin group he meets. It is interesting to note that in *Babyji*, the romance of Abha Dawesar (2003) which shows the emancipation of a college girl in Delhi during the Nineties, the young heroine is forbidden to wear jeans at home, and that in the very controversial film of D. Mehta, *Fire* (2000), attacking one of India’s many gender-related taboos, lesbianism, and the privileges of patriarchy, one of the greatest offences and transgressions of the daughter-in-law is her daring to wear a pair of jeans at home.

A question remains, which relates to the Indian elite. Internationalised, trained in the United States and returning to the new modern towns flourishing in India, it is this elite which is applauding *Fire* and reading *Babyji*. If you go and walk down the streets of Pune, the booming city of Maharashtra, where one of the latest erected buildings has been called Fortaleza, or the streets of Magarpatta city, its new suburb erected in a few years around a Special Economic Zone (SEZ) for Electronic Hardware and Software, which boasts a security system, a first class college, sport grounds, etc.²³, and if you sit down on a bench with a couple and their boy who have just came back from the United States after their studies and decided to settle back here, they will tell you that they do not see

²² Bollywood (Bombay-Hollywood conflating) is the name given to the Mumbai-based Hindi language film industry. They are generally musicals, with songs and dancing, and love interest. The plots are often melodramatic, separates lovers, villains, evil step-mothers, dramatic reversals of fortune, etc. Most of the Bollywood films are ‘social movies’ -meaning basically clean fare intended for family viewing.

²³ See <http://www.magarpattacity.com>.

much of a difference between their modern city and the one they were living in New Jersey, and that they are happy here as they regain their “roots”. At night, they will tell stories of *Panchatantra* to their kid. On Monday, when the young executive will come back to his American-like consulting office with his hair shaved, all his colleagues will understand that his father has died and that he had performed the funeral rites, without need to question.

To end with a tale

To conclude this paper on India culture and society, it is worth emphasizing that India is answering present changes through its modernity which is not to be confused with westernisation²⁴. Two long-term tendencies are surely going to define the future of India: the first one is the market economy and its impact on society. Indian preoccupation may be more concentrated on the level of life and more characterised by a middle-class, globalised culture. By contrast, the second tendency is the escalating religious consciousness, dangerously leading to strengthen particularisms and religious conflicts. As long as religiosity remains in India as a private affair, the evil of communalism may be avoided.

Hopefully India and Indians have winning cards to face the threats included in the tendencies towards uniformisation and particularism. Let us return to our fable of the polymorphic maiden. It recalls the argument of Amartya Sen destroying the fallacy about the belief that an individual possesses one and only one identity²⁵. All individuals possess multiple identities. It is perfectly possible to be, at the same time, the patriarch of a joint family at home, an executive at work, an amateur of bossa nova, a Bohra in the mosque, a Muslim in society and an Indian abroad. Another person can be a Hindu Brahmin and similar to the former in other respects. The question is which of the above classifications constitute a person’s identity and which not? If religion, nationality and language are greater aspects of identity, multiple identities and identity shifts form a powerful counter argument to religious fundamentalists claiming the supremacy of a

²⁴ On this misleading confusion, see Das, G., *India Unbound*, New York, Alfred A. Knopf, 2001.

²⁵ Sen, A., *Identity and Violence: The Illusion of Destiny*, Norton & Company, New York, 2006.

“super-identity”, which overrides all others. There, A. Sen develops a second argument against the belief that identity is merely inherited. Identity may be partly constrained by *“economic poverty, social deprivation, political tyranny or cultural authoritarianism”*, but there exists considerable leeway in the choice of many other identities, as the individual is not bundled into one single group (caste, religion, nation, etc.). This gives space for a dynamic of development. Maybe the clever she-mouse should try the mountain avatar, and be the Giant India it looks like abroad.



7.

Índia: Estratégia e Política Externa





No quadro mundial aberto pelo fim da Guerra Fria tem-se tornado usual associar Índia e China, quando se deseja analisar o presente e o futuro próximo das relações internacionais. Isso decorre do peso crescente da Ásia nos parâmetros definidores do poder mundial, e da verificação de que esse peso é assegurado, antes de mais nada, pelo crescimento econômico daqueles dois gigantes. No rol dos países, Índia e China ocupam lugar à parte pelo tamanho das respectivas populações, pela extensão territorial e pela projeção cultural milenar que ambos carregam. Tal como a chinesa, a civilização indiana exerceu importante e permanente influência na história humana. Basta citar o Budismo, sistema de pensamento mais do que religião, como o Confucionismo chinês. Nascido na Índia, o Budismo praticamente desapareceu dali, mas se difundiu na Ásia aproveitando canais desbravados pelos chineses.

Nos dias de hoje, Índia e China estão convergindo política e diplomaticamente, graças à emergência de ambos como baluartes da economia globalizada. Mas nos mais de duzentos anos entre meados do século XVIII e o final do século XX, os dois países viveram separados, e até em antagonismo, pela ação de forças européias. A vitória dos ingleses na Batalha de Plassey (1757) levou à colonização do subcontinente indiano pela Inglaterra, começando pelo chamado “Estupro do Bengala”, período durante o qual a Companhia Britânica das Índias Orientais destruiu a indústria têxtil e as estruturas agrárias da Índia. Na continuação, os ingleses usaram o ópio, cuja cultura fora por eles monopolizada na Índia, para avassalar a economia da China, drenando suas reservas de prata e avançando, com as duas Guerras do Ópio, no sentido de também colonizar o país. Outros europeus intervieram na tentativa frustrada de partilhar o território chinês, até que no século XX invasores japoneses lograssem ocupar efetivamente, embora por pouco tempo, parcelas da China.

William H. Overholt, especialista em Ásia da RAND Corporation, acentua em livro recente¹ como é útil comparar Índia e China, de forma sistemática, se se quer obter uma boa compreensão do comportamento de indianos e chineses, no mundo contemporâneo. As duas sociedades têm tradições bem diferentes sobre como governar-se. Na China, a tradição é privilegiar a meritocracia num quadro de governança altamente centralizada. Na Índia, acomodar os diversos estamentos sociais, dando a cada um lugar bem determinado na sociedade e na economia. A população dividiu-se em castas, com posições e tarefas preestabelecidas, sistema que ainda prevalece, apesar dos esforços legais por suprimi-lo. Essas diferenças na prática social, no julgamento do que é justo e nas estruturas do governo influenciam constantemente, observa Overholt, cada aspecto do desenvolvimento econômico e da política externa de Índia e China.

A elite indiana tem uma crença profunda na grandeza da civilização indiana e, também, no papel de grande potência que cabe à Índia. Do mundo se espera o reconhecimento desse destino manifesto. Jawaharlal Nehru, supremo representante desse pensamento, a quem tocou modelar a Índia nos primeiros dezessete anos da independência arrancada em 1947 dos britânicos, procurou claramente encaminhar o país para a obtenção de papel de liderança no sistema internacional, apesar de ter plena consciência dos limites de pobreza e atraso que o tolheriam. Há registro de momento em que Nehru, por assim dizer, caiu em si. Em 1962, Índia e China chocaram-se militarmente a propósito da definição de fronteiras. Nehru mantinha a posição de que fronteiras eram questão de costume e geografia, enquanto os chineses argumentavam que os limites entre os dois países vinham da era colonial e estavam, assim, sujeitos a correções. Gestos mal pensados de Nova Délhi provocaram a guerra fronteiriça, na qual os chineses impuseram forte derrota aos indianos, mas se retiraram unilateralmente para a linha costumeira, congelada até hoje. Num discurso da época, Nehru reconheceu que os indianos “estavam vivendo numa atmosfera artificial, de sua própria criação”².

Na verdade, é impraticável explicar em termos de realismo ou idealismo a obra política de Nehru. Ele era um intelectual formado no mais alto nível do pensamento

¹ Overholt, William H. *Asia, America and the Transformation of Geopolitics*. The Rand Corporation, 2008

² cf. Zakaria, Fareed. *The Post-American World*. New York: W. W. Norton, 2008 - pg 149.

universitário inglês, ao mesmo tempo que cidadão impregnado de cultura indiana, determinado a situar seu país, reconhecidamente atrasado e pobre, no pelotão da frente do sistema internacional dos Estados. Sob a direção de Nehru, a Índia adotou (1949) uma Constituição ousada e complexa, instituindo Estado secular e democrático que procurou acomodar, em vez de assimilar ou suprimir, as grandes diversidades étnicas e sociais da população. Tendo também de adequar isso à preocupação de dividir para reinar, demonstrada pelo colonizador quando se tornou inevitável preparar a independência. Dois eleitorados distintos – hindu e mulçumano – foram adrede criados, sobre os quais viria a processar-se a fragmentação do subcontinente (Índia, Paquistão e Bangladexe), além do surgimento da área de definição até hoje não resolvida, do Caxemira. A Índia não se libertou do colonialismo através da violência revolucionária empregada pela China, mas o quadro de divisões que lhe foi legado segue trazendo morte e destruição para os habitantes.

Num quadro Westphaliano clássico, com o comportamento dos Estados reduzido a motivações de segurança econômica e militar, a Índia deveria figurar entre os países com que mais teria de preocupar-se a China. Não faltam, aliás, análises que mostram a Índia empenhada em não deixar que a China se torne a potência dominante na Ásia ou no Oceano Índico. É possível levantar, em revistas especializadas, análises nesse sentido, que inclusive encontram eco entre publicistas indianos. Assim também como, entre estrategistas dos EUA. Mas é interessante verificar que as análises chinesas do mundo multipolar não costumam incluir a Índia como pólo de importância. J. Mohan Malik mencionou o fato num bem documentado artigo de 1995³, reportando-se a conversas com analistas chineses, para os quais a Índia simplesmente não dispunha de capacidade nos terrenos econômico, militar, tecnológico, político e diplomático, nos níveis julgados necessários, em Pequim, para a atribuição a um país da posse de “força nacional abrangente”.

Nehru foi o seu próprio Ministro do Exterior, e ele empenhou-se em buscar para a Índia um papel ativo e independente nas relações internacionais, tudo envolto

³ Malik, J, Mohan. China-India Relations in the Post-Soviet Era: The Continuing Rivalry. em The China Quarterly (June, 1995).

em princípios morais e idealistas que contrastavam com a **realpolitick** praticada pelas grandes potências. Em vez de preparativos militares e sanções, a Índia pregava negociações. Em vez de contenção e destruição do comunismo, convivência pacífica. Em Washington, pelo menos, esse tipo de comportamento ecoava mal, e os arquivos americanos guardam um memorando, preparado em 1949 para o Embaixador itinerante Phillip C. Jessup, no qual se debate se é possível confiar na Índia: “Índia has emerged from World War II as the strongest power in Ásia. Its position of dominance will probably increase as its power potential is developed. We have no great assurance that India in the future will ally itself with us and we have some reason to believe that it might not. Pakistan, if given reasonable encouragement, might prove the more reliable friend.”⁴

Levados por esse tipo de análise, os EUA decidiram, em fevereiro de 1954, iniciar um programa de maciça ajuda militar ao Paquistão. Foi a primeira intervenção aberta de uma superpotência, no pós-Segunda Guerra Mundial, no subcontinente indiano, que estivera até ali fora do conflito entre blocos. A Índia reagiu, mas tentando ainda criar um equilíbrio de forças políticas, não militares. Nehru estreitou as relações com a União Soviética e a China, obtendo de Moscou forte apoio para os planos indianos de construção da indústria pesada. Graças a essa política de amizade sem alinhamento com o bloco soviético, a Índia animou Washington a botar em marcha um programa de ajuda econômica, com o fornecimento de substanciais quantidades de grãos. No Paquistão, enquanto isso, animavam-se os militares. Um golpe de Estado colocou-os no poder, em 1958, sem prejudicar a ajuda militar americana, que foi ao contrário reforçada, em 1959. Alarmada com o fluxo de armas para o vizinho e rival, a Índia foi mudando o tipo de relacionamento com a União Soviética, caindo na dependência dessa em matéria de armamentos e de produção de energia nuclear.

Em 1974, a Índia levou a cabo uma “explosão nuclear para fins pacíficos”, causando consternação mundial. Tornou-se patente que a Índia utilizara combustível reprocessado de reatores de pesquisa, cedidos pelo Canadá, verificação que foi um dos determinantes da criação do Grupo de Fornecedores Nucleares (GFN). Outra consequência da iniciativa indiana foi a decisão de Ali Bhutto, Presidente do Paquistão,

⁴ cf. Nayar, Baldev Raj & T. V. Paul. *India in the World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 - pg 147.

de iniciar um programa clandestino para a construção da bomba atômica, usando também combustível irradiado nos dois reatores de pesquisa do seu país. O Paquistão possui minas de urânio, e isso lhe facilitou adotar a tecnologia dos reatores rápidos, sem necessidade de enriquecer o mineral, instalando apenas uma fábrica de água pesada. O salto para o enriquecimento do urânio não tardaria a ser dado, no entanto, com a instalação em Kahuta de usina de centrifugação, com tecnologia furtada da URENCO, na Holanda, pelo engenheiro paquistanês Abdul Qadeer Khan, que lá trabalhara entre 1972-75. Qadeer Khan se tornaria herói nacional, como “O Pai da Bomba Atômica Paquistanesa”, e os americanos deixaram esse programa avançar, nos anos 1980, preocupados que estavam em obter a cooperação do regime militar de Zia-ul-Haq para a expulsão dos soviéticos do Afeganistão. A situação mudaria em 1989, quando os russos abandonaram o Afeganistão. O Departamento de Estado deixou de súbito de fornecer ao Congresso, em Washington, a declaração anual de que os paquistaneses “não processavam explosivos nucleares”, e a ajuda militar cedeu lugar a sanções. Abriu-se aí uma oportunidade para a China, que desde os anos 1950 mantinha bom relacionamento com o Paquistão, e pôde agora tornar-se fonte de material de defesa, em particular mísseis balísticos de curto e médio alcance

Vou dar um salto para maio de 1998, quando a Índia tornou pública sua reivindicação a potência nuclear, efetuando uma série de cinco explosões subterrâneas. O Paquistão logo replicou com suas explosões. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, do alto da exclusividade de potências nucleares que lhes dá o TNT, protestaram indignados, e o Congresso americano aprovou as Sanções Glenn contra os dois países infratores. Acontece que a Índia havia posto em marcha, desde 1991 e de comum acordo com o FMI e o Banco Mundial, um processo de liberalização das suas rígidas estruturas econômicas. Vinha igualmente avançando, sob o estímulo de mudanças na política imigratória dos EUA, o fortalecimento da colônia de imigrantes de origem indiana, que se tornariam ao longo dos anos 1990 uma das minorias étnicas mais ricas e profissionalmente mais bem sucedidas do quadro doméstico americano, com peso inclusive no plano eleitoral. Em outras palavras, crescia no contexto político dos EUA a margem de boa vontade para com a Índia, circunstância a ter presente na análise dos desenvolvimentos posteriores.

Um mês depois das explosões nucleares de 1998, o então Sub-Secretário de Estado Strobe Talbott começaria a encontrar-se, discretamente, com o Ministro do Exterior da Índia, Jaswant Singh. O próprio Talbott descreveu, em conhecido livro⁵, a série de catorze sessões que se estenderam até meados do ano 2000, e para as quais foram sendo chamados especialistas dos dois lados. O diálogo Talbott-Singh foi bem além dos problemas da proliferação nuclear, tendo avançado pelo terreno da cooperação estratégica e do combate ao terrorismo internacional. Serviu de preparação para a visita de cinco dias do Presidente Bill Clinton à Índia, em março de 2000. No regresso, ele faria uma parada de cinco horas no Paquistão, tornando claro que a Índia estava sendo escolhida para parceiro privilegiado dos EUA na Ásia Meridional.

O governo republicano de George W. Bush, instalado menos de um ano mais tarde, não se deixou ligar pelas opções da diplomacia dos democratas, e redescobriu a importância da cooperação com os militares paquistaneses, na luta contra os talibãs e o terrorismo em geral. O Paquistão iria ser mesmo distinguido como “importante aliado fora da OTAN”, e Washington endossaria as “explicações” de Islamabad, segundo as quais o amplo fornecimento de tecnologias e equipamentos para a produção de armamento nuclear, a países como o Irã, Coreia do Norte e Líbia, havia sido conduzido sem o conhecimento do governo, por uma quadrilha montada por Abdul Qadeer Khan. Ele fez ampla confissão pública e foi perdoado por Pervez Musharraf,

Mas a Índia não podia mais ser ignorada. Há um artigo na revista **Survival** (Autumn 2004)⁶, no qual um pesquisador indiano põe em realce três pressões de tipo estratégico que compelem EUA e Índia a cooperarem: (1) o fator China – setores ligados à defesa, nos dois países, vêem a China como ameaça às suas próprias visões da ordem internacional; os indianos não puderam nunca absorver a ideia da China como única potência nuclear da Ásia, com assento permanente no Conselho de Segurança; é, inclusive, possível ligar o **timing** das explosões nucleares indianas à aparência de uma identificação do governo Clinton com posições anti-proliferação de Pequim; (2) o aumento na interpenetração das economias de serviço dos dois países, especialmente sensível no

⁵ Talbott, Strobe. *Engaging India: Diplomacy, Democracy and the Bomb*. Washington: Brookings Institution Press, 2004.

⁶ Sagar, Rahul “What’s in a name? India and America in the 21st Century” *Survival* vol 46.

terreno da Informática, mas estendendo-se à Educação, à mídia e à indústria do entretenimento; (3) o aprofundamento da cooperação intergovernamental nos setores de inteligência, coordenação militar e comunicações. A pressão desses diversos fatores foi mais forte que divergências partidárias, nos EUA e das oscilações na liderança política da Índia.

A esta altura, aliás, torna-se conveniente verificar como vinha evoluindo o quadro governamental indiano. A Constituição de 1949 pretendia criar, na Índia, um Estado leigo, sem divisões verticais de tipo religioso. Num quadro ideológico fortemente marcado pelas visões herdadas do colonizador britânico, coube ao Partido do Congresso, surgido no final do século XIX, instalar um equilíbrio – entre classes e castas; entre interesses nacionais e regionais – capaz de tornar a Índia governável. Era o Sistema do Congresso, que deu consistência ao exercício da democracia, em coexistência com alto grau de violência política. Esse paradoxo foi tornando cada vez mais difícil ao poder central impor sua autoridade, e nos anos de 1960 a filha e herdeira política de Nehru, Indira Gandhi (nome de casada, sem ligação com o Mahatma) buscou superar a dificuldade através de estratégias populistas, que reforçavam seu poder pessoal em prejuízo dos chefes políticos locais. Ela terminou sendo assassinada.

Indira e seu filho e sucessor Rajiv (que também seria assassinado) inspiraram-se nas práticas do colonizador de dividir para reinar, rompendo com a imparcialidade religiosa. Recorreram ambos à criação de “bancos de votos” com base em oposições de crenças, erodindo assim o secularismo constitucional. A casta e a religião adquiriram crescente importância na arena política, e ganhou força o **Bharatiya Janata Parti** (BJP), organização que se apresenta como expressão da **hindutva**, isto é, a “hindunidade”, essência do ser indiano. No ideário do BJP, a Índia é o país dos hindus, afirmação que deixa à margem da nação cerca de 200 milhões de habitantes, de religião mulçumana ou outras. Foi martelando isso com estridência que o BJP cresceu na vida política do país, a partir dos anos 1980. Em 1992, um dos seus dirigentes, L. K. Advani, liderou uma turba de partidários na demolição da famosa e bela mesquita de Ayodhya, sob a alegação de que fora a mesma construída, na época do domínio moghul, em sítio sagrado para os hindus. Milhares de mulçumanos e hindus se entremassacraram de lá para cá, em protestos e contra-protestos desencadeados pela demolição de Ayodhya.

Em meio a tudo isso, o Partido do Congresso foi perdendo força e, nas eleições gerais de abril-maio 1996, nenhuma das três principais formações políticas – Congresso, BJP e Frente Nacional Esquerdista – obteve clara maioria na câmara baixa. O Parlamento fragmentara-se num grande número de bancadas predominantemente regionais e a Índia ingressou em período de governos de coalizão. Em 1998, a NDA (National Democratic Alliance), com o BJP à frente de 22 partidos, assumiu o poder. No ideário do BJP, a fidelidade ao hinduísmo mescla-se à determinação de construir uma Índia forte e poderosa, e assim foi que, apenas instalado no poder, decidiu o partido rasgar o véu de silêncio que o jogo internacional mantinha sobre a capacidade nuclear da Índia. Sobrevieram as explosões subterrâneas de maio de 1998. Segundo comentários jornalísticos da época, o velho líder do BJP e Primeiro Ministro Atal Behari Vajpayee estava convencido de que o mundo mudara com a Guerra do Golfo. A Índia precisava mostrar sua força, e resolver seu problema com o Paquistão diretamente, antes que os EUA lhes impusessem uma “solução americana”.

Depois do Onze de Setembro, Vajpayee apoiou abertamente Washington na luta contra o terrorismo e passou a estreitar laços de segurança com Israel, mas tendo o cuidado de não se prender demais a esses dois. Visitou Pequim, Moscou, Teerã e Damasco para desenvolver laços comerciais com outros parceiros e marcar a insatisfação do seu governo com a persistência de velhas desigualdades, no quadro da economia em processo de globalização. De especial importância foi a visita de Vajpayee à China, nos últimos dias de junho de 2003. Menos de um mês depois (14.07.03), o Gabinete indiano tomou a decisão de não enviar tropas para juntar-se à intervenção comandada pelos EUA no Iraque. O BJP buscava fortalecer o poderio nacional indiano, cooperando com Washington, mas sem enterrar a tradição terceiro-mundista e de não alinhamento, que caracterizara a Índia até a guinada de comportamento simbolizada pelas explosões nucleares de 1998.

Na verdade, o distanciamento da Índia das velhas definições começara em 1991, quando o governo de Narasimha Rao (Partido do Congresso), sufocado por grave crise financeira, teve de ceder à pressão do FMI e encetar a já mencionada liberalização das estruturas econômicas do país. O verdadeiro arquiteto da liberalização foi Manmohan Singh, que era Ministro das Finanças no Governo Rao. E o grande desdobramento

permitido pela abertura da Índia às novas práticas da vida internacional, em sintonia com a globalização econômica dos 1990, foi a transformação do país na grande base mundial da terceirização eletrônica. No nível das firmas de alcance global, a terceirização (**outsourcing**) é a contratação de parceiro, que pode estar fisicamente nos antípodas, para a execução de tarefa antes executada pela firma contratante e para a qual volta o resultado do trabalho. A prática tem prosperado, em particular, no mundo anglo-saxão dos negócios, e a Índia, com seu importante segmento populacional de angloparlantes, tornou-se o paraíso da terceirização dos serviços de alto nível. Com a sua preocupação de preparar os indianos para “defenderem com inteligência o próprio interesse”, Nehru dera grande importância aos graus secundário e terciário da educação, e legou ao país uma rede de sete Institutos Indianos de Tecnologia com os correspondentes Instituto Indianos de Gerenciamento. Essa rede está formando, anualmente, cerca de dois milhões de profissionais (80% deles fluentes em inglês), uma boa parte dos quais é absorvida pela terceirização, com salários abaixo da prática internacional. Como, por outro lado, tenha a classe empresarial indiana fortes laços com a bem sucedida e rica diáspora de indianos nos EUA, consolidou-se o terreno para a fase de crescimento que está colocando a Índia entre os países de peso mundial.

Em abril-maio de 2004 realizaram-se eleições gerais na Índia e o BJP tentou manter-se no poder, como o artífice do êxito global do país. Os avanços internacionais da Índia não se estavam traduzindo, porém, em melhoras nas condições de vida para a maior parte da população. Tampouco havia efetiva modernização da infraestrutura material e dos sistemas de saúde e educação, e nem era correto atribuir ao governo central o mérito pelas conquistas que estivessem ocorrendo. Na medida em que pudesse haver participação do poder público, vinha da ação de quatro governos de Estados do Sul. Só o BJP deixou-se surpreender com a decisão dos eleitores de dar a vitória ao Partido do Congresso, à frente da UPA (United Progressive Alliance). A UPA levantou 220 cadeiras, das quais 145 detidas pelo Partido do Congresso, que no entanto ainda ficou na dependência de apoio externo à coligação para poder formar governo. A maioria governamental foi formada com o compromisso da Frente Esquerdista, detentora de 59 cadeiras (43 do Partido Comunista-Marxista), de apoiar a UPA por ocasião de votações no Parlamento. Cabia à viúva e herdeira política de Rajiv Gandhi, Sonia Gandhi, o direito

constitucional de formar o governo, mas ela renunciou ao mesmo, a fim de cortar cerce as reações xenófobas provocadas pelo fato de ser italiana de nascimento. Sônia indicou para Primeiro Ministro o economista Manmohand Singh, que trazia a fama de arquiteto da reforma econômica de 1991.

A rápida recapitulação acima feita, do primeiro meio-século de vida internacional da República da Índia, ajudará na compreensão das várias dimensões que se estão abrindo para a integração dos indianos no século XXI. As reformas econômicas de 1991 são um ponto de partida, por exemplo, do que vai sendo chamado “o retorno da Índia à Ásia”. As limitações da Guerra Fria haviam levado os governos indianos a rejeitar o modelo de desenvolvimento econômico puxado pelas exportações, predominante na Ásia Oriental, em favor da substituição das importações. Perdera vigor também, em Nova Délhi, a idéia de uma Grande Ásia como expressão do entendimento China-Índia, na linha da Conferência de Bandung de 1955. Mas com as reformas econômicas internas dos anos 1990, a Índia começou a atrair comércio e investimentos do Leste Asiático e, na altura de 2003, já havia políticos insistindo no “direito histórico” da Índia a integrar a Comunidade Asiática. Essa pretensão ecoou no Sudeste Asiático, e com a ajuda em particular de Cingapura, a Índia foi convidada a participar das duas cúpulas formativas da Comunidade: Kuala Lumpur, Malásia (dezembro de 2005) e Cebu, Filipinas (janeiro de 2007). Recuperando o “espírito de Bandung”, Kuala Lumpur e Cebu marcaram o esvaziamento da visão estratégica da Ásia-Pacífico, simbolizada pela APEC, e que procurara associar o Leste Asiático à orla pacífica das Américas, com os EUA no centro do processo. Reafirmava-se agora a visão da Ásia para os asiáticos, com a China como o fator de integração das várias Ásias: Oriental, Meridional, Central, Sudocidental... O entendimento China-Índia voltava a ser crucial⁷.

⁷ São inúmeros os artigos acadêmicos que descrevem os desdobramentos da política externa da Índia nos anos posteriores à Guerra Fria. Destacarei três deles: 1) White, Hugu. “Great Power Gambits to secure Asia’s Peace” em *Far Eastern Economic Review*. Hong Kong (Jan/Feb, 2007); 2) Pant, Harsh V. “India in the Asia Pacific: Rising Ambitions with an Eye on China” em *Asia-Pacific Review*, London: Routledge (May, 2007); 3) Desker, Barry “New Security Dimensions in the Asia-Pacific” em *Asia-Pacific Review*, London: Routledge vol 15 nº 1, 2008.

A reaproximação dos dois gigantes asiáticos começara em dezembro de 1988, quando Rajiv Gandhi tomou a iniciativa de visitar Pequim. As relações sino-indianas vinham geladas desde os anos 1970, em função do conflito ideológico China-URSS. Mas foi Mikhail Gorbatchov quem instigou Rajiv a quebrar o gelo, numa aplicação do conagraçamento asiático que ele pregara no seu famoso discurso de Vladivostok (julho de 1986). Depois da pioneira viagem de Rajiv, não cessou a troca de visitas de alto nível entre Pequim e Nova Délhi, levando à já citada ida a Pequim do Primeiro Ministro Vajpayee (junho de 2003). Durante a mesma, os líderes chineses se comprometeram a enterrar décadas de guerra fria entre os dois vizinhos e a impulsionar “uma cooperação abrangente”. Essas boas intenções iriam ganhar contornos práticos dois anos mais tarde, já sob o novo governo do Partido do Congresso, quando o Primeiro Ministro Wen Jiabao efetuou visita de Estado a Nova Délhi (abril de 2005), evento saudado na imprensa indiana como um dos “mais importantes da década, na agenda diplomática da Índia”. O estreitamento do intercâmbio comercial foi o principal terreno impulsionado nas conversações bilaterais, mas dignas de nota foram a flexibilidade demonstrada pelos dois lados no encaminhamento dos litígios fronteiriços, a reafirmação pelos indianos do reconhecimento da soberania da China sobre o Tibete, e a aceitação pelos chineses do uso privilegiado, pela Índia, de antigas rotas comerciais no Sikkim. Em janeiro de 2005, um relatório do Conselho Nacional de Inteligência americano havia analisado a aproximação sino-indiana, predizendo para 2020 situação em que EUA, China e Índia estarão tendo de ajustar-se entre si, na definição da ordem internacional. E houve quem interpretasse os resultados da visita de Wen Jiabao como um primeiro passo, na superação do estado de coisas em que China e Índia ainda vêm as respectivas relações com os EUA, como mais decisivas do que o relacionamento entre elas.

O semanário **The Economist** registrou certa vez a opinião de ex-Embaixador da China na Índia, para quem era perfeitamente normal e até desejável a rivalidade entre os dois países. O importante – dizia o diplomata – é que seja uma rivalidade virtuosa, não viciosa. Exemplo deste segundo tipo foram as desavenças fronteiriças que provocaram o conflito armado de 1962, e exigiram mais de um quarto de século para a normalização das relações bilaterais. Em 1998, no entanto, Pequim mal comentou os testes nucleares indianos. Foi só depois que Vajpayee enviou uma carta ao Presidente Clinton, associando

os testes “ao perigo do Norte”, referência à China tornada mais explícita em entrevista à imprensa do Ministro da Defesa indiano da época, que apareceram críticas verbais em Pequim, mas ainda assim mais preocupadas com rebater a insinuação de “ameaça chinesa” do que em contestar a oportunidade dos testes. A China aceitou tranquilamente a mudança de fato no equilíbrio militar na Ásia e não deixou que a mesma alterasse o novo clima de cooperação sino-indiano. Na edição de 12.11.98, a **Far Eastern Economic Review** noticiou, como “o primeiro encontro de importância de especialistas chineses e indianos, desde os testes nucleares do mês de maio”, um seminário acadêmico em Pequim em homenagem a Tan Yunshan, professor universitário dos anos 1920, que se notabilizara promovendo a amizade com a Índia

O já citado William Overholt, no seu recentíssimo estudo sobre a Ásia, apresenta um quadro bastante realista das contradições econômicas, políticas e estratégicas em que ainda se debate a Índia. Os efeitos da democracia sobre o desempenho econômico do país – acentua Overholt – vão muitas vezes num sentido inverso ao que prognosticam as teorias ocidentais. Numa sociedade onde a pobreza priva a maior parte da população da capacidade de compreender o jogo político e organizar-se para dele participar, a prática das eleições tende a dar vantagens injustas à elite, agravando os desequilíbrios sociais. Na Índia, por exemplo, segue lamentável a situação no nível da educação primária, com metade das mulheres e muitos homens analfabetos. Os professores do grau assumem, eles próprios, status de elite, mostrando-se acima de eventuais reclamações dos pais. Problemas desse tipo repetem-se na saúde e na construção da infraestrutura material do país. Apesar disso, as realizações econômicas da Índia são reais e o país está podendo firmar-se como a força predominante no subcontinente, não pelo poder das armas ou pelo tamanho, e sim através da sua estabilidade política e das vantagens econômicas que vai acumulando sobre o Paquistão e o Bangladexe. Mas a Índia ainda não superou a ânsia por preeminência militar. Seu comportamento na região, desde a independência, tem sido agressivo. Invadiu e absorveu Goa; firmou presença no Sikkim; conduziu duas guerras contra o Paquistão e esteve a passos de um confronto nuclear com este vizinho; interveio para assegurar a separação do Bangladexe do Paquistão; incitou a guerra civil no Sri Lanka e depois enviou uma força expedicionária para controlá-la.

Citando um estudo do Colégio de Guerra do Exército, dos EUA⁸, Overholt chama a atenção para o fato de que, ao contrário da China que não possui bases militares no exterior, a Índia construiu uma base aérea no Tadjiquistão e negocia facilidades logísticas e outros ajustes militares com o Irã, Tadjiquistão, Casaquistão, Uzbequistão, Malásia, Indonésia, Cingapura, Tailândia, Laos, Vietnam, África do Sul, Omã, Emirados Árabes Unidos e Mianmar. Nova Délhi teria requerido dos EUA o reconhecimento de que a Índia possui interesses militares numa “faixa estratégica” que se estende do Canal de Suez ao Estreito de Malaca. Essa pretensão indiana coincide, aliás, com visões estratégicas do Governo Bush-II. Seu relatório sobre a “National Security Strategy”, para 2002, explicitava: “partimos hoje da verificação de que a Índia está em vias de transformar-se numa potência global, com a qual possuímos interesses estratégicos comuns”. E é possível levantar em várias fontes que o Pentágono promove o conceito de um “arco estratégico” estendendo-se desde Suez ao Japão, claramente voltado para a contenção da China e tendo a Índia como um dos seus principais pontos de apoio. É a visão da Índia como baluarte desse arco que explica a decisão de Bush de ajudar o programa nuclear indiano, passando por cima de todas as objeções domésticas e internacionais a tal ajuda.

O anúncio feito pelo próprio Bush, em outubro de 2005, de que os EUA iam ajudar a indústria nuclear da Índia causou perplexidade e rejeição em vários círculos, tanto no interior do país quanto no plano internacional. Era um prêmio ao desafio indiano aos regimes multilaterais anti-proliferação e à repetida recusa de Nova Délhi de assinar os tratados pertinentes. Fácil de entender, no entanto, no contexto da política do Governo Bush na matéria, que fora elaborada por neo-conservadores radicais do peso de Robert Joseph e John Bolton. Rejeita a mesma as premissas fundamentais do TNT e parte da idéia de que o importante não é verificar se há intenção de obter armamento nuclear. Importa determinar o caráter, bom ou mau, de quem vai controlar o armamento. Os bons têm a via liberada, os maus devem ser barrados de chegar lá, se não puderem ser eles próprios suprimidos no caminho. Em outras palavras, a Índia, declarada “país

⁸ Blank, Stephen J. “Natural Allies? Regional Security in Ásia and Prospects for Indo-American Strategic Cooperation” Carlisle, PA: Army War College Strategic Studies Institute, 2005. Citado por William H. Overholt, cf. n1, pp 197-199.

responsável” no anúncio de Bush, pode levar adiante seu programa nuclear, mas não o Irã, membro do “Eixo do Mal”. As negociações que levaram ao acordo indo-americano no campo nuclear começaram ainda sob o Governo Vajpayee, com a criação em dezembro de 2001 de um Grupo bilateral de Planejamento e Defesa. Manmohan Singh elevaria as conversações a novo nível e, em abril de 2005, Condoleezza Rice visitaria Nova Délhi, precedida de declarações oficiais, em Washington, em que se lhe atribuía a missão de “ajudar a Índia a tornar-se uma potência mundial no século XXI”. Nesse espírito, os Ministros da Defesa dos dois países assinaram, em fins de junho de 2005, um acordo de dez anos, abrindo caminho para a produção conjunta de armas, cooperação em matéria de mísseis de defesa e suspensão do controle americano sobre vendas à Índia de tecnologias militares sensíveis.

Três semanas mais tarde, Manmohan Singh iria a Washington, a convite de George Bush, para negociar um acordo que daria à Índia acesso a tecnologia nuclear avançada dos EUA e abria a porta para a venda de reatores nucleares aos indianos. Esse acordo, que reverteu décadas de proibições americanas a transferências de tecnologia nuclear, veio a ser assinado em março de 2006, por ocasião de visita de Bush à capital indiana. Os embates finais giraram em torno da definição numérica dos dois setores reconhecidos ao trabalho nuclear da Índia, e o martelo só foi batido quando a Índia concordou em colocar catorze dos seus 22 reatores nucleares (oito ainda em construção) no programa civil, sujeito à inspeção da AIEA. Fora da lista civil foi, aparentemente, deixada a linha dos reatores experimentais a urânio natural, capazes segundo alguns cálculos de fornecer combustível para 50 bombas por ano. Três anos mais tarde, começam a completar-se os trâmites para a entrada em vigor do acordo. M. Singh obteve voto de confiança no Parlamento, contra a oposição da Frente Esquerdista à cooperação com os EUA. A AIEA aprovou o acordo (01.08.08), que será submetido ao GFN no dia 21, na corrida pela aprovação do Congresso americano ainda sob Bush.⁹

Não deve passar despercebido que a importante viagem de Wen Jiabao a Nova Délhi, em abril de 2005, ocorreu na esteira da estada lá de Condoleezza Rice. A

⁹ Uma boa apresentação da problemática em causa é feita por Fitzpatrick, Mark. “US-India Nuclear Cooperation Accord: Implications for the Non-proliferation Regime” em *Asia-Pacific Review* London: Routledge vol 15, nº 1, 2008.

Secretária de Estado americana fora impulsionar a cooperação estratégica com a Índia e o Primeiro Ministro chinês correu para, pelo menos, neutralizar esse trabalho. Enquanto os EUA vão impulsionando a Índia a posições mais contundentes no plano internacional, a China a puxa para fora do jogo geopolítico e a concentração no jogo econômico. A crescente necessidade de insumos energéticos na Ásia é um terreno em que aparece com força a divergência acima. Em círculos estratégicos de Washington e aliados vigora a idéia de uma organização regional, liderada pelos EUA, que encaminhe o problema em termos de segurança. A idéia não tem marchado, em parte por causa da obsessão americana de subordinar toda a problemática ao reforçamento da aliança militar EUA-Japão. Mesmo a cooperação nuclear com a Índia tende a ser posta no quadro dessa aliança, para susto dos indianos. A estes agrada, por certo, o empurrão recebido dos americanos no tocante à indústria nuclear, mas alarma-os a idéia de se verem envolvidos no complicado relacionamento EUA-China. Com os chineses, Nova Délhi prefere explorar a grande complementaridade que a globalização está trazendo para as respectivas economias. Quando Manmohan Singh visitou o Japão, em fins de 2006, o Primeiro Ministro japonês sugeriu que a Índia aderisse a um “concerto democrático quadrilateral”, que envolveria ainda os EUA e a Austrália. Em agosto de 2007, Abe Shinzo retornou a visita do colega indiano e voltou a insistir na idéia da cooperação quadrilateral. A Índia tem evitado comprometer-se, no entanto. No plano concreto, vem tomando iniciativas que a aproximam de posições chinesas e aborrecem os EUA. Como a compra de gás natural em Mianmar e no Irã, com a conseqüente negociação de gasodutos com países da lista negra de Washington. Em outubro de 2007, o Ministro do Exterior da Índia discutiu em Harbin (China), com seus colegas chinês e russo, a situação no Mianmar após a rebelião dos monges budistas. Expressaram os três apoio à missão do Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, mas rejeitaram a imposição de sanções, “no presente estágio”¹⁰.

Embora as aspirações globais de China e Índia exibam boa dose de competitividade, as pressões nascidas da fase de acelerado crescimento dos dois países fazem com que se afirme uma competição virtuosa. Mesmo no tocante às tecnologias da

¹⁰ v. Center for Strategic & International Studies South Asia Monitor. Washington: www.csis.org.

informação (TI), consolida-se a divisão de trabalho entre a excelência da Índia no software e os avanços da China no desenho e produção de circuitos integrados e componentes eletrônicos em geral. Surgem parcerias e intercâmbio de unidades produtivas entre firmas dos setores correspondentes. Índia e China começam, também, a aliar-se em projetos energéticos internacionais, em particular na África. E os dois estabelecimentos militares vêm elevando o grau da cooperação entre si, com vistas à segurança do transporte de material energético no Oceano Índico e partes do Pacífico. Os dois países estão reforçando de forma sistemática as respectivas esquadras de alto-mar, e em novembro de 2003 realizaram um primeiro exercício conjunto ao largo da costa de Xangai. O ritmo da cooperação militar vai sendo mantido, e ampliado a operações terrestres, com a troca de visitas no nível de oficiais gerais, missões de treinamento e exercícios conjuntos. Em maio de 2006, os dois governos assinaram um Memorando de Entendimento para o Aprofundamento da Cooperação de Defesa, com a primeira reunião de consulta vindo a ocorrer em dezembro de 2007, quando se realizou também o primeiro exercício militar sino-indiano. Antes disso, em outubro de 2005 e a convite da China, a Índia enviara observadores para exercício conjunto China-Rússia, no contexto da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla inglesa). Essa SCO, surgida como o Grupo de Xangai por iniciativa da China, vem-se tornando um dos principais polos de estruturação estratégica do continente asiático, numa perspectiva independente dos EUA. Além da China e Rússia, são membros quatro das cinco repúblicas da antiga Ásia Central Soviética, e já participam, como observadores, Irã, Índia, Paquistão e Mongólia.

Estudos do Banco Mundial, dedicados a acompanhar a intensificação no novo século dos fluxos internacionais Sul-Sul de comércio e investimentos, vêm realçando o crescimento maciço das trocas entre a Ásia e a África. Em meados de 2006, um desses estudos analisou extensamente o papel da China e da Índia nesse crescimento¹¹. Os dois gigantes asiáticos têm um histórico de comércio internacional que remonta à famosa Rota da Seda. Mas é nos dias de hoje, com a rápida modernização industrial e o surto de classes médias ansiosas por consumo, que China e Índia estão efetivamente ajudando a

¹¹ Broderman, Harry G. *Áfricas Silk Road*. Washington: The World Bank, 2006 v. tb. Winters, L. Alan et al. *Dancing with Giants: China, India, and the Global Economy*. Washington: The World Bank, 2007.

recolocar a África no mapa econômico do mundo. A China começou mais cedo e tem a seu favor o trabalho de um Estado mais centralizado e eficaz, mas a Índia apóia-se na existência de considerável diáspora, descendente das levas de trabalhadores transportados na segunda metade do século XIX, no quadro do Império Britânico, para a edificação na África dos portos, estradas, etc., necessitados pelo colonizador. De todo modo, firmas indianas e chinesas, num tipo de competição virtuosa, vêm atuando como carreadoras de capacitação e avanços tecnológicos, bem como de equipamentos modernos para a nova África. Como as firmas chinesas e indianas obedecem a modelos corporativos já adaptados ao trabalho internacional, graças aos vínculos com empresas e grupos estrangeiros instalados nos seus dois países, vêm elas podendo facilitar o entrosamento da modernização econômica da África com o mundo da globalização.

Apesar do peso específico que já alcançaram no quadro da economia global, e das projeções que lhes dão participação relativa ainda mais representativa num horizonte de duas ou três décadas, China e Índia continuam sendo economias médias, classificadas, numa categoria de uso recente, como países emergentes. O jogo da globalização vem levando a que esses países ora se agrupem em torno de certos objetivos, ora se isolem na afirmação de algum interesse nacional. No quadro da Rodada Doha, por exemplo, constituiu-se o Grupo dos 20, com o objetivo único de obter um acordo favorável aos emergentes em geral. Outro exemplo foi o da firma consultora internacional que destacou Brasil, Rússia, Índia e China como potenciais figurantes entre as dez maiores economias do mundo, dando origem à sigla BRIC. Num encontro de seus Chanceleres em Genebra (16.05.08), esses quatro países decidiram assumir a posição de grupo de consulta, pronto a opinar nos assuntos ligados à segurança e estabilidade da economia global. Mais estruturado e com objetivos mais permanentes é o IBAS, agrupamento no qual Índia, Brasil e África do Sul vêm usando a coincidência de serem imponentes países da periferia do capitalismo mundial, com peso nos respectivos continentes, para impulsionarem em conjunto aspirações dos três. São enormes as diferenças que os distinguem entre si, mas é também grande a complementaridade nas suas cadeias produtivas e nos seus mercados consumidores, o que lhes permite adotar comportamento coordenado em foros internacionais. Em meio à grande ambigüidade que caracteriza o comportamento dos emergentes, a Índia poderá talvez firmar-se como um país-ponte,

servindo de elo entre os países ricos e os países pobres; entre os EUA e a China, em especial¹².

A fragilidade da cooperação entre os emergentes tornou-se patente, no mês de julho, quando se realizou em Genebra o que deveria ser a sessão de encerramento da Rodada Doha da OMC. O Grupo dos 20 não conseguiu manter a coesão de propósitos que lhe dera origem, e tomou corpo, na reunião, a equação EUA vs China-Índia, que parece destinada a estar no centro do grande jogo internacional, no século XXI. Os EUA, levados pelo peso dos interesses agrícolas em ano eleitoral, mostraram-se intransigentes em manter o direito de aumentar seus subsídios à agricultura, pressionando Índia e China a aceitarem importações americanas, mesmo subvencionadas¹³. Os delegados desses dois países retiraram-se da sala de negociações, e a sessão e a rodada terminaram em impasse.

¹² Dupas, Gilberto. "África do Sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças" em Índia, Brasil e África do Sul. São Paulo, 2006.

¹³ cf. Ricupero, Rubens. "China com Índia dá no quê?" em O Estado de São Paulo (03-Ago,2008).